



CII

Corporação Interamericana de Investimentos



Relatório Anual 2008

ALÉM DO FINANCIAMENTO



43 países membros

Alemanha ■ Argentina ■ Áustria ■ Bahamas ■ Barbados ■ Bélgica ■ Belize ■ Bolívia ■ Brasil ■ Chile ■ Colômbia
Costa Rica ■ Dinamarca ■ El Salvador ■ Equador ■ Espanha ■ Estados Unidos ■ Finlândia ■ França ■ Guatemala
Guiana ■ Haiti ■ Honduras ■ Israel ■ Itália ■ Jamaica ■ Japão ■ México ■ Nicarágua ■ Noruega ■ Países Baixos
Panamá ■ Paraguai ■ Peru ■ Portugal ■ República Bolivariana da Venezuela ■ República da Coréia ■ República
Dominicana ■ Suécia ■ Suíça ■ Suriname ■ Trinidad e Tobago ■ Uruguai





Sumário

Carta introdutória	v
Carta do Gerente Geral	vi
Além do financiamento	1
Fatos e dados sobre a CII	27
O ano em retrospecto	35
Demonstrações financeiras	57
Apêndices	
Governadores e Governadores Suplentes	89
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes	90
Órgãos de ligação	91

Tabelas

1. Principais categorias do DIAS	13
2. Projetos incluídos na aplicação retroativa por ano e tipo de operação	15
3. Programas e projetos de assistência técnica executados em 2008	20
4. Indicadores financeiros básicos da CII	29
5. Composição dos ativos	29
6. Distribuição de aprovações em 2008 por produto financeiro	29
7. Distribuição da carteira em aberto por produto financeiro	29
8. Distribuição setorial em 2008	30
9. Principais indicadores operacionais para 2008	31
10. Programas de empréstimos a PMEs	31
11. Aprovações cumulativas por país	32
12. Aprovações cumulativas por setor	33
13. Países de origem e total das aquisições, 1989–2008	34
14. Operações aprovadas em 2008	38
15. Operações de co-financiamento em 2008	48

Gráficos

1. Número e volume de operações nos mercados menores	4
2. Novas operações por porte da instituição financeira intermediária (número)	9
3. Novas operações por porte da instituição financeira intermediária (volume)	10

Quadros

1. Linha Rotativa para Pequenos Negócios na Bolívia	6
2. BOS Blocks & Tiles Limited na Jamaica	7
3. Guanaquitas, S.A. E.S.P. e Caruquia, S.A. E.S.P. na Colômbia	8
4. Energía Pacífico, S.A. no Chile	9
5. Projetos de cana-de-açúcar e etanol: ERPAR, S.A.E. no Paraguai	10
6. Distribuidora de Carnes Zamora, S.A. na Costa Rica	11
7. AMPO Limitada na Costa Rica	18
8. Oficina de governança de empresas familiares	19
9. Perspectiva do doador: Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs	23
10. Seminário sobre gestão ambiental no setor financeiro	52
11. Medidas contra a corrupção e a lavagem de dinheiro	54



CARTA INTRODUTÓRIA

17 de fevereiro de 2009

Presidente da Assembléia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C., EUA

Senhor Presidente:

Nos termos do Artigo IV, Seção 9(a) do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência o Relatório Anual da Corporação relativo a 2008 e as demonstrações financeiras auditadas, que incluem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício financeiro encerrado nessa data.

As realizações postas em evidência neste relatório testemunham os laços de parceria entre relevantes interessados no desenvolvimento, a orientação estratégica e a supervisão exercida pela Diretoria Executiva sobre a Administração e o pessoal da CII, e o apoio da Diretoria Executiva às iniciativas e programas lançados ao longo do ano em busca de serviços aperfeiçoados ao desenvolvimento.

Gostaria também de expressar meu reconhecimento pela confiança depositada na Corporação por seus países membros regionais e extra-regionais, especialmente mediante a expansão da rede de fundos de assistência técnica que estão a tornar possível proporcionar inestimáveis conhecimentos e aptidões, que beneficiam pequenas e médias empresas na América Latina e no Caribe.

Atenciosamente,



Luis Alberto Moreno
Presidente da Diretoria Executiva
Corporação Interamericana de Investimentos



CARTA DO GERENTE GERAL

As realizações da CII neste ano, mais uma vez, são prova de seu inabalável compromisso com a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus membros e parceiros na região e da necessidade imperiosa de se adaptar e desenvolver – desta vez no contexto de uma grave crise financeira mundial. A tendência dos resultados operacionais da CII foi positiva pelo sexto ano consecutivo, o que permite que a instituição expanda seu alcance e atenda a novos nichos de mercado.

O desempenho da CII no decorrer do tempo depende de sua capacidade para a contínua inovação e da flexibilidade no modo como presta serviços, como amplia seu alcance e também como intensifica sua contribuição ao desenvolvimento e presta contas. A esse respeito, gostaria de destacar duas iniciativas de importância crucial lançadas em 2008 que exemplificam essa capacidade.

A primeira, conhecida por sua abreviação inglesa DIAS (Development Impact and Additionality Scoring System – Sistema de Pontuação da Contribuição ao Desenvolvimento e a Adicionalidade), consolida uma série de medidas que a CII tomou a partir de 1989 para medir, acompanhar e instruir sobre os resultados de cada uma das operações de que participa. A essência desta ferramenta gerencial é dupla: monitora e avalia o desempenho dos projetos e determina a contribuição diferencial da própria CII para cada intervenção. De acordo com este sistema, todos os projetos precisam ter uma pontuação DIAS mínima antes de qualificar para ser submetidos à aprovação da Diretoria Executiva.

A segunda iniciativa corresponde a uma necessidade há muito reconhecida, a de criar uma nova área de negócios para a canalização de assistência técnica e gestão de relações com doadores. O objetivo principal da divisão de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas (TAS – Technical Assistance and Strategic Partnerships) é sistematizar melhor a prestação de serviços de valor agregado às PMEs. A TAS vai se concentrar inicialmente no programa FINPYME®, estimulando os investimentos em energia renovável e eficiência energética, promovendo a aplicação de boas práticas de governança corporativa nas empresas de pequeno e médio porte e, de modo geral, organizando melhor os serviços de consultoria.

Enquanto a CII prosseguir no cumprimento de sua missão, durante os anos que temos pela frente, como membro produtivo do Grupo do BID, deve estar preparada para suportar choques financeiros globais e ajudar a enfrentar outras contingências com que se defrontam seus parceiros e clientes. Desse ponto de vista, 2009 deve ser visto como um ano de desafio, e a sustentação de seu sucesso vai exigir disciplina no planejamento dos negócios e uma infatigável busca por instrumentos que garantam ganhos de eficiência e uma contribuição cada vez maior ao desenvolvimento. Com esse esforço, a CII está colhendo os frutos de seu histórico sucesso e de um forte grau de solidez e sustentabilidade financeira, construídas ao longo de muitos anos.

Tenho o prazer de transmitir este Relatório Anual, que destaca os acontecimentos de que a CII participou e suas realizações durante 2008.

Jacques Rogozinski
Gerente Geral
Corporação Interamericana de Investimentos



ALÉM DO FINANCIAMENTO



Uma organização multilateral com a missão e o perfil da Corporação Interamericana de Investimentos distingue-se por várias características e desafios singulares. Os eventos e realizações destacados no relatório anual da CII para 2008 põem em relevo esses desafios, num momento em que a economia global está atravessando uma crise financeira sem precedentes e se vê obrigada a enfrentar contingências cujas implicações ainda não foram plenamente entendidas. É dentro deste quadro mais amplo que a trajetória da CII em 2008 pode ser mais bem apreciada.

Dentro da CII este quadro mais amplo é composto por vários eventos, todos os quais patenteiam que a prioridade máxima da instituição sempre foi e continua a ser o desenvolvimento das pequenas empresas. O processo de aprendizado da CII conferiu maior profundidade à sua organização, abriu alguns novos horizontes e reforçou a sua presença em toda a região-alvo e nos países membros menos desenvolvidos. Com o fim de um ciclo e início de outro houve uma mudança de rumo. A CII ganhou em maturidade institucional, estabilidade e know-how.

Este relatório anual apresenta vários temas gerais, que são introduzidos sob títulos concisos. Acima de tudo, está o firme foco da CII no apoio ao desenvolvimento de seus parceiros e clientes. Duas grandes iniciativas foram lançadas em 2008, conhecidas como DIAS e TAS. A TAS é uma divisão recentemente criada, que vai transmitir a pequenas e médias empresas os conhecimentos técnicos que tanto necessitam. O sistema DIAS é uma ferramenta nova para medir, acompanhar e instruir sobre a efetividade desenvolvimentista da CII. Essas duas iniciativas, em conjunto, reafirmam a capacidade da CII para inovar e adaptar-se ao responder às mudanças no mercado e para buscar maior relevância na região.

Tais mudanças estão permitindo que a CII se posicione como fonte de fundos confiável para as PMEs e ganhe uma vantagem competitiva sobre os bancos comerciais em um ambiente de rigor financeiro e restrições ao crédito. A relevância é também demonstrada pela crescente importância dos setores de alimentos e energia da América Latina na carteira da CII.

Durante seus vinte anos de operação, a CII ganhou conhecimentos especializados que agora está usando na forma de medidas de agilização interna que, por sua vez, estão aumentando a eficiência e eficácia num momento em que os acionistas esperam melhoras no desempenho e na prestação de contas pelos resultados. O relatório anual da CII para 2008 vai servir tanto para prestar contas desses resultados quanto, falando de modo mais geral, para ressaltar as contribuições que são melhores quando feitas em estreita cooperação e parceria dentro do Grupo do BID.

EXPANDINDO NOSSO ALCANCE

Penetrando nichos de mercado novos e difíceis de alcançar

Em 2008, a CII deu um passo adiante em seu compromisso de aumentar o financiamento direto a empresas privadas nas economias menores da região. Embora a CII tenha sempre desempenhado um papel ativo nesses mercados, a importância destes como objetivo estratégico está aumentando. De acordo com essa ênfase, a CII lançou diversas iniciativas durante o ano.

Entre essas iniciativas, a CII expandiu sua presença nesses mercados, transferindo pessoal para postos na Guatemala e El Salvador. Essa expansão vai complementar a presença que a CII já estabeleceu em seus mercados menores, incluindo Costa Rica, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Uruguai. Nos anos vindouros, a CII vai continuar a aumentar sua presença nos mercados de menor porte.

Na Bolívia, a CII juntou forças com a Fundación Bolivia Exporta (FBE), continuando com seu esforço (iniciado em 2007) para celebrar contratos de agência em países onde a CII carece de presença local. Há contratos em vigor em El Salvador com a Escuela Superior de Economía y Negocios (ESEN) e no Caribe de língua inglesa com a Insurance Company of the West Indies (ICWI). O papel desses novos parceiros é identificar e avaliar as empresas de pequeno e médio porte que possam qualificar-se para receber financiamentos diretos da CII por intermédio do programa de Linha Rotativa para Pequenos Negócios (SBRL, na sigla inglesa).

Com a ICWI, a CII celebrou outro contrato de agência em 2008. A ICWI vai identificar e avaliar empresas da parte anglófona do Caribe que possam qualificar-se para receber investimentos no seu capital social, com mecanismo de saída ou amortização baseado em sua receita de vendas.

O foco no Caribe de língua inglesa se expandiu para outras áreas operacionais da CII, como FINPYME e uma oficina de treinamento sobre governança de PMEs familiares.

Embora recentes, essas iniciativas já estão rendendo resultados na forma de aumento no número e volume de operações nesses mercados menores (ver gráfico 1). As operações nesses países para os quais recentemente começamos a direcionar esforços passaram de 28 (totalizando US\$ 154,7 milhões) em 2007 para 37 (US\$ 124,8 milhões) em 2008.



BOS Blocks & Tiles Limited, Jamaica

Foco nos empréstimos a PMEs

Este ano, a CII reafirmou seu compromisso com os empréstimos às PMEs expandindo dois programas-chave: o programa IFEM (Programa para o Financiamento de Instituições Financeiras Especializadas no México) e o programa SBRL. Também tomou providências para racionalizar seus próprios procedimentos de aprovação de crédito, com o objetivo de agilizar o processo de aprovação e aumentar a eficiência.

O programa para as IFEMs foi criado em 2007, com o intuito de oferecer um processo racionalizado para a aprovação de empréstimos e investimentos de capital para instituições financeiras especializadas de pequeno e médio porte no México. O programa procura fortalecer as instituições selecionadas ampliando suas fontes de financiamento, além de melhorar suas práticas técnicas e de governança corporativa pela prestação de assistência técnica. O programa ajuda a mobilizar mais recursos para essas instituições com o uso de financiamentos paralelos de outras instituições multilaterais e bilaterais.

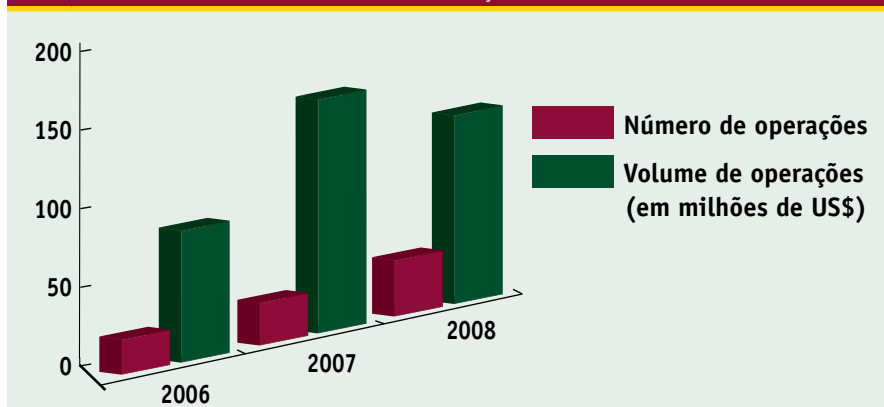
Em 2008, a CII aprovou três operações no programa IFEM, no total de US\$ 8 milhões – totalizando US\$ 17,65 milhões desde a aprovação do programa. A Administração estima que os US\$ 30 milhões da verba do programa terão sido totalmente utilizados até o fim de 2009.

As operações das IFEM são altamente diversificadas em termos de tipo de intermediário, setor econômico e local. Os intermediários aprovados pelo programa operam na maioria dos estados do México. Das oito operações do programa aprovadas, quatro foram firmadas com sofóles (*sociedades financieras de objeto limitado*), três com sofómes (*sociedades financieras de objeto múltiple*) e uma com uma união de crédito. Três desses intermediários operam principalmente com empréstimos a PMEs; três emprestam principalmente aos setores agrícola e de aquicultura; um financia equipamento agrícola e de

construção civil; e um financia empréstimos hipotecários.



A SBRL, que está chegando agora a seu quarto ano de operações, foi concebida para oferecer pequenos empréstimos padronizados a PMEs qualificadas de acordo com termos operacionais e exigências de qualificação padronizadas, com limites prudentes para as operações individuais e exposição global. O programa oferece prazos e taxas de juros competitivos e diferenciados

GRÁFICO 1. NÚMERO E VOLUME DE OPERAÇÕES NOS MERCADOS MENORES




das condições oferecidas pelos bancos locais. Em 2008, o mandato da SBRL foi ampliado para incluir Belize e Guatemala, e a CII assinou um acordo de parceria com a ESEN em El Salvador para prestar ajuda com promoção e desenvolvimento de negócios.

Os financiamentos da SBRL agora são oferecidos em 17 países de América Latina e Caribe, e estão em vigor quatro parcerias, que abarcam os países onde a CII ainda não tem presença local ou só recentemente a estabeleceu. Esses agentes são a Development Finance Limited S.A. (DFLSA) e a ICWI no Caribe, a FBE na Bolívia e a ESEN em El Salvador.

Em 2008 foi aprovado um total de 12 operações da SBRL, com um valor total de US\$ 4,3 milhões e valor médio de US\$ 358.000 por empréstimo. A carteira da SBRL consiste agora em 26 operações aprovadas em 7 países, em comparação com as 14 que havia há um ano. Entre as novas operações, merecem menção especial 5 na Bolívia (ver  quadro 1) e 2 na Jamaica (ver  quadro 2), que resultaram diretamente dos contratos da CII com seus agentes locais.

Para racionalizar os procedimentos de aprovação de crédito e dar mais eficiência à entrega de financiamento a seus clientes, a CII implementou um novo procedimento para a categorização de projetos de acordo com o valor do financiamento solicitado e o risco envolvido. O resultado é um sistema baseado em matrizes que mapeia as responsabilidades pela documentação, avaliação e validação da qualidade de crédito das operações, antes da aprovação final pela Diretoria Executiva. A matriz estabelece diferentes níveis de aprovação, com base no valor da exposição financeira e na avaliação do risco de crédito da operação proposta. Embora os critérios de avaliação sejam os mesmos para todas as operações, as operações de valores mais baixos e com menores riscos exigem menos reuniões de comitê que as propostas que envolvem maiores riscos e valores mais altos. Essa abordagem beneficia diretamente as PMEs porque abrevia o período de processamento interno das operações de pequena monta.

Suporte aos setores de energia e alimentos

Os altos preços do petróleo e dos alimentos continuam a preocupar a região. Assim, os setores de energia e alimentos têm especial interesse para a CII. O crescimento na demanda internacional e o alto potencial da região em termos de recursos naturais e vantagens competitivas levaram a CII a canalizar recursos para o desenvolvimento de projetos nesses setores (ver  quadros 3-6).

Estratégia da CII para as instituições financeiras: foco nos bancos de menor porte

Em 2008, a coordenação de Instituições Financeiras e Finanças Estruturadas entrou em uma nova fase. De acordo com o Plano de Negócios Integrado para Operações do Setor Privado do BID e o Plano Operacional da CII para 2008–2010, as instituições financeiras com ativos de até US\$ 500 milhões



1. Linha Rotativa para Pequenos Negócios na Bolívia

Este ano, cinco empresas familiares bolivianas receberam da SBRL um total combinado de quase US\$ 2 milhões. Essas operações representam 99% do total disponível para a Bolívia dentro do programa. As beneficiárias são representativas dos setores em que operam e também exemplos de crescimento em seus respectivos setores.

As empresas bolivianas que receberam financiamentos do SBRL pertencem a diferentes setores, que vão da indústria a serviços: a La Francesa opera no setor de alimentos, a Nexcom em telecomunicações via satélite, a Río Selva Resort no setor de turismo, a Artes Gráficas Sagitario no setor de artes gráficas e a Empresa de Transportes El Porvenir em serviços de transportes terrestres nacionais.

Entre outras realizações, as empresas beneficiárias conseguiram criar novas linhas de negócios, entrar em mercados de exportação, investir em tecnologia, melhorar a compatibilidade entre os termos dos compromissos e estruturar suas fontes de financiamento.

O sucesso da SBRL na Bolívia se deve ao esforço de colaboração entre a CII e a Fundación Bolivia Exporta, uma parceira estratégica que se tornou agente da CII pela SBRL na Bolívia em 2007. O programa também recebeu apoio financeiro dos fundos fiduciários dinamarquês e coreano.

Empréstimo a La Francesa, S.A. no âmbito da SBRL

A Sociedad Industrial y Comercial “La Francesa”, S.A. é uma pequena empresa boliviana que produz e distribui laticínios e produtos de panificação de alta qualidade e com preços competitivos há mais de cinqüenta anos. Seus produtos já ganharam vários prêmios internacionais de qualidade.

Quando chegou a hora da empresa pensar em expandir sua capacidade de produção, a CII, por meio de seu representante local na Bolívia, deu a La Francesa a assistência financeira necessária, em condições competitivas. Em maio de 2008, a La Francesa recebeu um empréstimo de US\$ 428.000, que usou para refinar parte de suas obrigações a curto prazo e fazer investimentos de capital em um sistema de produção automatizado.

“A CII nos ofereceu uma operação diferente dos empréstimos tradicionais, e a primeira nota de destaque foi a atenção personalizada que recebemos como clientes”, disse Mario Antonio Yaffar de la Barra, gerente geral da La Francesa. “Graças à CII, minha empresa vai ter acesso a mais crédito em meu próprio país. O empréstimo da CII vai nos dar a oportunidade que estamos procurando para aumentar nossa capacidade produtiva. Isso vai nos permitir uma preparação melhor para a concorrência. Graças a este empréstimo, vamos finalmente conseguir fazer um avanço sólido em nosso caminho para atingir nossas metas de crescimento.”



2. BOS Blocks & Tiles Limited na Jamaica

A BOS Blocks & Tiles Limited é uma empresa jamaicana que presta serviços de transporte ao setor da bauxita, a principal fonte de alumínio, além de fabricar blocos de cimento. A empresa, que opera há mais de 30 anos, passou de uma pequena sociedade familiar administrada pelos seus proprietários para uma empresa com mais de 70 funcionários, incluindo uma equipe gerencial com uma gama mais extensa de conhecimentos especializados e empresariais.

Segundo Baron Stewart, fundador e diretor-gerente da BOS Blocks & Tiles, “o empréstimo da CII fez mais do que nos dar o apoio financeiro de que precisamos para continuar a crescer como empresa. Também vai nos permitir melhorar o nível e qualidade dos serviços prestados ao setor.”

Em julho de 2008, a BOS Blocks & Tiles recebeu um empréstimo de US\$ 350.000 do programa SBRL da CII. O empréstimo foi usado para aumentar a frota industrial de mineração, pela compra de mais uma escavadeira de capacidade maior. Este novo equipamento permite à BOS Blocks & Tiles extrair e transportar maiores quantidades de minério, aumentando assim a sua capacidade operacional.

“A CII assim está promovendo o desenvolvimento do setor de mineração, que é uma atividade-chave em nossa economia”, afirmou Baron Stewart.

passam a fazer parte do mercado alvo da CII. O plano operacional da CII também prioriza o trabalho com as economias de menor porte da região.

O novo foco em bancos com ativos inferiores a US\$ 500 milhões permite à CII atingir empresas de menor porte. Os recursos proporcionados pela CII ainda são direcionados para atividades específicas executadas por instituições financeiras, quer sejam bancos múltiplos quer instituições financeiras especializadas. A prioridade é para os que compartilham a missão central da CII, que é financiar as PMEs.

Para manter a qualidade da carteira, a CII vai continuar trabalhando com seus clientes atuais, qualquer que seja o seu porte, e renovar as operações onde couber, de acordo com as diretrizes definidas com a Diretoria Executiva. Em bases seletivas, a CII pode originar novas operações com os bancos locais ligados a instituições financeiras internacionais com que mantenha relacionamentos estratégicos. Entre essas instituições figuram o Grupo HSBC, o Grupo BBVA e o Rabobank, embora não façam parte do setor de bancos de menor porte.

O foco nesse novo segmento de mercado conduziu a novas oportunidades de mercado para a CII, especialmente em termos de identificação de novos modos de canalizar financiamentos para as PMEs. Nesse sentido, merecem atenção especial as operações com várias instituições financeiras especializadas em fatorização, incluindo a Financiera Desyfin na Costa Rica. Os projetos com o Demerara Bank Limited na Guiana e a Financiera de Occidente na Guatemala também têm interesse



3. Guanaquitas, S.A. E.S.P. e Caruquia, S.A. E.S.P. na Colômbia

Devido ao aumento na demanda, resultante do rápido crescimento econômico, a Colômbia ainda depende de energia termoelétrica. Por outro lado, suas numerosas bacias hidrológicas têm potencial significativo para a geração de energia. Esta situação representa uma oportunidade para empresas como a Helm Energy & Engineering Ltd.

Aproveitando sua experiência com projetos de energia, a Helm Energy & Engineering criou a Guanaquitas e a Caruquia, dois pequenos projetos ecológicos de geração de energia hidroelétrica a fio d'água na bacia do rio Guadalupe, a 95 quilômetros de Medellín. Essas usinas têm uma capacidade instalada aproximada de 9,8 megawatts cada uma. Combinadas, vão gerar 124 gigawatts-hora de energia limpa por ano.

A despeito dos amplos recursos naturais de que a Colômbia dispõe para gerar energia renovável, o sistema financeiro local não oferece financiamentos em termos apropriados para projetos hidroelétricos, especialmente quando a capacidade instalada é inferior a 10 megawatts. Para resolver esse problema e permitir que os projetos se tornem realidade, a CII, juntamente com a Corporação Financeira Internacional, ofereceu à empresa empréstimos a longo prazo sênior e subordinados. A CII também prestou assistência técnica para ambos os projetos, por intermédio do Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs.

especial em razão dos beneficiários e da localização geográfica. Entre as outras operações significativas estão as com o Corporativo Financiero Vimifos, a CNH Servicios Comerciales e a Unión de Crédito General, aprovadas em 2008 no quadro do programa IFEM.

Além das PMEs, o mercado-alvo da CII inclui outro segmento digno de nota, o de instituições microfinanceiras que prestam serviços a microempresas. As operações com a Empresa Financiera Edyficar no Peru, o BancoSol na Bolívia e a Microfinanzas del Uruguay no Uruguai, aprovadas em 2008, tiram partido de esforços do ano anterior.

No fim do ano de 2008, as operações da CII com as microfinanceiras focaram instituições estabelecidas em que o Fumin do BID detinha ou havia detido uma participação societária, ou às quais tivesse concedido empréstimos subordinados ou prestado serviços de assistência técnica. A CII espera continuar a trabalhar com outras microfinanceiras, especialmente com as que atendem empresas de menor porte, bem como microempresas. Em 2008, a CII aprovou uma operação com a microfinanceira Visión Banco no Paraguai e renovou uma linha de crédito com o Banco ProCredit em El Salvador.



4. Energía Pacífico, S.A. no Chile

No Chile a crescente demanda doméstica por energia, a carência de geração e a dependência de combustível fóssil importado criaram a necessidade de projetos de energia alternativos. É esse o raciocínio que orienta a Energía Pacífico, um novo projeto de co-geração de energia por biomassa localizado em San Francisco de Mostazal, sessenta e três quilômetros ao sul de Santiago. A usina terá uma capacidade instalada de 15,6 megawatts e vai gerar 131,5 gigawatts-hora de energia limpa, mais 297.500 toneladas de vapor por ano. A usina vai usar biomassa descartada, inclusive refugo florestal, de agronegócios e industrial, além de aparas de madeira de construção. Atualmente, a maior parte desses refugos é queimada em campo aberto.

As Empresas Coipsa, um grupo com integração vertical, e sua afiliada, a Compañía Papelera del Pacífico, S.A., são as patrocinadoras do projeto e vão comprar todo o vapor e parte da energia produzida pela Energía Pacífico. O restante será vendido ao sistema central interconectado.

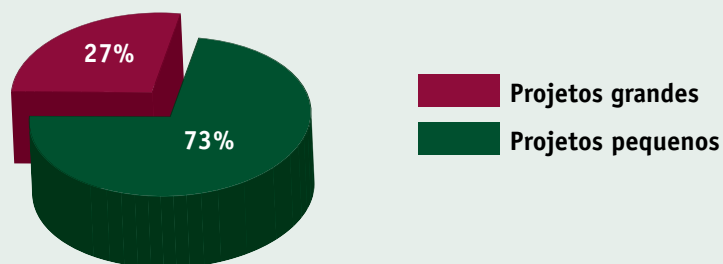
A carência de energia no Chile aumentou os preços no mercado à vista. Portanto, este projeto é de vital importância para a Compañía Papelera del Pacífico, porque vai lhe permitir poupar US\$ 3,5 milhões em custos de energia em 2009 e US\$ 1,5 milhão em 2010, dessa forma assegurando que vai continuar competitiva.

A despeito da evidente necessidade de projetos desse tipo, a disponibilidade de financiamentos a médio e longo prazos no Chile é limitada e por isso a CII é vista como a chave do sucesso da operação. A CII contribuiu com aproximadamente 22% do custo total do projeto e vai atrair instituições financeiras para trazerem mais 50%.

Como valor agregado, a CII ainda prestou serviços de assistência técnica à Energía Pacífico, usando recursos do Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs. Esse financiamento foi usado para validar o modelo de logística da biomassa e a demanda no mercado de energia chileno, bem como para supervisionar a implantação do projeto.

Também em 2008, a CII financiou a construção e aquisição de casa própria para os segmentos de média e baixa renda, por intermédio de instituições financeiras. Digna de particular nota é a operação com a Coöperatieve Spaar- en Kredietbank Godo G.A., no Suriname. A Godo, com mais de 45.000 associados, é a maior união de crédito no Suriname. Atende a mais de 25% das famílias do país. O objetivo do

GRÁFICO 2. NOVAS OPERAÇÕES POR PORTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA INTERMEDIÁRIA (número)





5. Projetos de cana-de-açúcar e etanol: ERPAR, S.A.E. no Paraguai

O aumento na demanda doméstica e internacional pelo etanol tornou a ERPAR um projeto promissor no Paraguai. A Mennonite Economic Development Associates (MEDA), principal patrocinadora do projeto, é uma ONG internacional que dá apoio a programas de desenvolvimento socioeconômico em vários países latino-americanos, bem como em países da África meridional e da antiga União Soviética. Para esse projeto, a MEDA trabalhou com empresários locais bem conhecidos a fim de construir uma usina de etanol de cana e mandioca. A ERPAR vai produzir 12 milhões de litros de etanol por ano, quando estiver operando à sua capacidade total. Essa produção vai reduzir a necessidade de importação de combustível no Paraguai. O projeto ERPAR também inclui um componente de cultivo de cana que vai fornecer parte da matéria-prima para o processamento na usina.

O projeto deve beneficiar pelo menos 400 produtores de cana e 500 produtores de mandioca locais. As características inovadoras incluem benefícios sociais e ambientais — o projeto vai criar ao menos 82 postos de trabalho em uma área rural e ajudar a diversificar as culturas, introduzindo a cana em propriedades até agora dedicadas à monocultura.

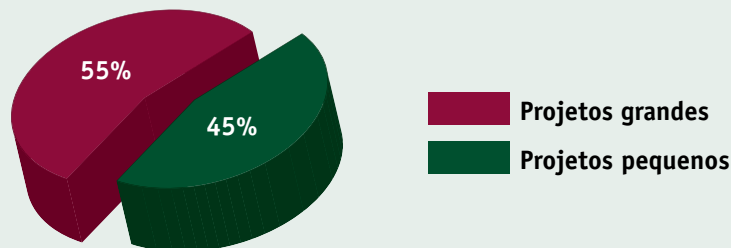
O empréstimo da CII, que tem prazo de dez anos, é ideal para a ERPAR e será complementado por um empréstimo de até US\$ 1 milhão do Fundo Multilateral de Investimentos do BID, em termos substancialmente similares, e por um empréstimo de até US\$ 1,3 milhão de um banco local.

empréstimo da CII é melhorar a capacidade da Godo para compatibilizar os termos de suas captações com os das operações de crédito hipotecário.

Outro destaque é a operação com a Hipotecaria Vértice, uma financeira mexicana que trabalha no novo segmento de mercado para o qual a CII está direcionando seus esforços. Este é um projeto especialmente inovador: foi estruturado em moeda local e o produto será usado para financiamentos verdes que

incentivam o uso de sistemas que reduzam o consumo doméstico de energia e água. O financiamento da CII inclui incentivos como a redução de certos componentes do custo da operação proporcional à parcela do empréstimo aplicada em créditos hipotecários verdes.

GRÁFICO 3. NOVAS OPERAÇÕES POR PORTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA INTERMEDIÁRIA (volume)





6. Distribuidora de Carnes Zamora, S.A. na Costa Rica

A Carnes Zamora processa e comercializa produtos suínos com valor agregado há mais de dez anos. Vende seus produtos no mercado local e internacional e é o único processador de carne suína na América Central certificado para exportar para o Panamá e Japão. Além disso, a empresa presta serviços de assistência técnica para ajudar seus fornecedores a aumentar a eficiência.

A empresa participou do programa FINPYME da CII, passou por um exame diagnóstico e recebeu o plano de aumento de competitividade resultante. Além disso, a CII forneceu um financiamento de US\$ 1,1 milhão para apoiar o crescimento dos negócios da empresa.

Esta operação permitiu à Carnes Zamora reestruturar uma parte de suas dívidas de curto e médio prazo, em linha com o crescimento de suas necessidades de capital de giro permanente de longo prazo. A CII também permitiu que a empresa introduzisse melhorias no setor de processamento e comprasse novos equipamentos industriais. Enquanto as instituições financeiras intermediárias oferecem apenas empréstimos de curto e médio prazo para tais investimentos, a CII teve condições de conceder o financiamento de longo prazo de que a empresa necessitava.

Muitos dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Integrado do BID e no Plano Operacional da CII para 2008–2010 foram alcançados em 2008 (ver gráficos 2 e 3). Mais de 73% das operações foram feitas com instituições financeiras no novo nicho de mercado. O valor médio por operação caiu de US\$ 11,21 milhões em 2007 para US\$ 6,44 milhões em 2008; o valor médio dos repasses em 2008 foi de US\$ 254.700, acima dos US\$ 173.250 registrados em 2007.

A CII cumpriu sua meta de aumentar as operações nas economias menores da região. Das 21 operações aprovadas com novos clientes, 13 (61,9% do total) realizaram-se com instituições financeiras de economias menores. Essas operações respondem por 68,4% do valor total aprovado para instituições financeiras.

Entre as outras prioridades do plano operacional estava iniciar ou expandir a participação da CII no Caribe. Em 2008, foram feitas operações em três países caribenhos. Em dois deles a CII realizava operações pela primeira vez com uma instituição financeira local. Essas operações totalizaram 6,7% do volume de operações aprovadas com novos clientes.

O DESENVOLVIMENTO COMO PRIORIDADE PRINCIPAL

O Sistema de Pontuação da Contribuição ao Desenvolvimento e a Adicionalidade

A CII tem um mandato claro, inscrito em seu Convênio Constitutivo, para “promover o desenvolvimento econômico de seus países membros regionais em processo de desenvolvimento, mediante o estímulo ao

estabelecimento, expansão e modernização de empresas privadas, prioritariamente pequenas e médias”. Por conseguinte, é fundamental verificar, acompanhar, avaliar e comunicar a medida em que a CII está cumprindo seu mandato.

Ao longo de toda a sua história, a CII tem buscado formas de demonstrar que suas operações não só atendem aos critérios objetivos de viabilidade financeira mas também alcançam altos níveis de impacto sobre o desenvolvimento e adicionalidade. Já em seus primeiros anos, a instituição calculava resultados previstos dos projetos. A essas medições não tardaram a seguir-se a criação de uma matriz de adicionalidade e a implementação de rigorosos exercícios de auto-avaliação por meio dos Relatórios Ampliados de Supervisão Anuais. Em 2005, a CII incorporou padrões de boas práticas em conformidade com as recomendações do Evaluation Cooperation Group of Multilateral Development Banks.

A CII tem que mostrar que suas operações, além de ser financeiramente viáveis, têm alto grau de adicionalidade e impacto sobre o desenvolvimento.

Para permanecer viável a médio e longo prazo, é imprescindível que a CII também preserve o valor do capital dos acionistas. Os Governadores explicitaram este mandato nos documentos sobre o aumento de capital. Uma expressão mais completa da missão da CII exigiria, portanto, que a instituição

maximizasse o impacto sobre o desenvolvimento dentro dos limites da sustentabilidade financeira de longo prazo. Em 2007, a Administração propôs e a Diretoria Executiva aprovou um novo quadro estratégico para o ciclo de planejamento 2008–2010, concebido para lidar formalmente com os dois aspectos da missão da CII.

Dentro deste quadro estratégico, a “abordagem de carteira” capacita a CII a responder pela contribuição de cada projeto em termos de desenvolvimento e sua contribuição financeira. Cada projeto é avaliado em termos de sua contribuição à carteira geral da CII, no entendimento de que a meta não é fazer com que todos os projetos atinjam o mesmo nível de impacto no desenvolvimento e/ou de contribuição financeira. Em vez disso, analisam-se os projetos de uma perspectiva de carteira, mais ampla e equilibrada; cada projeto contribui conforme seus pontos fortes e características particulares. A implementação desta abordagem exigiu o desenvolvimento de uma métrica adequada para medir a contribuição financeira e o impacto sobre o desenvolvimento esperados. Definir a métrica para avaliar a contribuição financeira de um projeto é relativamente simples. O desafio foi desenvolver uma contrapartida qualitativo-quantitativa para o impacto sobre o desenvolvimento e a adicionalidade.

Para enfrentar esse desafio, criou-se o Sistema de Pontuação da Contribuição ao Desenvolvimento e a Adicionalidade (DIAS), como componente essencial do novo quadro estratégico. O sistema DIAS é uma

ferramenta completa, que aproveita eficazmente todos os esforços anteriores da CII. É também o passo seguinte natural.

A metodologia do DIAS proporciona uma abordagem sistemática para a avaliação prévia, acompanhamento e relatórios sobre a medida em que a CII está cumprindo seu mandato desenvolvimentista. Os dois componentes principais do sistema DIAS – impacto sobre o desenvolvimento e adicionalidade – proporcionam visões complementares do potencial do projeto independentemente da fonte de financiamento e do valor agregado pela CII mediante seu envolvimento no projeto.

Uma visão mais profunda da arquitetura do sistema DIAS

A estrutura do DIAS segue de perto as melhores práticas de instituições de desenvolvimento congêneres, expostas nos padrões de boas práticas compilados pelo Evaluation Cooperation Group of Multilateral Development Banks já mencionado, com a notável exceção da categoria 5, em Resultado no desenvolvimento, destacado em verde na tabela 1.

A categoria foi incluída para expor objetivos estratégicos específicos do Plano Operacional da CII para 2008–2010, como diversificação geográfica, foco nas empresas menores e projetos fora das grandes áreas metropolitanas. Esta categoria proporciona flexibilidade, permitindo que o sistema se ajuste aos objetivos estratégicos de sucessivos ciclos de planejamento.

A tabela também mostra as quatro outras categorias do resultado no desenvolvimento, que avaliam a contribuição do projeto ao desenvolvimento econômico e social de um país, bem como as duas categorias da adicionalidade, que permitem à CII avaliar sua contribuição específica ao projeto.

Cada categoria inclui de dois a nove indicadores, de modo que cada projeto é cuidadosamente avaliado com mais de 30 indicadores e recebe uma pontuação de 0 a 10. O resultado no desenvolvimento é a base de 65% da pontuação, e os 35% restantes vêm do resultado para a adicionalidade. Para se qualificar para financiamento da CII, os projetos têm de alcançar uma pontuação DIAS mínima, que é tanto maior quanto menor for a contribuição financeira esperada do projeto.

TABELA 1. PRINCIPAIS CATEGORIAS DO DIAS

Resultado no desenvolvimento	
1	Desempenho comercial do projeto ou empresa
2	Contribuição ao desenvolvimento econômico
3	Efeitos ambientais e sociais específicos do projeto
4	Desenvolvimento do setor privado
5	Objetivos desenvolvimentistas estratégicos da CII
Adicionalidade	
1	Adicionalidade financeira
2	Adicionalidade não financeira

O fluxograma do sistema DIAS, da originação à avaliação

Em última análise, o desenvolvimento é uma história – uma história que gira em torno de pessoas, exerce um impacto sobre comunidades e cria bons exemplos, que podem ser reproduzidos. O desenvolvimento é uma questão de mudar a velha história para melhor. São os dados corretos que possibilitam uma ação proativa, baseada numa avaliação prévia. O sistema DIAS trata dessa questão fornecendo uma série completa de indicadores para assegurar pontuações equilibradas. Com uma série clara de indicadores para medir e acompanhar o impacto sobre o desenvolvimento e a adicionalidade, o planejamento e a execução do mandato da CII ganham um foco muito mais preciso.

Originação	Os oficiais de investimento dão uma contribuição importante, fornecendo os dados necessários para atribuir uma pontuação antecipada a cada projeto. Quanto mais dados disponíveis, mais alta a pontuação provável do projeto. O fato de que a pontuação média do DIAS para os projetos propostos por cada oficial de investimento e aprovados pela Diretoria Executiva é um elemento central da avaliação de desempenho do oficial de investimento constitui mais um incentivo para aumentar a quantidade e elevar a qualidade dos dados relacionados com o desenvolvimento. A objetividade é assegurada por um oficial de adicionalidade independente, que autentica e apresenta a pontuação final.
Aprovação	O sistema DIAS proporciona aos Diretores Executivos mais informações para entender os benefícios do financiamento de cada proposta. Com este e outros objetivos em mente, o sistema foi concebido para responder a cinco perguntas principais: <ul style="list-style-type: none">■ A CII tem um papel neste projeto?■ O projeto é financeiramente viável, e é razoável esperar que tenha êxito?■ O projeto atende a elevados padrões ambientais, sociais e trabalhistas?■ O projeto visa o mercado preferencial da CII?■ A CII lhe agregará valor mediante assistência técnica e transferência de conhecimentos?
Monitoração e informação	O sistema DIAS também permitirá uma melhor monitoração dos investimentos da CII a partir de 2009. A CII autenticará as pontuações do DIAS com cada Relatório de Supervisão Anual, eliminando a lacuna de monitoração e informação deixada pelo quadro de avaliação anterior, no qual um projeto só era avaliado duas vezes em sua vida (geralmente quatro a cinco anos).
Avaliação	Quando o projeto atinge o ponto de maturação e chega a hora de uma avaliação completa, haverá dados de quatro ou cinco anos e respectivas pontuações do sistema DIAS para instruir o Relatório Ampliado de Supervisão Anual. A avaliação final continuará sendo autenticada de forma independente, cumprindo por completo os padrões de boas práticas.

O teste do sistema DIAS: Aplicação retroativa 2005–2007

Paralelamente à própria implementação do sistema DIAS, em 2008, foi feito um exercício para testar o sistema num amplo universo de projetos de todos os países, setores e tamanhos. Foram avaliados 140 projetos. A tabela 2 apresenta a discriminação por ano e tipo de intervenção. Os projetos avaliados englobavam também operações em 22 dos 26 países membros regionais da CII e 17 setores econômicos. A aplicação retroativa mostrou que o modelo funciona e já produziu uma grande quantidade de informações, que serão usadas para ajustar e aperfeiçoar o sistema em 2009.

TABELA 2. PROJETOS INCLUÍDOS NA APLICAÇÃO RETROATIVA POR ANO E TIPO DE OPERAÇÃO

	Empresas (pequenas)	Empresas (outras)	Intermediários financeiros	TOTAL
2005	0	11	21	32
2006	8	17	21	46
2007	8	21	33	62
TOTAL	16	49	75	140

Aplicação do sistema DIAS: projetos de 2008

O sistema DIAS está em pleno uso desde 1º de janeiro de 2008, e durante o ano 96 projetos receberam pontuações. Esses projetos, juntamente com os avaliados na aplicação retroativa, elevam a 236 o número de projetos da nova base de dados de desenvolvimento da CII. Esse sucesso é produto direto de trabalho árduo e de estreita colaboração entre oficiais de investimento e oficiais de adicionalidade ao longo de 2008. O sistema DIAS foi plenamente incorporado, e já é parte integrante do fluxo informatizado de administração de projetos da CII.

A CII mal começou a garimpar os dados produzidos pelo novo sistema, mas já está claro que doravante haverá respostas mais definitivas para questões que vão da criação esperada de empregos ao uso eficaz da assistência técnica para melhorar a qualidade das intervenções da CII, passando pela implementação de padrões ambientais, sociais e trabalhistas. Ademais, a monitoração e acompanhamento desses dados capacitarão a CII a agir freqüente e proativamente durante a vida de cada projeto, a fim de maximizar o impacto sobre o desenvolvimento em todas as suas intervenções.

criação da divisão de assistência técnica e parcerias estratégicas

Há muito a Administração reconhece a necessidade de criar na CII uma nova área de apoio aos negócios, que foque a assistência técnica e as relações com os doadores. Os Diretores Executivos sempre tiveram um forte interesse na expansão das atividades da CII em apoio às PMEs. Esse interesse está de acordo com o Convênio Constitutivo da CII e com o Blueprint 2000, o documento que fundamenta o aumento de capital aprovado pela Assembléia de Governadores em 1999.

Em 2008, a Administração desenvolveu o raciocínio que embasa esse tipo de iniciativa e preparou a minuta de uma proposta pormenorizada com o objetivo de prestar serviços de valor agregado às PMEs de um modo mais sistemático. A iniciativa foi aprovada pela Diretoria Executiva e o Gerente Geral da CII procedeu à alocação formal dos recursos humanos e financeiros necessários à nova divisão, a qual recebeu o nome de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas e é conhecida pela sigla TAS. A TAS executa atividades para atrair o interesse de doadores, possíveis financiamentos e recursos humanos. A nova divisão, incluída como uma das iniciativas da Administração no Plano Operacional da CII para 2008–2010, vai focar apoio às atividades de empréstimo e investimento da CII, prestando serviços não-financeiros em seu mercado-alvo.

A missão da divisão TAS é ajudar as áreas de desenvolvimento de negócios da CII a entregar serviços de valor agregado às PMEs. Esses esforços vão tornar essas empresas mais competitivas e melhorar seu acesso ao financiamento tanto da CII quanto de fontes comerciais. A nova divisão vai lhe dar apoio de um modo que vai envolver parcerias estratégicas com doadores e parceiros dos setores público e privado, para potencializar os recursos e conhecimentos técnicos da CII.

A agenda da TAS

A posição ímpar ocupada pela CII como principal organização multilateral com foco no financiamento direto e indireto de PMEs na América Latina e Caribe reflete-se em sua capacidade para oferecer uma extensa gama de produtos e serviços não-financeiros para as PMEs. A TAS vai ajudar cada vez mais a CII a realizar o seu propósito

- prestando mais serviços de valor agregado não-financeiros às PMEs na América Latina e Caribe por meio de assistência técnica direta e programas estratégicos;
- expandindo sua rede de alianças com entidades dos setores público e privado para beneficiar as PMEs da região pelo acesso a seus recursos de conhecimento e assistência técnica; e
- pondo em marcha novas atividades de apoio às PMEs da região, em coordenação com o BID e o Fumin.

A CII está procurando se tornar líder entre as instituições multilaterais que prestam assistência técnica às PMEs na América Latina e Caribe. Para que seus serviços não-financeiros tenham um impacto significativo, a CII reconheceu que suas iniciativas precisam ter um número limitado, ser bem coordenadas com as outras áreas de negócios da CII, ter natureza prática e ser altamente relevantes para as PMEs da região. Além disso, para atingir o impacto desejado, essas atividades devem promover suas metas e ser condizentes com o plano operacional da própria CII.

A TAS vai começar focando quatro programas estratégicos e complementares: FINPYME, energia renovável e eficiência energética, promoção de práticas de governança boas e sólidas para as PMEs familiares, e serviços de consultoria em geral.

FINPYME

FINPYME (www.finpyme.org) é uma metodologia para diagnósticos de PMEs, inclusive uma avaliação sistemática de suas operações. Esta metodologia pode determinar a posição competitiva da PME e cria um roteiro para aperfeiçoamentos.

No fim do ano de 2008, 134 empresas na América Central, Panamá e República Dominicana tinham concluído diagnósticos de suas operações. Dessas empresas, 20 têm pedidos de empréstimo em consideração na CII e 5 já receberam financiamentos da CII. Além disso, 27 foram encaminhadas a bancos locais, que concederam créditos a 2 delas. Ademais, no quarto trimestre de 2008, quatro universidades e uma organização sem fins lucrativos no Caribe receberam treinamento na metodologia FINPYME. Em 2009, a CII vai treinar seis agentes FINPYME na Colômbia.

No Caribe, onde o FINPYME está começando, o programa vai se estender por cinco países anglófonos: Bahamas, Barbados, Belize, Jamaica e Trinidad e Tobago. Ainda em 2009, o programa de diagnósticos terá início na Colômbia.

Na América Central e no Caribe, o programa FINPYME recebeu forte apoio do Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs, inclusive recursos para a produção de uma plataforma na Web destinada à execução dos diagnósticos. O Governo da Áustria aprovou recursos de assistência técnica para o programa no Caribe e o Governo da Espanha forneceu recursos para o início das operações do programa na Colômbia.

Energia renovável e eficiência energética

Os projetos de energia renovável obtêm energia de fontes essencialmente inexauríveis – ao contrário, por exemplo, dos combustíveis fósseis, cujo suprimento é finito. A CII está particularmente interessada em projetos de energia renovável, como as usinas hidroelétricas de pequeno porte, de biomassa/biogás (aterros sanitários), eólicas, solares e geotérmicas.

Os projetos de uso eficiente da energia reduzem os custos das PMEs, reduzindo o consumo de energia. Essa redução geralmente é alcançada instalando equipamentos tecnologicamente mais avançados, a fim de produzir o mesmo nível de serviços para o uso final com menor consumo de eletricidade, por exemplo, trocando equipamento de iluminação e aquecimento, motores e caldeiras por outros mais eficientes. Os projetos de eficiência no uso da energia incluem os que melhoram o



*ULACIT, Agente FINPYME
na Costa Rica*



7. AMPO Limitada na Costa Rica

A AMPO é uma empresa de capital costarrriquenho que produz pastas de papelão de vários tipos, fichários e mais uma ampla variedade de material de escritório, exportado para a América Central e do Sul e Caribe. A AMPO tem fábricas na Costa Rica e Nicarágua e recentemente abriu uma pequena unidade de produção no Panamá. Registrou-se no programa FINPYME da CII em 2007 e foi a primeira operação originada do programa na Costa Rica.

Na Costa Rica, a Universidad Latinoamericana de Ciencia y Tecnología (ULACIT) está identificando e avaliando PMEs e, fundamentalmente, melhorando seu perfil competitivo e facilitando seu acesso a financiamento. Neste país o programa FINPYME é financiado com recursos do Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs.

uso de energia em prédios (como hospitais, residências, universidades e hotéis), bem como em processos industriais e agrícolas.

Em 2008, a CII prestou assistência técnica a dois projetos dentro do programa de energia renovável e eficiência energética. Um projeto no Chile (Energía Pacífico) consistiu em um estudo para

determinar o suprimento de biomassa e avaliar a adequação da tecnologia a usar. O segundo projeto (Caruquia e Guanaquitas) monitorou a construção de duas hidroelétricas na Colômbia. Em ambos os casos, a assistência técnica foi financiada pelo Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs. Os projetos também foram aprovados para financiamento pela CII.

Muitas PMEs reconhecem os benefícios do uso eficiente da energia mas não implementam as medidas necessárias por falta de financiamento, preocupações com a possibilidade de não haver ganho real ou falta de conhecimento sobre onde encontrar produtos e serviços com consumo de energia eficiente. Para ajudar a resolver a questão a CII, com apoio do Fundo Fiduciário da Coréia, juntou-se com o Scotiabank para patrocinar oficinas na Jamaica e em Belize. Os principais objetivos dessas oficinas são destacar a



Oficina de governança de empresas familiares



8. Oficina de governança de empresas familiares


A CII sediou uma oficina de governança corporativa na Jamaica em outubro de 2008. A oficina foi financiada principalmente pelo Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs e organizada em associação com a MONA School of Business da University of the West Indies.

O objetivo da oficina foi oferecer às empresas familiares a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre questões típicas de governança, de modo a elevar sua competitividade e suas possibilidades de continuidade no longo prazo. Tratou dos seguintes desafios comuns enfrentados pelas PMEs familiares: desenvolver uma forma responsável e unida de controle societário do negócio, entender o processo sucessório e preparar a nova geração para garantir a continuidade do negócio.

Compareceram à oficina 24 participantes de 13 empresas familiares jamaicanas. A CII planeja continuar a organizar e patrocinar esse tipo de oficina de desenvolvimento de capacidades no Caribe, para levar avante sua missão de dar apoio às PMEs e fortalecer as suas posições.

importância de medidas de eficiência no uso de energia para as PMEs e sugerir modos práticos para as PMEs reduzirem suas despesas com energia.

Promoção de práticas de governança boas e sólidas para as PMEs familiares

A governança corporativa recebeu muita atenção pública em 2008. A CII manteve-se em dia com essa tendência internacional trazendo atenção, recursos e melhores práticas para empresas da América Latina e Caribe, com foco nas necessidades e desafios dos negócios familiares. Na Jamaica, em 2008, a CII patrocinou para seus clientes uma oficina de treinamento sobre a governança de empresas familiares. Foi o primeiro evento da CII no quadro deste programa no Caribe (ver  quadro 8).

Serviços gerais de consultoria

O programa presta assistência a clientes potenciais e atuais, executando certos serviços de consultoria em áreas como o cumprimento da legislação de proteção ao meio ambiente, análise financeira e avaliação técnica. O programa facilita as oficinas para compartilhamento e disseminação de conhecimento (ver na tabela 3 uma lista de projetos levados avante em 2008).

TABELA 3. PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EXECUTADOS EM 2008

Fundo	Nome do projeto	País
	<i>Aglomerados Cotopaxi, S.A.</i> —Exame ambiental	Equador
	<i>Apícola de Oriente, S.A.</i> —Assistência técnica para o projeto de uma usina de processamento de mel de abelha para exportação e consumo interno	Nicarágua
	<i>Assistência técnica jurídica</i> —Instrumento fiduciário de garantia do Paraguai	Paraguai
	<i>Cañazas Natural Power and Resources, S.A.</i> —Análise técnica da viabilidade de um projeto de mini-hidroelétrica e monitoramento da construção	Panamá
	<i>Caruquia, S.A. E.S.P. e Guanaquitas, S.A. E.S.P.</i> —Monitoramento de construção para dois projetos de energia hidroelétrica	Colômbia
	<i>Energía Pacífico, S.A.</i> —Avaliação do suprimento de biomassa e adequação da tecnologia; consultoria no desenvolvimento de projeções de mercado; monitoramento da construção de usina de co-geração alimentada por biomassa	Chile
Fundo Fiduciário Coreano	<i>FINPYME</i> —Criação do portal para o programa FINPYME	Regional
	<i>FINPYME</i> —Fase I do programa de assistência técnica	Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana
	<i>FINPYME</i> —Programa para o Caribe	Bahamas, Barbados, Belize, Jamaica e Trinidad e Tobago
	<i>Governança</i> —Oficina de treinamento na governança de empresas familiares	Jamaica
	<i>Programa de eficiência energética</i> —Iniciativa de auditoria sobre eficiência no uso da energia	Costa Rica, El Salvador, Honduras e Nicarágua
	<i>Programa de eficiência energética</i> —Oficinas sobre eficiência no uso da energia e auditorias sobre energia	Belize e Jamaica
	<i>SBRL</i> —Preparação para qualificação e assessoria jurídica	Bahamas, Barbados, Costa Rica, El Salvador, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai
	<i>SBRL</i> —Programa de avaliação do Caribe	Países de língua inglesa

TABELA 3. (cont.) PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EXECUTADOS EM 2008

Fundo	Nome do projeto	País
Fundo Fiduciário Dinamarquês	<i>Cajas y Bolsas, S.A.</i> —Avaliação do impacto ambiental	El Salvador
	<i>Demerara Bank Limited</i> —Concepção do sistema de gestão ambiental	Guiana
	<i>SBRL</i> —Preparação para qualificação e assessoria jurídica	Bolívia
	<i>SBRL</i> —Programa de avaliação da Bolívia e El Salvador	Bolívia e El Salvador
Fundo Suíço	<i>Cañazas Natural Power and Resources, S.A.</i> —Exame social e ambiental de um projeto de hidroelétrica	Panamá
	<i>FINPYME</i> —Programa para o Caribe (assistência técnica)	Bahamas, Barbados, Belize, Jamaica e Trinidad e Tobago
Infrafund	<i>Reliant Enterprise Communications, Ltd.</i> —Projeto de expansão	Jamaica

Observação: O saldo remanescente dos recursos do Fundo Fiduciário Austríaco foi alocado ao programa FINPYME no Caribe a ser lançado em março de 2009.

Parcerias estratégicas

A CII dissemina informações sobre essas iniciativas, para garantir a visibilidade entre parceiros estratégicos atuais e potenciais. A TAS está estabelecendo parcerias estratégicas formais com organizações dos setores público e privado, para continuar a execução e lançamento de seus programas estratégicos. A CII trabalha atualmente com os seguintes doadores na execução de seus programas estratégicos na América Latina e Caribe.

Áustria: O fundo foi estabelecido conjuntamente entre a CII e a *Finanzierungsgarantie-Gesellschaft m.b.H.*, um órgão do governo austríaco, em setembro de 1999. Foca o financiamento de assistência técnica em toda a América Latina e Caribe.

O Fundo Fiduciário Austríaco reservou mais de US\$ 100.000 para prestar assistência técnica a PMEs no Caribe, dentro do programa FINPYME, nas Bahamas, Barbados, Belize, Jamaica, e Trinidad e Tobago.

Dinamarca: O Governo da Dinamarca e a CII constituíram o Fundo Fiduciário da Dinamarca para Serviços de Consultoria em 2003. Desde então, o fundo tem financiado serviços de consultoria relacionados com o apoio técnico e operacional da CII às PMEs na América Latina e Caribe.

Em 2008 o Fundo Fiduciário da Dinamarca patrocinou a implantação do SBRL na Bolívia e em El Salvador. Um dos principais objetivos do projeto é identificar e treinar parceiros locais para as metodologias de crédito e outras da CII, de modo a permitir que identifiquem pequenas empresas que a CII possa financiar

com empréstimos de curto e médio prazo, bem como avaliar e supervisionar as empresas após o desembolso dos empréstimos pela CII.

Espanha: Conforme um acordo entre o Governo da Espanha e o BID, a CII tem acesso a recursos do Spanish Framework – General Cooperation Fund. Em 2007, o fundo aprovou o uso de recursos para apoiar o FINPYME na Colômbia (que será lançado no começo de 2009), para contratar pessoal para apoio ao FINPYME e para um seminário sobre governança corporativa das PMEs.


Itália: O primeiro fundo fiduciário da CII foi estabelecido em 1992, com a Diretoria Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores do Governo da República da Itália. Os recursos do fundo podem ser usados para preparar estudos de pré-viabilidade e viabilidade, estabelecer programas-piloto, prestar serviços de assistência técnica relacionados com a melhoria de projetos em curso e facilitar a transferência de tecnologia.

A CII está forjando alianças com entidades públicas e privadas. Ademais, colabora intimamente com os doadores: suas contribuições são cruciais para impelir os seus programas.

As atividades atuais incluem o Programa Italiano para o Desenvolvimento da PME, concebido para fortalecer os laços da Itália com a América Latina e Caribe. O programa identifica as empresas italianas, latino-americanas e caribenhas interessadas em criar parcerias em cadeia de produção, transferência de tecnologia e investimentos estrangeiros diretos. Já criou uma ampla rede com cerca de 60 organizações na Itália, América Latina e Caribe, incluindo agências de

desenvolvimento, governos regionais e centrais, bancos, organizações internacionais e empresas. A rede é um exemplo de cooperação descentralizada capaz de atingir novas regiões e identificar PMEs interessadas.

Em 2008, a CII celebrou acordos de cooperação com a Câmara de Comércio de Turim e duas organizações de negócios da Região das Marcas: Meccano SpA (Centro per l'Innovazione Tecnologica delle Imprese del Settore Meccanico) e COSMOB (Centro Tecnologico Settore Legno Arredo). Com esses acordos a CII vai receber apoio desses parceiros estratégicos para incrementar suas atividades de localização e de prestação de serviços de assistência técnica para PMEs da América Latina e Caribe que estejam buscando oportunidades de negócios na Itália.

República da Coreia: Em 2005, a CII e o Governo da República da Coreia criaram o Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs para financiar assistência técnica não reembolsável e outras atividades de apoio à missão da CII e suas operações nos países membros regionais em desenvolvimento, com preferência pelas economias pequenas e menos desenvolvidas. Esse apoio financeiro permitiu à CII lançar seu programa FINPYME (veja a perspectiva do doador no  quadro 9).



9. Perspectiva do doador: Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs

Eog-Weon Lee é um funcionário do Ministério de Estratégia e Finanças da Coréia, encarregado de fundos fiduciários na CII. Esta é sua impressão do Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs.

Dentro de um período de somente três anos desde que foi constituído, em 2005, o Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs tornou-se o principal veículo de apoio das atividades de valor agregado de natureza não financeira da CII. Até esta data, o fundo aprovou 28 projetos, num total de aproximadamente US\$ 4 milhões, o que corresponde a mais de 70% das atividades dos fundos fiduciários da CII.

Creemos que a forte parceria entre a CII e o Governo da República da Coréia, como doador, já teve resultados notáveis. Os esforços de consultoria e colaboração entre a CII e o Governo da Coréia permitiram focar áreas prioritárias e definir programas estratégicos. Esses esforços colaborativos resultaram em programas novos e animadores, como o FINPYME, eficiência energética e promoção de práticas de governança boas e sólidas para as PMEs familiares.

Para quem está trabalhando com o Fundo Fiduciário da Coréia, tem sido uma experiência inesquecível testemunhar a criação da divisão TAS, em parte devida ao significativo apoio prestado pelo fundo. Junto-me a meus colegas na expectativa de ver a TAS desempenhar um papel-chave na missão crítica da CII: apoiar o desenvolvimento de PMEs na região.

A CII assinou memorandos de entendimento separados com o Export-Import Bank of Korea, a Small Business Corporation of Korea e a Korea International Trade Association, para apoiar o desenvolvimento de negócios entre empresas e instituições da Coréia e da América Latina e Caribe. O Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs tem focado os programas estratégicos mencionados acima e também demonstrado interesse em outras iniciativas que a CII pretende empreender, em sua qualidade de prestadora de serviços de assistência técnica.

Uma dessas iniciativas inclui o desenvolvimento e implementação de novos mecanismos de financiamento. O programa apóia e desenvolve novos mecanismos de financiamento que não estão disponíveis no mercado local mas poderiam desempenhar o papel de catalisadores para a oferta de novas alternativas de financiamento para as PMEs pelo fortalecimento do mercado de capitais local. Especificamente, o atual plano operacional da CII inclui um componente para apoiar o desenvolvimento de novos produtos, estruturação de mecanismos de financiamento complexos e análises de viabilidade jurídica, cujo objetivo é dar às PMEs alternativas de financiamento. Parte desses novos mecanismos de financiamento poderia incluir operações em moeda local, tais como emissões de obrigações, swaps e garantias.

Também em 2008, a CII recebeu um generoso apoio financeiro do Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs a fim de traçar um quadro estratégico para desenvolver instrumentos

financeiros criativos de quase-capital destinados a PMEs na América Latina e no Caribe. O apoio do fundo coreano capacitará a CII a traçar um programa de financiamento de quase-capital de longo prazo e flexível, adequado a PMEs que estejam em um ponto de seu ciclo onde o financiamento bancário convencional não atenda às suas necessidades.

Suíça: Em 1994, o BID e o Governo da Confederação Suíça constituíram um fundo fiduciário de cooperação técnica para a prestação de serviços de consultoria e treinamento. Embora esse fundo seja administrado pelo BID, o acordo foi emendado em junho de 2004 para incluir projetos com solicitação de financiamento apresentados pela CII.

O foco do Fundo Fiduciário Suíço para a Cooperação Técnica é prestar serviços de assistência técnica na Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Peru. Em 2008, o fundo financiou duas iniciativas-chave:

- **Avaliação do impacto ambiental para a Cajas y Bolsas, S.A.** Nessa iniciativa, desenvolveu-se uma avaliação de impacto ambiental para um projeto de coleta de produtos de refugo de papel e construção de uma fábrica que usa refugo de papel coletado localmente, para reciclar e produzir linerboard e papelão corrugado em El Salvador.
- **Projeto de geração hidroelétrica.** Efetuou-se um exame social e ambiental para o projeto da mini-hidroelétrica de Cañazas, no Panamá.

ESTABILIDADE EM TEMPOS DIFÍCEIS

Líder em financiamentos de longo prazo

Em 2008 a CII manteve seu compromisso de conceder financiamentos de longo prazo a empresas privadas em toda a América Latina e Caribe. Embora as condições de mercado no primeiro semestre fossem favoráveis ao financiamento privado, as PMEs, em muitos mercados, ainda tinham pouco ou nenhum acesso a financiamentos de longo prazo em termos razoáveis. À medida que o ano avançava e as condições de mercado iam piorando, a necessidade de financiamentos de longo prazo aumentava continuamente.

Em 2008 a CII concedeu financiamentos de longo prazo para três tipos de necessidade: capital de giro, aquisição de ativos e financiamento de projetos. Financiou capital de giro com prazos de três a cinco anos para empresas cujas vendas estavam crescendo e exigiam financiamento para o crescimento de estoques e contas a receber. Embora os fornecedores muitas vezes contribuíssem com parte do financiamento necessário a esse crescimento, tal contribuição muitas vezes era insuficiente. Nesses casos, a CII trabalhou em conjunto com as empresas para determinar suas necessidades de capital de giro e estabelecer um cronograma razoável para a liquidação do empréstimo da CII e o financiamento

permanente do novo e mais alto nível de vendas. Os empréstimos da CII à Comohogar e Comercial Kywi no Equador, AMPO na Costa Rica e Agrofertil no Paraguai são exemplos desse tipo de financiamento.

A empresa privada precisa, muitas vezes, investir em equipamento de capital antes de poder tirar partido de oportunidades de crescimento. Esses investimentos vão desde a compra de equipamentos para produção até investimentos independentes concebidos para reduzir pontos de estrangulamento na produção. As PMEs muitas vezes se voltam para a CII para fazer esses investimentos, porque as linhas de crédito local são totalmente aplicadas em capital de giro ou porque os prazos são breves demais para o financiamento de um investimento de longo prazo.

Nesses casos, a CII fornece capital com prazos apropriados e muitas vezes também ajuda as empresas a preparar planos financeiros adequados para executar seu projeto, gerenciar suas novas obrigações ou gerir uma operação maior. Conforme seja cabível, a CII traz especialistas de fora para tratar de desafios específicos de engenharia, proteção ao meio ambiente ou execução do projeto.

Em 2008 a CII financiou a aquisição e plantio de novos vinhedos pela Fincas Patagónicas na Argentina e a compra de novos equipamentos pesados pela BOS Blocks & Tiles na Jamaica. Também financiou a compra de duas novas unidades de produção gráfica para a Artes Gráficas Sagitario na Bolívia.

A CII oferece financiamentos de longo prazo na base de financiamento de projetos. Como acontece com as PMEs, muitas vezes é difícil obter financiamento de longo prazo para projetos de porte médio, mais comumente de geração de energia. A CII continua a atender a esse nicho trabalhando com patrocinadores de projetos e compradores de energia, com o objetivo de desenvolver estruturas sólidas, juntamente com financiamentos de longo prazo adequados. Como parte dos serviços que traz para seus projetos, a CII pode prestar serviços de assistência técnica não reembolsável que garantam a mitigação ambiental apropriada, solidez técnica e supervisão satisfatória para a execução do projeto.

A despeito das dificuldades do mercado, a CII aprovou empréstimos para mini-hidroelétricas na Colômbia e para uma usina de co-geração por biomassa no Chile. Também aprovou um empréstimo para um produtor inicial de etanol no Paraguai.

A CII proporciona capital de giro, e em muitos casos ajuda as empresas beneficiárias a elaborar planos financeiros para a execução de projetos, gestão da dívida e crescimento.

Indo avante

Pensando em 2009, a CII vai continuar tirando partido do sucesso em sua experiência com financiamentos de longo prazo. A volatilidade do mercado atual tornou a capacidade da CII para conceder empréstimos de longo prazo ainda mais importante para o desenvolvimento contínuo de empresas privadas na América Latina e Caribe e das PMEs da região em particular.

Em 2009, a CII espera ampliar sua capacidade de financiamentos de longo prazo com o Fundo China-CII para o Investimento em Participações Societárias em PMEs. O fundo vai permitir que a CII ofereça capital de risco e investimentos de quase-capital a empresas privadas que mereçam investimentos diretos em instrumentos societários ou similares. Por intermédio desse fundo, a CII ficará em posição de aumentar sua capacidade para atender às necessidades de financiamento de longo prazo de empresas privadas na América Latina e Caribe.

Venda de ações da CIFI

Em 2001 a CII, junto com a Caja Madrid e outras instituições privadas e multilaterais, fundou a Corporación Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura, S.A. (CIFI) a fim de canalizar financiamentos para projetos de infra-estrutura do setor privado na América Latina e Caribe. Desde então, a carteira da CIFI cresceu, sua base de acionistas se expandiu e a instituição obteve financiamento de várias instituições financeiras multilaterais.

Em razão do sucesso da CIFI, a Corporação Financeira Internacional, em 2008, expressou interesse em tornar-se acionista. A CII determinou que a CIFI derivaria grandes benefícios com o capital adicional e recursos técnicos que a Corporação Financeira Internacional poderia fornecer e concordou em vender parte de sua participação. Em setembro de 2008, a CII concluiu a venda de parte de seu investimento na CIFI à Corporação Financeira Internacional. Ainda mantém uma participação de 5,5%.



FATOS E DADOS SOBRE A CII



A CII é uma instituição financeira multilateral com 43 países membros, que faz parte do Grupo do BID. Segundo seu Convênio Constitutivo, sua finalidade é promover o desenvolvimento econômico de seus países membros regionais em processo de desenvolvimento, mediante o estímulo ao estabelecimento, expansão e modernização de empresas privadas, dando prioridade às de pequeno e médio porte, de modo a complementar as atividades do BID.

Para cumprir seu mandato, a CII oferece uma extensa gama de produtos e serviços:

- empréstimos de curto prazo, de até dois anos (capital de giro ou trade finance);
- empréstimos de médio prazo, de três a oito anos (capital de giro, empréstimos a empresas ou financiamento de projetos);
- empréstimos de longo prazo, de oito a quinze anos (empréstimos a empresas ou financiamento de projetos);
- empréstimos A e B consorciados;
- investimentos de capital ou quase-capital; e
- garantias creditícias a empréstimos e instrumentos de dívida.

Indiretamente, a CII também disponibiliza financiamentos para empreendimentos privados:

- adquirindo participações societárias em fundos de private equity que façam investimentos de capital ou quase-capital;
- organizando empréstimos subordinados a instituições financeiras;
- fornecendo recursos a instituições financeiras (linhas de crédito para bancos, arrendamento mercantil, fatorização e microfinanciamento);
- concedendo linhas de agência em parceria com terceiros; e
- disponibilizando financiamentos por intermédio de cadeias produtivas e acordos de co-financiamento com agências de desenvolvimento.

Todos os clientes atendidos pela CII são empresas privadas, de preferência, embora não exclusivamente, PMEs. Usando engenharia financeira, a CII adapta seus produtos às necessidades de financiamento específicas de seus clientes.

As tabelas 4 a 13 expõem uma visão geral das operações da CII e mostram como o impacto no desenvolvimento é alavancado com a atuação de instituições financeiras e outros intermediários locais.

TABELA 4. INDICADORES FINANCEIROS BÁSICOS DA CII

Início das operações	1989
Países membros	43
Capital autorizado	70.590 ações (valor nominal US\$ 10.000)
Capital integralizado	US\$ 657,6 milhões
Carteira de empréstimos e participações societárias em aberto	US\$ 998,9 milhões
Valor cumulativo de empréstimos e participações societárias aprovados	US\$ 3.362,2 milhões
Quadro de pessoal autorizado	107

TABELA 5. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS

Ativos de desenvolvimento (empréstimos e participações societárias)	62,6%
Outros ativos	37,4%

TABELA 6. DISTRIBUIÇÃO DE APROVAÇÕES EM 2008 POR PRODUTO FINANCEIRO

	Montante aprovado	Número de projetos
Instituições financeiras	US\$ 172,8 milhões	26
Projetos diretos, fundos de investimento e linhas de agência	US\$ 127,7 milhões	38
Total	US\$ 300,5 milhões	64

TABELA 7. DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA EM ABERTO POR PRODUTO FINANCEIRO

	Montante em aberto	Número de projetos em aberto
Fundos de investimento	US\$ 24,5 milhões	14
Instituições financeiras	US\$ 733,1 milhões	89
Projetos diretos e linhas de agência	US\$ 241,4 milhões	100
Total	US\$ 998,9 milhões	203

TABELA 8. DISTRIBUIÇÃO SETORIAL EM 2008

Setor	Montante em aberto	% do montante total	% do total de projetos
Agricultura e agronegócios	US\$ 57,4 milhões	6,1%	10,9%
Alimentos, engarrafamento e bebidas	US\$ 19,0 milhões	2,0%	6,0%
Aquacultura e pesca	US\$ 24,5 milhões	2,6%	3,0%
Educação	US\$ 8,4 milhões	0,9%	2,0%
Fundos de investimento	US\$ 24,5 milhões	2,6%	7,0%
Linhas de agência	US\$ 0,0 milhões	0,0%	0,0%
Madeira, papel e celulose	US\$ 12,8 milhões	1,4%	2,5%
Manufatura em geral	US\$ 23,9 milhões	2,6%	7,0%
Mercados de capital	US\$ 0,0 milhões	0,0%	0,0%
Pecuária e avicultura	US\$ 7,1 milhões	0,8%	2,0%
Petróleo e mineração	US\$ 1,8 milhões	0,2%	0,5%
Produtos químicos e plásticos	US\$ 11,4 milhões	1,2%	1,0%
Programa de pequenos empréstimos	US\$ 0,0 milhões	0,0%	0,0%
Saúde	US\$ 0,1 milhões	0,0%	0,5%
Serviços financeiros	US\$ 733,1 milhões	71,5%	43,3%
Serviços não financeiros	US\$ 0,2 milhões	0,0%	0,5%
Serviços públicos e infra-estrutura	US\$ 29,2 milhões	3,1%	5,5%
Tecnologia, comunicações e nova economia	US\$ 0,3 milhões	0,0%	1,0%
Têxteis, confecções e couro	US\$ 23,3 milhões	2,5%	2,0%
Transporte e armazenamento	US\$ 3,9 milhões	0,4%	1,5%
Turismo e hotelaria	US\$ 3,7 milhões	0,4%	2,0%
Zonas de processamento industrial	US\$ 4,1 milhões	0,4%	1,0%
Diversos	US\$ 10,2 milhões	1,1%	1,0%
Total	US\$ 998,9 milhões	100,0%	100,0%

TABELA 9. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS PARA 2008

Projetos aprovados com valor até US\$ 3,0 milhões	37
Projetos aprovados com valor entre US\$ 3,0 milhões e US\$ 10,0 milhões	21
Projetos aprovados com valor superior a US\$ 10,0 milhões	6
Valor médio dos financiamentos aprovados, corporativo	US\$ 3,4 milhões
Valor médio dos financiamentos aprovados a instituições financeiras intermediárias	US\$ 6,7 milhões
Valor médio dos financiamentos a través de instituições financeiras intermediárias usando recursos da CII	US\$ 254.700
Provisões para empréstimos / Total empréstimos	6,1%
Número de empresas que solicitaram financiamento da CII	270
Número de projetos e programas aprovados	64
Número de empréstimos aprovados a instituições financeiras intermediárias	26
Número de projetos sob supervisão	203

TABELA 10. PROGRAMAS DE EMPRÉSTIMOS A PMEs

Distribuição	Setor	País	Empréstimo
IFEM	Serviços financeiros	México	US\$ 2.000.000
IFEM	Serviços financeiros	México	US\$ 3.000.000
IFEM	Serviços financeiros	México	US\$ 3.000.000
Programa para bancos pequenos	Serviços financeiros	Costa Rica	US\$ 2.000.000
Programa para bancos pequenos	Serviços financeiros	Guiana	US\$ 2.000.000
Programa para bancos pequenos	Serviços financeiros	Suriname	US\$ 1.000.000
Programa para bancos pequenos	Serviços financeiros	Uruguai	US\$ 1.500.000
SBRL	Agricultura e agronegócios	Paraguai	US\$ 215.000
SBRL	Alimentos, engarrafamento e bebidas	Bolívia	US\$ 428.000
SBRL	Alimentos, engarrafamento e bebidas	Costa Rica	US\$ 600.000
SBRL	Alimentos, engarrafamento e bebidas	Nicarágua	US\$ 190.000
SBRL	Manufatura em geral	Bolívia	US\$ 375.000
SBRL	Manufatura em geral	Costa Rica	US\$ 200.000
SBRL	Manufatura em geral	Jamaica	US\$ 170.000
SBRL	Manufatura em geral	Nicarágua	US\$ 190.000
SBRL	Manufatura em geral	Paraguai	US\$ 200.000
SBRL	Pecuária e avicultura	Paraguai	US\$ 600.000
SBRL	Tecnologia, comunicações e nova economia	Bolívia	US\$ 180.000
SBRL	Transporte e armazenamento	Bolívia	US\$ 400.000
SBRL	Transporte e armazenamento	Jamaica	US\$ 350.000
SBRL	Turismo e hotelaria	Bolívia	US\$ 600.000

TABELA 11. APROVAÇÕES CUMULATIVAS POR PAÍS

País	Montante aprovado	% do montante total	Número de projetos aprovados
Argentina	US\$ 246,3 milhões	7,3%	41
Bahamas	US\$ 6,0 milhões	0,2%	2
Barbados	US\$ 7,0 milhões	0,2%	2
Belize	US\$ 7,0 milhões	0,2%	2
Bolívia	US\$ 73,7 milhões	2,2%	24
Brasil	US\$ 416,7 milhões	12,4%	49
Chile	US\$ 232,2 milhões	6,9%	35
Colômbia	US\$ 278,9 milhões	8,3%	33
Costa Rica	US\$ 88,1 milhões	2,6%	27
El Salvador	US\$ 55,3 milhões	1,6%	14
Equador	US\$ 143,3 milhões	4,3%	30
Guatemala	US\$ 74,6 milhões	2,2%	12
Guiana	US\$ 5,5 milhões	0,2%	4
Haiti	US\$ 1,0 milhão	0,0%	1
Honduras	US\$ 67,6 milhões	2,0%	16
Jamaica	US\$ 47,3 milhões	1,4%	11
México	US\$ 394,7 milhões	11,7%	57
Nicarágua	US\$ 83,7 milhões	2,5%	31
Panamá	US\$ 66,9 milhões	2,0%	9
Paraguai	US\$ 63,4 milhões	1,9%	26
Peru	US\$ 344,1 milhões	10,2%	38
República Bolivariana da Venezuela	US\$ 63,5 milhões	1,9%	12
República Dominicana	US\$ 60,6 milhões	1,8%	10
Suriname	US\$ 5,0 milhões	0,1%	2
Trinidad e Tobago	US\$ 60,3 milhões	1,8%	5
Uruguai	US\$ 85,6 milhões	2,5%	25
Regional A e B exclusivamente	US\$ 71,0 milhões	2,1%	12
Regional A, B, C e D	US\$ 153,5 milhões	4,6%	16
Regional C e D exclusivamente	US\$ 165,7 milhões	4,9%	16
Total	US\$ 3.368,2 milhões	100,0%	562

Observação: O número de projetos de 2008 inclui o programa IFEM e os projetos realizados no âmbito desse programa.

TABELA 12. APROVAÇÕES CUMULATIVAS POR SETOR

Setor	Montante aprovado	% do montante total	Número de projetos aprovados
Agricultura e agronegócios	US\$ 258,1 milhões	7,7%	66
Alimentos, engarrafamento e bebidas	US\$ 55,1 milhões	1,6%	20
Aquacultura e pesca	US\$ 93,8 milhões	2,8%	21
Educação	US\$ 30,8 milhões	0,9%	8
Fundos de investimento	US\$ 222,6 milhões	6,6%	44
Linhas de agência	US\$ 221,8 milhões	6,6%	15
Madeira, papel e celulose	US\$ 55,8 milhões	1,7%	13
Manufatura em geral	US\$ 104,8 milhões	3,1%	36
Mercados de capital	US\$ 28,0 milhões	0,8%	5
Pecuária e avicultura	US\$ 26,5 milhões	0,8%	8
Petróleo e mineração	US\$ 46,4 milhões	1,4%	10
Produtos químicos e plásticos	US\$ 75,4 milhões	2,2%	14
Programa de pequenos empréstimos	US\$ 20,0 milhões	0,6%	1
Saúde	US\$ 25,1 milhões	0,7%	4
Serviços financeiros	US\$ 1.663,4 milhões	49,4%	209
Serviços não financeiros	US\$ 19,3 milhões	0,6%	5
Serviços públicos e infra-estrutura	US\$ 120,3 milhões	3,6%	19
Tecnologia, comunicações e nova economia	US\$ 29,9 milhões	0,9%	8
Têxteis, confecções e couro	US\$ 46,0 milhões	1,4%	8
Transporte e armazenamento	US\$ 50,1 milhões	1,5%	13
Turismo e hotelaria	US\$ 67,3 milhões	2,0%	14
Zonas de processamento industrial	US\$ 37,2 milhões	1,1%	10
Diversos	US\$ 70,6 milhões	2,1%	11
Total	US\$ 3.368,2 milhões	100,0%	562

Observação: O número de projetos de 2008 inclui o programa IFEM e os projetos realizados no âmbito desse programa.

TABELA 13. PAÍSES DE ORIGEM E TOTAL DAS AQUISIÇÕES, 1989-2008
(em 31 de dezembro de 2008 - em milhares de US\$)

Alemanha	81.356
Argentina	293.209
Áustria	358
Bahamas	2.612
Barbados	11.250
Bélgica	272
Belize	8.227
Bolívia	13.231
Brasil	199.789
Chile	149.123
Colômbia	32.755
Costa Rica	72.902
Dinamarca	8.102
El Salvador	15.921
Equador	21.896
Espanha	28.276
Estados Unidos	412.310
Finlândia	2.240
França	15.811
Guatemala	49.707
Guiana	600
Honduras	57.498
Israel	13.530
Itália	48.922
Jamaica	43.043
Japão	22.170
México	100.437
Nicarágua	23.687
Noruega	7.551
Países Baixos	55.593
Panamá	13.949
Paraguai	18.097
Peru	72.813
República Bolivariana da Venezuela	37.281
República da Coréia	457
República Dominicana	30.043
Suécia	5.895
Suíça	27.972
Trinidad e Tobago	1.000
Uruguai	69.698
Regional	18.530
Total	2.088.113



O ANO EM RETROSPECTO





RESULTADOS OPERACIONAIS

Em 2008, a CII aprovou projetos diretos, e também empréstimos, investimentos e operações de co-financiamento com participação de intermediários financeiros que alavancaram substancialmente os recursos fornecidos de forma direta pela CII.

As operações resumidas na tabela 14 são empréstimos e programas no total de US\$ 300,5 milhões. Os seis empréstimos co-financiados este ano mobilizarão mais US\$ 300,6 milhões em financiamento, reforçando a alavancagem dos recursos disponíveis para as pequenas e médias empresas da região (ver tabela 15).

O site da CII na Internet (www.iic.int) informa como solicitar financiamento. Os interessados também podem enviar pedidos de informações ao pessoal da CII na região ou à sua sede em Washington, D.C., Estados Unidos. O site oferece também um formulário de pedido de informações que, uma vez preenchido pela empresa ou instituição financeira em busca de financiamento, é encaminhado automaticamente à divisão pertinente da CII.

TABELA 14. OPERAÇÕES APROVADAS EM 2008 (montantes em US\$)

País	Setor	Nome da empresa	Montante aprovado	Custo total do projeto
Argentina	Agricultura e agronegócios	Industrias Alimenticias Mendocinas, S.A.	3.000.000	25.400.000
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	Fincas Patagónicas, S.A.	2.000.000	2.100.000
	Manufatura em geral	BGH, S.A.	7.000.000	30.000.000
	Serviços financeiros	Banco Patagonia, S.A.	5.000.000	5.000.000
	Serviços não financeiros	Desler, S.A.	200.000	200.000
	Turismo e hotelaria	Termas de Lahuen Co, S.A.	750.000	1.473.000
Bolívia	Alimentos, engarrafamento e bebidas	Sociedad Industrial y Comercial "La Francesa", S.A.	428.000	500.000
	Manufatura em geral	Artes Gráficas Sagitario, S.R.L.	375.000	470.000
	Serviços financeiros	Banco Solidario, S.A.	5.000.000	5.000.000
	Tecnologia, comunicações e nova economia	Nexcom, S.R.L.	180.000	817.000
	Transporte e armazenamento	Empresa de Transportes El Porvenir Limitada, S.R.L.	400.000	500.000
	Turismo e hotelaria	Río Selva Resort, S.A.	600.000	700.000
Brasil	Agricultura e agronegócios	Vale do Paraná, S.A.	15.000.000	111.000.000
	Serviços financeiros	Banco Rabobank International Brasil, S.A.	27.000.000	185.000.000

Descrição

A IAMSA é uma das maiores produtoras e comercializadoras de frutas e tomates enlatados da Argentina. O empréstimo ajudará a empresa a consolidar-se num período de significativo crescimento.

A Fincas Patagónicas é especializada em vinhos finos, sobretudo para exportação. O empréstimo capacitará a empresa a expandir sua capacidade de produção e aumentar as exportações, assim cumprindo seus compromissos de exportação e satisfazendo a uma demanda crescente.

A BGH é uma das principais fabricantes e comercializadoras argentinas de produtos e serviços na área dos eletrodomésticos, telecomunicações, tecnologia e computadores. Os recursos do empréstimo serão usados para financiar a reconstrução de uma fábrica da empresa e para construir um novo centro de distribuição, que lhe permitirá um gerenciamento mais flexível e eficiente de seu estoque.

O Banco Patagonia, quinto banco privado da Argentina em depósitos, concentra-se primordialmente nos segmentos de varejo e PMEs. O empréstimo respaldará o financiamento de médio prazo para PMEs na Argentina.

A Desler é um dos principais atores do setor de gestão de resíduos na Argentina. O empréstimo financiará a compra de uma moderna escavadeira hidráulica. Assim, a CII contribuirá para a sustentabilidade da empresa e respaldará a proteção ambiental.

A Termas de Lahuen Co opera um spa na montanha, em um ambiente natural e com alto potencial turístico. O projeto consiste em construir um pavilhão com 11 quartos anexo ao spa termal. A participação da CII irá estimular o desenvolvimento e o emprego numa zona rural da Argentina.

A La Francesa é líder em panificação e bebidas à base de leite na Bolívia. Usará os recursos do empréstimo para refinar o seu passivo e financiar capital de giro a fim de assegurar a continuidade e rentabilidade do empreendimento.

A Artes Gráficas Sagitario oferece produtos e serviços gráfico-editoriais. O empréstimo financiará a compra de dois novos componentes do equipamento de produção previstos no plano de expansão e modernização da empresa.

O BancoSol é especializado em empréstimos a microempresas no país. Este empréstimo dará ao BancoSol condições para oferecer financiamento de mais longo prazo e ampliar os seus empréstimos a microempresas na Bolívia.

A Nexcom fornece produtos e presta serviços de alta tecnologia. O empréstimo ajudará a empresa a adquirir um teleporto de satélites de última geração, que lhe dará condições para oferecer novos serviços de telecomunicações e aperfeiçoar os que já fornece.

A El Porvenir presta serviços de transporte terrestre nacional e internacional. Os recursos do empréstimo serão usados para comprar novas carretas e caminhões-tanque para aumentar a capacidade de transporte rodoviário da empresa.

A Río Selva Resort é uma conhecida cadeia de quatro hotéis. Os recursos do empréstimo serão usados para refinar passivos e financiar capital de giro a fim de assegurar uma estrutura de capital adequada ao empreendimento.

A Vale do Paraná planta cana-de-açúcar, e processa e comercializa açúcar bruto e álcool hidratado. A empresa utilizará os recursos do empréstimo para construir uma usina de açúcar de última geração a fim de produzir e comercializar etanol, aumentando assim o suprimento de energia renovável.

O Rabobank é uma instituição que financia primordialmente o setor de agronegócios, em que detém uma parte substancial do mercado das PMEs. O empréstimo subordinado da CII será considerado capital de nível II e terá um efeito multiplicador sobre a capacidade de financiamento do Rabobank.

TABELA 14. (cont.) OPERAÇÕES APROVADAS EM 2008 (montantes em US\$)

País	Setor	Nome da empresa	Montante aprovado	Custo total do projeto
Chile	Alimentos, engarrafamento e bebidas	Frigorífico La Cantera Copiapó, S.A.	1.000.000	1.800.000
	Madeira, papel e celulose	Neopak, S.A.	5.000.000	40.600.000
	Serviços financeiros	Eurocapital, S.A.	5.000.000	5.000.000
	Serviços financeiros	Factotal, S.A.	5.000.000	5.000.000
	Serviços públicos e infra-estrutura	Energía Pacífico, S.A.	8.000.000	35.731.300
Colômbia	Serviços públicos e infra-estrutura	Caruquia, S.A. E.S.P.	7.650.000	21.800.000
	Serviços públicos e infra-estrutura	Guanaquitas, S.A. E.S.P.	7.850.000	22.400.000
Costa Rica	Alimentos, engarrafamento e bebidas	Distribuidora de Carnes Zamora, S.A.	1.100.000	1.700.000
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	Industria Los Patitos, S.A.	600.000	600.000
	Manufatura em geral	AMPO Limitada	1.200.000	1.350.000
	Manufatura em geral	Corrugadora de Costa Rica, S.A.	1.500.000	1.500.000
	Manufatura em geral	Materiales y Techos Construcción, S.A.	200.000	200.000
	Serviços financeiros	Financiera Desyfin, S.A.	2.000.000	2.000.000

Descrição

O Copiapó foi criado pela exportadora de frutas Exportadora Subsole, S.A. O projeto consiste em construir uma unidade de armazenamento a frio na zona de Copiapó a fim de prestar mais e melhores serviços de armazenamento a frio para agricultores locais. O resultado será um produto melhor para o consumidor final.

A Neopak, uma fábrica construída pela Papelera Carrascal, produz caixas de papelão corrugado para exportadores de frutas, salmão, vinho e outros produtos.

A Eurocapital é uma empresa de fatorização. A fatorização é amplamente usada por PMEs chilenas que necessitam de capital de giro. Os recursos do empréstimo serão usados para financiar PMEs que necessitam de capital de giro, sobretudo aquelas voltadas para a exportação. Com isso, melhorará o acesso de PMEs chilenas a fontes adequadas de crédito.

A Factotal compra faturas, letras de câmbio e cheques emitidos por PMEs, que são o seu mercado alvo. O empréstimo permitirá à empresa atender as PMEs que normalmente não têm acesso fácil a financiamento bancário.

A Energía Pacífico foi fundada para executar um projeto de co-geração de energia a partir da biomassa. A Coipsa, proprietária do projeto, usará o empréstimo para construir e operar uma usina de co-geração necessária para assegurar a lucratividade futura da empresa.

Caruquia e Guanaquitas são projetos de energia renovável que abarcam a construção e operação de duas usinas hidrelétricas a 95 quilômetros de Medellín. Terão uma capacidade instalada de 9,8 megawatts cada uma e produzirão por ano 124,1 gigawatts-hora de energia limpa. Com seu financiamento, a CII demonstra que é viável para o setor privado investir em projetos hidrelétricos pequenos e conceder financiamento de longo prazo.

A Carnes Zamora processa e distribui produtos suínos com valor agregado. Usará o empréstimo a fim de aperfeiçoar a usina de processamento e comprar equipamento novo como parte de seu plano para elevar a qualidade e a competitividade.

A Industria Los Patitos produz e comercializa urucum, temperos e especiarias. O empréstimo ajudará a Los Patitos a aperfeiçoar e automatizar suas instalações e a financiar capital de giro para estoques. Assim, a empresa terá condições de aperfeiçoar seus produtos e processos.

A AMPO produz pastas suspensas de papelão, pastas rígidas e toda uma variedade de outros artigos de escritório destinados à exportação para a América Latina e Caribe. O empréstimo dará à empresa financiamento para capital de giro, para expandir depósitos e a unidade principal de produção na Costa Rica, bem como para abrir uma fábrica nova no Panamá.

A Cocorisa produz caixas de papelão corrugado e microcorrugado. A participação da CII ajudará a melhorar o fluxo de caixa da empresa fornecendo financiamento para capital de giro permanente, liberando linhas de crédito rotativo para financiar o crescimento sazonal e de curto prazo da empresa. Assim será beneficiado o setor agroexportador, que necessita de embalagens diferenciadas para proteger produtos perecíveis.

A Mateco importa e comercializa produtos para o setor da construção, particularmente materiais para telhados, grades e ferro forjado. Com os recursos do empréstimo, a empresa financiará capital de giro permanente e temporário e instalará equipamento para a fabricação própria de tijolos de plástico, evitando a necessidade de importá-los.

A Financiera Desyfin é uma empresa de fatorização que presta seguro de garantia do proponente e executante (bid and performance bonds), linhas de crédito renováveis, empréstimos para capital de giro, empréstimos garantidos por empenho ou hipoteca e outros serviços financeiros. O empréstimo será usado sobretudo para financiar o crescimento da carteira de empréstimos de médio e longo prazo da Desyfin, para repasse a PMEs na Costa Rica.

TABELA 14. (cont.) OPERAÇÕES APROVADAS EM 2008 (montantes em US\$)

País	Setor	Nome da empresa	Montante aprovado	Custo total do projeto
El Salvador	Manufatura em geral	Cajas y Bolsas, S.A.	1.000.000	1.000.000
	Serviços financeiros	Banco Multisectorial de Inversiones	10.000.000	10.000.000
	Serviços financeiros	Banco ProCredit, S.A.	2.000.000	2.000.000
Equador	Comércio e distribuição	Comercial Kywi, S.A.	6.000.000	14.100.000
	Comércio e distribuição	Comohogar, S.A.	10.000.000	15.000.000
Guatemala	Serviços financeiros	Banco de América Central	10.000.000	10.000.000
	Serviços financeiros	Financiera de Occidente, S.A.	3.000.000	3.000.000
Guiana	Serviços financeiros	Demerara Bank Limited	2.000.000	2.000.000
Jamaica	Manufatura em geral	Horace Holding Limited	170.000	200.000
	Serviços financeiros	First Global Bank Limited	6.000.000	6.000.000
	Transporte e armazenamento	BOS Blocks & Tiles Limited	350.000	400.000
México	Agricultura e agronegócios	Almacenadora Mercader, S.A.	5.000.000	5.000.000

Descrição

A Cajas y Bolsas fabrica caixas e produtos gráficos. Os recursos do empréstimo da CII serão usados para melhorar o fluxo de caixa da empresa proporcionando financiamento para capital de giro permanente. Esta contribuição permitirá que a Cajas y Bolsas faça uso de suas linhas de crédito rotativo para financiar o crescimento sazonal ou de curto prazo. O setor de exportação, que requer embalagem diferenciada para proteger produtos perecíveis, será beneficiado indiretamente com este empréstimo.

O BMI, uma instituição bancária de segundo escalão, é uma das maiores fontes de financiamento de longo prazo para instituições financeiras em El Salvador, particularmente instituições de porte médio. Com este empréstimo, o BMI poderá ampliar o seu apoio a instituições que atendem a micro empresas e PMEs.

A ProCredit é uma instituição financeira líder em El Salvador. Efetua empréstimos a microempresas e pequenas empresas. Esta é a segunda operação da CII com a ProCredit. O empréstimo ajudará a ProCredit a ampliar o financiamento que fornece a microempresas e pequenas empresas locais para capital de giro e despesas de capital. A expectativa é que a ProCredit financiará 7.000 a 10.000 novos clientes com os proventos do empréstimo da CII.

A Comercial Kywi é uma empresa líder no Equador no campo das ferragens e produtos para o setor da construção. Mais de 50% dos produtos vendidos pela empresa são fabricados por pequenos artesãos e PMEs, no Equador e em outros países da região andina. O empréstimo será usado para financiar as necessidades permanentes de capital de giro da empresa e para abrir novas lojas em todo o país. Assim, a situação financeira da Kywi no atual ambiente de queda de liquidez nos mercados financeiros internacionais ficará fortalecida.

A Comohogar é uma empresa varejista equatoriana líder em produtos para a cozinha e para o lar. O empréstimo será usado como capital de giro. Ademais, a operação estimulará a demanda de produtos locais e regionais, pois cerca de 30% dos produtos vendidos pela Comohogar provêm do Equador ou outros países da região andina.

O BAC Guatemala é uma instituição financeira especializada em serviços bancários para pessoas físicas e jurídicas. Integra o grupo regional BAC Credomatic, um dos maiores conglomerados financeiros da América Central. O empréstimo proporcionará ao BAC Guatemala uma fonte de captações em termos adequados para canalização a PMEs e pessoas físicas na Guatemala.

A Fidosa é uma instituição financeira cujo negócio fundamental consiste na colocação de empréstimos fiduciários ou lastreados por hipotecas ou outras garantias. O empréstimo da CII capacitará a Fidosa a conceder financiamentos de médio ou longo prazo a PMEs guatemaltecas.

O Demerara Bank é o único banco da Guiana controlado integralmente por acionistas locais. Com os recursos do empréstimo, o banco concederá financiamento de médio ou longo prazo a PMEs guianenses.

A Horace Holdings presta serviços de impressão litográfica de alta qualidade. O empréstimo será usado para comprar matérias-primas em quantidades maiores, com desconto, o que garantirá a competitividade da empresa e lhe dará condições para repassar a economia a seus consumidores finais.

O First Global Bank é o único banco comercial da Jamaica controlado exclusivamente por acionistas locais. Os recursos do empréstimo serão usados para fornecer financiamento de médio ou longo prazo a PMEs.

A BOS Blocks & Tiles fabrica blocos de cimento e presta serviços de transporte à indústria do alumínio. Com os recursos do empréstimo, a empresa irá adquirir maquinaria industrial que aumentará sua capacidade para transportar equipamento de mineração. Com este empréstimo, a CII está dando apoio a uma das empresas mais importantes da Jamaica.

A ALMER é líder na armazenagem de grãos. O empréstimo aumentará o volume de recursos para o programa de armazenamento de grãos da empresa destinado a pequenos agricultores. Como resultado, a ALMER terá condições de financiar tais agricultores, seja comprando sua produção com opção de recompra, seja armazenando-a até a venda.

TABELA 14. (cont.) OPERAÇÕES APROVADAS EM 2008 (montantes em US\$)

País	Setor	Nome da empresa	Montante aprovado	Custo total do projeto
México (cont.)	Comércio e distribuição	Melones Internacional, S.A. de C.V.	10.000.000	70.000.000
	Serviços financeiros	CNH Servicios Comerciales, S.A. de C.V. (SOFOL)	3.000.000	3.000.000
	Serviços financeiros	Corporativo Financiero Vimifos, S.A. de C.V. (SOFOL)	3.000.000	3.000.000
	Serviços financeiros	Hipotecaria Vértice, S.A. de C.V. (SOFOM E.N.R.)	4.800.000	4.800.000
	Serviços financeiros	Unión de Crédito General, S.A. de C.V.	2.000.000	2.000.000
Nicarágua	Alimentos, engarrafamento e bebidas	Delicarnes, S.A.	190.000	200.000
	Pecuária e avicultura	Químicas Veterinarias, S.A.	190.000	215.000
Panamá	Serviços financeiros	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Panamá, S.A.	10.000.000	67.000.000
	Serviços financeiros	Banco General, S.A.	25.000.000	25.000.000
Paraguai	Agricultura e agronegócios	Agrofertil, S.A.	2.000.000	2.000.000
	Agricultura e agronegócios	Agrofield, S.R.L.	215.000	400.000
	Agricultura e agronegócios	ERPAR, S.A.E.	1.800.000	6.600.000
	Manufatura em geral	Molino Asunceno Alberto Heilbrunn, S.A.	200.000	300.000
	Pecuária e avicultura	Agrícola Ganadera San Marcos, S.R.L.	600.000	2.200.000

Descrição

A Melones Internacional produz e exporta produtos de estufa de alta qualidade, em especial tomate, pepino sem semente e pimenta. Com os recursos do empréstimo, aumentará a capacidade de suas estufas. Assim, o empréstimo da CII ajudará a empresa a crescer, aumentar a produção e tornar-se mais competitiva em mercados internacionais.

A CNH financia os setores de agronegócios e construção. Os recursos do empréstimo serão usados para financiar a compra de equipamento agrícola por PMEs.

A Vimifos é uma instituição financeira especializada que apóia PMEs, particularmente no setor agrícola, abrindo linhas de crédito para capital de giro e concedendo empréstimos de médio prazo para a compra de imobilizado. Os recursos do empréstimo serão usados para financiar a compra de equipamento agrícola e de agronegócio por PMEs.

A Hipotecaria Vértice dá financiamento a incorporadores e financia aquisição de casa própria. O empréstimo da CII será repassado como empréstimos-ponte de médio prazo para financiar a construção de unidades habitacionais, concentrando-se em projetos ambientalmente saudáveis, em conformidade com o programa de hipotecas verdes da Vértice.

A Unión de Crédito General, uma instituição financeira concentrada em PMEs, usará os recursos do empréstimo para financiar propriedades agrícolas e agronegócios nos estados de Puebla e Querétaro, no México.

A Delicarnes é uma conhecida produtora e comercializadora de embutidos bovinos e suínos. Os recursos do empréstimo serão usados para comprar equipamento novo e melhorar o equipamento atual, comprar matérias-primas e construir novas instalações de expedição. Como resultado, a qualidade dos produtos vai melhorar e a continuidade da empresa será garantida.

A Quimvetsa é um pequeno laboratório e distribuidor de medicamentos veterinários. Com os recursos do empréstimo, comprará matérias-primas e nova maquinaria, além de reformar e equipar um centro de distribuição e vendas no atacado e varejo em Manágua. Assim, a CII ajudará a empresa a melhorar a comercialização de seus produtos a nível nacional.

O BBVA Panamá é o quinto banco do país em ativos e empréstimos, e detém uma crescente fatia do mercado no setor das PMEs. Os recursos do empréstimo serão usados para financiar a compra de imobilizado, maquinaria e capital de giro para PMEs panamenhas.

O Banco General é um dos líderes do setor no Panamá. Os recursos do empréstimo serão usados para financiar a compra de unidades habitacionais para pessoas de média ou baixa renda.

A Agrofértil importa e vende insumos agrícolas. Presta assistência técnica a seus clientes e financia os seus fornecedores. A empresa usará os recursos do empréstimo para financiar suas necessidades de capital de giro, permitindo-lhe disponibilizar mais financiamento para os agricultores, de modo que estes possam expandir a área cultivada, investir em melhores fertilizantes e em proteção da safra, e melhorar o rendimento e os lucros.

A Agrofield produz e comercializa produtos para os setores da agricultura, veterinária, casa e jardim, proteção ambiental e horticultura. O empréstimo será usado para comprar máquinas e equipamentos de alta tecnologia para a nova fábrica da empresa e abrir mais uma filial no interior do país, assim expandindo sua linha de produtos e criando empregos.

O projeto da ERPAR consiste em construir uma usina para produzir etanol a partir da cana-de-açúcar e da mandioca em uma das áreas menos desenvolvidas do Paraguai. Este empréstimo capacitará a ERPAR a promover o desenvolvimento econômico de aproximadamente 1.000 pequenos agricultores, criando empresas lucrativas, integradas e ambientalmente saudáveis.

O MAAHSA produz artigos para toalete, produtos de limpeza e produtos para cuidados com animais. Os recursos do empréstimo serão usados para financiar a compra de uma empacotadeira automática para sabão em pó e outros produtos, e ajudarão a empresa a diversificar os seus produtos e elevar sua competitividade no mercado.

A Agrícola Ganadera San Marcos é uma operação de produção pecuária e agrícola cujas culturas principais são a soja, o milho e o trigo. Os recursos do empréstimo serão usados para financiar a construção de uma propriedade agrícola modelo e também para proporcionar capital de giro. Com este empréstimo a CII apóia o crescimento da empresa e contribui para garantir a sua continuidade.

TABELA 14. (cont.) OPERAÇÕES APROVADAS EM 2008 (montantes em US\$)

País	Setor	Nome da empresa	Montante aprovado	Custo total do projeto
Paraguai (cont.)	Serviços financeiros	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Paraguay, S.A.	12.000.000	42.000.000
	Serviços financeiros	Financiera El Comercio, S.A.E.C.A.	1.000.000	1.000.000
	Serviços financeiros	Visión Banco, S.A.E.C.A.	5.000.000	5.000.000
Peru	Comércio e distribuição	Citibank del Perú, S.A.	20.000.000	20.000.000
	Serviços financeiros	Banco Santander Perú, S.A.	15.000.000	15.000.000
	Serviços financeiros	Empresa Financiera Edyficar, S.A.	5.000.000	5.000.000
Suriname	Serviços financeiros	Coöperatieve Spaar-en Kredietbank Godo G.A.	1.000.000	1.000.000
Uruguai	Serviços financeiros	Microfinanzas del Uruguay, S.A.	1.500.000	1.500.000
Regional A, B, C e D	Manufatura em geral	Bandex, S.A.	1.000.000	1.000.000
	Manufatura em geral	Braspac Embalagens do Nordeste, S.A.	5.000.000	5.000.000
	Mercados de capital	The Currency Exchange Fund N.V.	2.500.000	2.500.000
Total			300.548.000	862.256.300

Descrição

O BBVA Paraguay é um dos líderes do setor bancário no país; concentra-se nos setores agrícola e pecuário, e opera também no mercado das PMEs. Os recursos do empréstimo capacitarão o banco a continuar ampliando sua presença no setor das PMEs no Paraguai.

A El Comercio é a segunda maior financeira do Paraguai. Com este empréstimo, terá condições de ajudar as micro, pequenas e médias empresas paraguaias a financiar suas necessidades de médio prazo, como capital de giro permanente e compras de equipamento e maquinaria. Esta operação beneficiará mais de 50 microempresas e PMEs no Paraguai.

O Visión Banco oferece serviços e produtos financeiros especializados a micro e pequenas empresas, a fim de promover o desenvolvimento social e econômico de pessoas de média ou baixa renda. Os recursos serão emprestados a micro e pequenas empresas, e destinados a investimentos produtivos ou capital de giro.

O Grupo de Supermercados Wong é uma grande empresa de distribuição de alimentos. O projeto consiste em prestar ao Citibank del Perú uma garantia que lhe permita proporcionar financiamento para que o grupo expanda seu programa de empréstimos para capital de giro a seus fornecedores. Por sua vez, esta expansão reduzirá os custos de financiamento para os fornecedores de pequeno e médio porte, elevará a qualidade de seus produtos e diminuirá seus prazos de entrega.

O Banco Santander Perú foi fundado recentemente e concentra-se nos empréstimos a empresas. Os recursos do empréstimo serão usados para financiar empresas peruanas médias, sobretudo em forma de arrendamento financeiro de imobilizado e maquinaria.

A Edyficar é uma instituição financeira criada pela CARE Perú, uma organização não-governamental que faz empréstimos a micro e pequenas empresas. Os recursos do empréstimo capacitarão a Edyficar a financiar microempresas que tenham acesso limitado a fontes adequadas de financiamento.

A Godo é a maior cooperativa de crédito do Suriname. Concede empréstimos destinados primordialmente à compra e reforma de unidades habitacionais. Este empréstimo ajudará a Godo a financiar o crescimento de sua carteira de financiamentos habitacionais e a melhorar a compatibilidade entre os termos de seu próprio ativo e passivo.

A Microfin foi uma das primeiras instituições a prestar serviços financeiros a micro e pequenos empresários no Uruguai. Usará os recursos do empréstimo para conceder, por sua vez, empréstimos de curto ou médio prazo em moeda local ou dólares americanos a micro ou pequenas empresas no Uruguai. Este empréstimo complementarará o investimento do Fumin e ajudará a Microfin a atrair outros financiadores.

A Bandex e a Braspack são as maiores empresas operacionais do Grupo Inplast. Fabricam e comercializam uma longa série de recipientes de poliestireno e embalagens de plástico para a indústria de alimentos. A empresa usará os recursos do empréstimo para refinar seu passivo, de modo a consolidar o rápido crescimento do grupo e aumentar o volume de produção da Braspack.

O TCX promove o desenvolvimento econômico mediante a criação e o fortalecimento de mercados de capital em moeda local, assumindo os riscos de mercado ligados a swaps sem hedge. Participando do empréstimo subordinado do BID ao TCX, a CII busca usar os serviços de hedge em moeda local do TCX em países com economias menores, onde os mercados de swap são limitados ou inexistentes.

TABELA 15. OPERAÇÕES DE CO-FINANCIAMENTO EM 2008

Nome da empresa	Montante bruto aprovado	
	CII	Co-financiamento
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Panamá, S.A.	US\$ 10,0 milhões	US\$ 56,0 milhões
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Paraguay, S.A.	US\$ 12,0 milhões	US\$ 30,0 milhões
Banco Rabobank International Brasil, S.A.	US\$ 27,0 milhões	US\$ 159,0 milhões*
Energía Pacífico, S.A.	US\$ 8,0 milhões	US\$ 20,6 milhões
Industrias Alimenticias Mendocinas, S.A.	US\$ 3,0 milhões	US\$ 5,0 milhões
Melones Internacional, S.A. de C.V.	US\$ 10,0 milhões	US\$ 30,0 milhões
Total	US\$ 70,0 milhões	US\$ 300,6 milhões

*A taxa de câmbio, em 24 de junho de 2008, era de R\$ 1,6038 por dólar dos Estados Unidos. Fonte: CII/FIN.

RESULTADOS FINANCEIROS

A rentabilidade da CII foi melhor no período 2007–2008, se comparada com exercícios anteriores, graças ao plano de ação adotado pela Diretoria Executiva e ao ambiente econômico favorável na região.

O plano de ação possibilitou que a CII aumentasse de forma substancial a quantidade e o volume dos empréstimos aprovados e desembolsados. Como resultado, a receita da CII antes de ganhos de capital, dividendos e outras receitas da carteira de investimentos de capital aumentou 6,7% em 2008.

O lucro líquido em 2008 foi de US\$ 13,9 milhões, comparado com US\$ 83,5 milhões em 2007, que incluía um ganho de US\$ 56 milhões com a venda de investimentos em participações societárias. Os resultados para 2008 sofreram o impacto da provisão para perdas com empréstimos, que aumentou US\$ 16 milhões (de US\$ 39 milhões em 2007 para US\$ 55 milhões em 2008).

Com a atual diminuição do ritmo econômico global, a expectativa é que a rentabilidade da CII deve ainda sofrer os efeitos do impacto continuado de tal desaceleração sobre a região em 2009. As diretrizes para reagir a um ambiente econômico mais severo devem incluir a preservação das margens de lucros com uma definição cuidadosa de preços, aliada a uma abordagem de crescimento mais conservadora.

O exercício 2008 sinalizou um ligeiro declínio na eficiência, conforme mostra o índice da receita financeira líquida sobre despesas administrativas, que baixou de 2,1 em 2007 para 1,9 em 2008.

Riscos da carteira de investimentos de tesouraria

A carteira da CII para investimentos de tesouraria encerrou o ano em boas condições, sem prejuízos, apesar da grave crise financeira mundial em 2008.

Esse resultado foi obtido com um cuidadoso acompanhamento dos mercados e dos instrumentos financeiros, além de medidas mais frequentes para reequilibrar a carteira de forma a evitar alguns instrumentos e segmentos do mercado que sofreram o impacto mais grave de uma onda de rebaixamentos de classificações creditícias e inadimplementos.

Ademais, constatou-se a necessidade de um nível maior de diversificação, além da atribuição de um peso maior a títulos e valores mobiliários garantidos pelo governo do que em anos anteriores.

Qualidade dos ativos

Houve um crescimento constante dos ativos geradores de receita, descontadas as provisões, que passaram de US\$ 800 milhões em 2007 para US\$ 878 milhões em 2008. A qualidade dos ativos permaneceu satisfatória durante o período. A carteira de inadimplentes aumentou de 0% em 2007 para 0,56% em 2008. No final de 2008 um índice de 11 vezes mostrava a saudável relação entre a provisão para perdas com empréstimos e o total de empréstimos inadimplidos.

A qualidade adequada dos ativos é o resultado dos processos mais rigorosos de análise de crédito implantados pela Administração, de um ciclo creditício regional favorável em 2007 e no primeiro semestre de 2008, bem como da baixa contábil dos empréstimos inadimplidos.

A CII vai monitorar com rigor quaisquer sinais de declínio na qualidade dos ativos em 2009, conforme as economias da América Latina passem a sofrer os efeitos de uma crise financeira mundial que diminuiu o ritmo de crescimento econômico.

Não obstante, graças a sua cobertura adequada para a carteira de inadimplentes, a CII está atualmente bem posicionada para resistir aos impactos sobre a qualidade da carteira, acarretados pelo ritmo mais lento de crescimento econômico na região.

Adequação de capital

O Convênio Constitutivo da CII restringe as captações a três vezes o patrimônio líquido. Na prática, a CII tem sempre mantido seu endividamento em níveis inferiores a esse limite. Houve um ligeiro crescimento do índice de endividamento (passivo sobre patrimônio líquido) nos últimos anos, de 0,69 em 2007 para 1,03 em 2008.

Liquidez

A liquidez da CII foi afetada em 2008, e o índice de liquidez sobre endividamento baixou de 0,81 em 2007 para 0,64 em 2008. Esse índice continua, ainda assim, saudável e permite ainda à CII o nível de flexibilidade necessária para fazer face a um ambiente de crédito mais difícil.

Planos de Pensões e de Pós-aposentadoria

O valor dos ativos que lastreiam as obrigações por benefícios da CII diminuiu 21,2% em 2008 devido ao impacto da crise financeira sobre os mercados de títulos. Em consequência, a taxa de cobertura do passivo em relação ao ativo dos planos de pensões caiu para 78,8%, levando a um débito direto de US\$ 25,4 milhões ao patrimônio. A despeito da natureza extraordinária da crise, a Administração e a Diretoria Executiva decidiram aumentar as contribuições da CII para os planos de pensões e de pós-aposentadoria.

Perspectivas segundo a Standard and Poor's

Em 2008 a Standard and Poor's revisou as suas perspectivas de graduação de crédito para a CII, que passou de estável a positiva, com base num risco de carteira de crédito mais baixo, maior diversificação das fontes de captação, lucratividade mais alta e estrutura institucional mais robusta. O relatório da Standard and Poor's destacou as mudanças estratégicas e operacionais positivas da CII, que a capacitariam a alcançar seus objetivos de negócios sem pôr em risco a própria situação financeira.

Financiamento em moeda local

Em 2008, a CII continuou com seus esforços para conceder financiamento em moeda local. Esse trabalho começou em dezembro de 2005, pela aprovação de financiamento a cinco empresas colombianas de arrendamento financeiro com o produto de obrigações colocadas no mercado local. No fim de 2008, a CII tinha operações em moeda local em vários países da região, no valor total de US\$ 158 milhões.

A CII financia suas operações em moeda local captando recursos nos mercados de capital locais ou negociando empréstimos com instituições financeiras locais de proa. Embora a meta final da CII seja penetrar nos mercados de capitais locais, suas operações são financiadas por empréstimos bilaterais quando não se alcança a massa crítica necessária a um lançamento de obrigações. Nestes casos, ou quando é mais difícil para a CII captar recursos no mercado de capital em termos ótimos, estruturam-se empréstimos-ponte, que são posteriormente liquidados com os recursos do lançamento de obrigações.

A CII continuará promovendo o financiamento em moeda local e buscará oferecer esse instrumento a um número maior de países e intermediários financeiros. Numa fase posterior, considerará a concessão de financiamento direto a empresas e o gerenciamento de investimento em moeda local, a fim de operar de modo mais flexível e respondendo melhor às exigências locais.

Fontes de financiamento

Historicamente, as principais fontes de financiamento da CII são as contribuições de capital efetuadas pelos países membros e alguns empréstimos bilaterais tomados de bancos comerciais. Em 2005, porém, a CII começou a diversificar as suas fontes de captação porque o prazo para pagar as parcelas do aumento de capital de 1999 ia expirar em 2007.

Em 2008, a CII conseguiu linhas de crédito expressas em reais e novos soles peruanos para financiar o crescimento de sua carteira de desenvolvimento. Neste mesmo ano a CII, com assessoria do Mizuho Corporate Bank, Ltd., tomou dois empréstimos consorciados no Japão, num total de US\$ 120 milhões. Esta operação elevou o perfil da CII no decisivo mercado japonês e lhe permitiu ampliar suas fontes de financiamento. A CII também utilizou US\$ 100 milhões da linha de crédito do BID de US\$ 300 milhões a 15 anos, assim reforçando a estrutura de seus empréstimos tomados.

Em dezembro de 2008, a CII tinha US\$ 734 milhões em captações e suas linhas de crédito disponíveis totalizavam US\$ 562 milhões. Juntamente com a sólida situação de tesouraria da CII, assim ficou substancialmente reduzido o risco creditício.

TRABALHANDO COM PARCEIROS

Presença da CII em fóruns externos

A CII contribui para valorizar os fóruns em que participa, pois é a única instituição financeira multilateral especializada em PMEs na América Latina e no Caribe. A CII também patrocina eventos na região e, em 2008, aprofundou sua experiência em vários desses eventos.

Numa reunião da Asociación Hondureña de Pequeños Productores de Energía Renovable, a CII fez uma apresentação sobre o sistema de troca de certificados de redução de emissões. A CII explicou os benefícios do modelo de comércio para o mercado de créditos de carbono instituído pelo Contrato de Compra e Venda de Reduções Certificadas de Emissões (CERSPA) e forneceu diretrizes para a negociação de cláusulas dos respectivos contratos.


Mantendo-se à altura de seu perfil mais visível no Caribe, a CII compareceu à Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe na província da Nova Escócia, Canadá, e à 35ª Conferência Anual da Caribbean Association of Indigenous Banks em Barbados, onde compartilhou com grandes bancos da região sua experiência na organização de seminários de treinamento ambiental para instituições bancárias, que se vêm realizando desde 1999. Além disso, organizou um seminário sobre governança de empresas familiares na Jamaica.

A CII patrocinou e esteve presente no Fórum Social Latino-Americano de 2008, organizado pela revista *Foreign Policy* em Washington, D.C., como parte de um debate sobre a importância do investimento social e humano e o papel que desempenha no setor privado.

Compareceu também ao Fórum de Competitividade das Américas, realizado em Atlanta, estado da Geórgia, nos Estados Unidos. A CII também esteve presente no painel sobre o desenvolvimento de capacidade para o comércio das PMEs, participando pela primeira vez como oradora.

Pela segunda vez, compareceu à Caribbean-Central American Action Conference, onde assinou um memorando de entendimento com o Scotiabank, pelo qual este atuaria como parceiro em projetos FINPYME no Caribe. Durante o Fórum Interamericano da Microempresas (FOROMIC), a CII assinou um acordo de empréstimo com o Visión Banco.

Entre outros eventos, compareceu à Reunião Anual da Federação Latino-Americana de Bancos (FELABAN); ao XIII Fórum Ibero-Americano de Sistemas de Garantia; à VI Conferência Latino-Americana de Leasing; à Conferência Latino-Americana de Cidades de 2008; e ao Fórum Internacional de Doadores, onde relatou suas novas iniciativas em matéria de eficiência energética, governança de empresas familiares e outras questões.

Ademais, a CII apresentou seminários sobre gestão de risco ambiental (ver  quadro 10) e avaliou relatórios financeiros e controles de gestão.



10. Seminário sobre gestão ambiental no setor financeiro

As instituições que exercem uma gestão ativa do risco ambiental são mais eficientes porque reduzem os impactos ambientais, melhoram a própria imagem no setor financeiro e elevam a probabilidade de obter financiamento no mercado internacional. Por esta razão a CII, em outubro de 2008, realizou o seu 12º curso de gestão ambiental para o setor financeiro, em Playa del Carmen, México. Este ano o curso foi desenvolvido em colaboração com o Grupo de Salvaguardas Ambientais e Sociais do BID. Compareceram ao seminário 53 participantes de 37 instituições financeiras de 13 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai).



A finalidade do seminário era mostrar às instituições financeiras clientes da CII e do BID como desenvolver seus próprios sistemas de gestão de risco ambiental e assim se tornarem mais competitivas e lucrativas. Ademais, oradores convidados do Banco Itaú (Brasil), FinTerra (México) e Banco Multisectorial de Inversiones (El Salvador) fizeram apresentações acerca de seus sistemas de gestão de risco ambiental e sobre as oportunidades relacionadas com a sustentabilidade ambiental.

A CII vem organizando estes seminários desde 1999; até hoje, já compareceram 386 participantes, representando mais de 150 instituições financeiras. Com estes seminários sobre gestão de risco ambiental, a CII e o BID promovem o intercâmbio de informações entre instituições financeiras na América Latina e no Caribe e divulgam novas oportunidades de mercado.

A CII foi pioneira na América Latina e Caribe com seu primeiro seminário sobre sistemas de gestão de risco ambiental para instituições financeiras. Agora, nove anos depois, instituições da região estão cada vez mais comprometidas a desenvolver sistemas de gestão de risco ambiental como os que estão sendo adotados por instituições financeiras de todo o mundo.

Novos parceiros: República Popular da China

Em 2008, a República Popular da China e o Grupo do BID entabularam discussões acerca do ingresso da China no Grupo do BID. Em 15 de outubro, a Assembléia de Governadores da CII aprovou as condições para que a China se tornasse membro da CII. A expectativa é de que a China adquira 110 ações da CII e faça uma contribuição financeira especial para um fundo de participações societárias a ser administrado exclusivamente pela CII.

A dotação da China seria dedicada a investimentos em operações de capital e quase-capital em benefício de PMEs nos países membros regionais em desenvolvimento da CII, em harmonia com os planos operacionais da CII aprovados por sua Diretoria Executiva. Todos os lucros destes investimentos seriam devolvidos ao fundo para reinvestimento. A CII receberia uma remuneração por administrar o fundo, que alavancaria o impacto do capital investido da CII. Espera-se que a combinação de recursos da CII com a contribuição da China cause um efeito-demonstração, abrindo caminho para novos recursos de investimento acionário para a CII e para a região a que serve.

GOVERNANÇA

Estrutura da CII

Assembléia de Governadores

Todos os poderes da CII são investidos na sua Assembléia de Governadores, que é composta por um Governador e um Governador Suplente de cada país membro. Entre os poderes da Assembléia de Governadores que não podem ser delegados à Diretoria Executiva figuram a admissão de novos países membros, a contratação de auditores externos, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da CII e a modificação do Convênio Constitutivo da CII.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela aprovação das operações da CII. Com esta finalidade, a Diretoria Executiva exerce todos os poderes a ela conferidos pelo Convênio Constitutivo da CII ou delegados pela Assembléia de Governadores. A Diretoria Executiva determina a organização básica da CII, inclusive o número e as responsabilidades gerais dos principais funcionários administrativos e profissionais. Além disso, aprova o orçamento da instituição. Os 13 membros efetivos e os 13 membros suplentes da Diretoria Executiva cumprem mandatos de três anos e representam um ou mais países membros da CII.

O Comitê Executivo da Diretoria Executiva, que tem quatro membros, é composto pelo Diretor ou Diretor Suplente nomeado pelo país membro com o maior número de ações da CII, dois dos Diretores que representam países membros regionais em desenvolvimento e um dos Diretores que representam os outros países membros. Esse Comitê examina todos os empréstimos da CII a empresas localizadas em países membros, bem como os investimentos nessas empresas.

Administração

O Presidente do BID é o Presidente ex-officio da Diretoria Executiva da CII. Preside as reuniões da Diretoria Executiva, mas só tem direito ao voto de minerva. Também pode participar das reuniões da Assembléia de Governadores da CII, mas sem direito a voto.

A Diretoria Executiva elege o Gerente Geral da CII por maioria de quatro quintos do poder total de voto, com base na recomendação do Presidente da Diretoria Executiva. O Gerente Geral é o principal entre os funcionários graduados e demais membros do quadro de funcionários da CII. Sob a direção da Diretoria Executiva e a supervisão geral do Presidente da Diretoria Executiva, o Gerente Geral conduz os negócios correntes da CII e, em consulta com a Diretoria Executiva e o Presidente da mesma, responde pela organização, nomeação e dispensa de funcionários. O Gerente Geral pode participar das reuniões da Diretoria Executiva, embora não tenha direito a voto.

O Gerente Geral também determina a estrutura operacional da CII, na qual pode introduzir as alterações exigidas pela evolução da instituição.



11. Medidas contra a corrupção e a lavagem de dinheiro

A CII atribui grande importância à transparência em suas operações financeiras que, por conseguinte, passam por um rigoroso processo de devida diligência e aplicam obrigatoriamente sólidas práticas de gestão. Em cada operação, a CII avalia a capacidade do beneficiário no tocante a relatórios financeiros, controles e administração, incluindo riscos críticos a que possa estar exposto. Entre os exemplos desses riscos estão as práticas corruptas, para as quais a CII adotou uma política de tolerância zero. O mecanismo antifraude da CII integra a instituição com o Escritório de Integridade Institucional e com o Comitê de Supervisão sobre Fraude e Corrupção do BID, o que reforça a sinergia entre as duas instituições nesta área.

Em 2008 a CII, o Escritório de Integridade Institucional e os outros guichês do setor privado do Grupo do BID trabalharam juntos para encomendar uma avaliação do desempenho do quadro da devida diligência em matéria de integridade. Nesta avaliação será analisada a eficácia do mecanismo e podem ser formuladas recomendações de melhoras.

A CII também passa em revista a regulamentação sobre lavagem de dinheiro de cada país anfitrião. Avalia o cumprimento desses regulamentos por cada instituição financeira e a adequação de seus controles sobre o recebimento de depósitos e sobre a administração. Os oficiais de investimento e advogados envolvidos na concepção e estruturação de projetos da CII, juntamente com suas contrapartes do BID e do Fumin, recebem treinamento sobre diretrizes de integridade.

O Grupo do BID dispõe de conexões seguras por telefone, e-mail, fax e correio para qualquer pessoa que deseje apresentar uma alegação de fraude ou corrupção ligada a qualquer atividade financiada por qualquer de suas instituições membros. Outras informações sobre as políticas do Grupo do BID contra a fraude e corrupção, bem como sobre a forma de comunicar casos suspeitos, são encontradas na página www.iadb.org/integrity/contact.cfm.

Priorização de nosso crescimento na região

Buscando prestar serviços mais eficazes a seus clientes, a CII redobrou seus esforços para aumentar tanto o número de funcionários sediados na região quanto o número de países onde atuam. Em 2008, a CII ampliou sua presença regional em 11 países, contra 3 em 2002. Essa estratégia aproximou a instituição de seus clientes e a capacitou a trabalhar ao lado de outros guichês do setor privado do Grupo do BID.

Pessoal

Para cumprir sua missão multilateral, a CII contava com um quadro autorizado de 107 funcionários em 31 de dezembro de 2008. Há 24 funcionários em 11 países da região (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai). O pessoal restante encontra-se sediado na sede, em Washington, D.C. O grupo da sede inclui 16 oficiais de investimento, que se dedicam diretamente à geração e desenvolvimento de novos projetos, e 11 encarregados de supervisão direta, em tempo integral, de 203 projetos com empresas e instituições financeiras. Esta supervisão inclui visitas anuais in loco.



Gerência Geral



Sub-Gerência Geral



Coordenação de Projetos Corporativos, unidade de Gestão e Supervisão da Carteira, divisão de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas, coordenação de Instituições Financeiras e Finanças Estruturadas



Unidade de Eficácia no Desenvolvimento e Estratégia Institucional



Divisão de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas



Assessoria Jurídica e divisão Legal



Divisão de Finanças e Gestão de Riscos



Unidade de Crédito



Unidade de Assuntos Institucionais



Engenheiros ambientais

O pessoal restante dá apoio às operações e está distribuído entre as divisões de Finanças e Gestão do Risco, Legal, Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas, e as unidades de Assuntos Institucionais, Crédito, Eficácia no Desenvolvimento e Estratégia Institucional, Gestão e Supervisão de Carteira e Operações Especiais.

Comitês permanentes

- Comitê de Crédito – Analisa operações novas e respectivas alterações e isenções para operações ativas, e formula ao Gerente Geral recomendações sobre propostas a serem apresentadas à aprovação da Diretoria Executiva.
- Comitê de Crédito Ampliado – Analisa transações apresentadas pelo Fumin e relacionadas com fundos de investimento acionário em microempresas.
- Comitê de Ética – Promove e facilita consultas e soluções formuladas pelo pessoal e pela administração da CII a respeito de questões éticas à medida que surgem. É responsável pela interpretação, implementação e fiscalização do Código de Ética da CII assim como formular recomendações sobre as mudanças que julgue necessárias.
- Comitê de Finanças e Tesouraria – Analisa as estratégias propostas para a gestão de ativos líquidos, financiamento, risco de mercado, risco de liquidez, planejamento financeiro, conseqüências potenciais das variações nas taxas de juros e requisitos de liquidez.
- Comitê de Gestão de Recursos Humanos – Supervisiona os programas de treinamento de pessoal e trata de outros interesses do pessoal. Presta consultoria à unidade de recursos humanos sobre promoções e avaliações do pessoal.
- Comitê de Informações e Gestão de Registros – Examina e aprova as políticas e procedimentos de gestão de registros e documentos, e garante seu cumprimento.
- Comitê de Investimento – Examina e avalia atividades de investimento de capital e quase-capital em fundos de capital privados e empresas de projetos.
- Comitê de Operações Especiais – Formula recomendações e sugestões à unidade de Operações Especiais sobre estratégias gerais, prioridades e propostas específicas para recuperação e reestruturação de empréstimos.
- Comitê de Política de Carteira e Estratégia – Examina periodicamente os limites internos de crédito quanto à prudência e toma decisões sobre assuntos de política de crédito e carteira, diretrizes, processo creditício e estratégia.
- Comitê de Procedimentos e Diretrizes Internos – Estabelece políticas, procedimentos e diretrizes que conduzam à eficiência operacional e ao livre fluxo das informações.
- Comitê de Supervisão de Carteira – Monitora a qualidade geral da carteira da CII e examina a situação do ciclo de supervisão de carteira, inclusive a validação e aprovação das classificações de risco. Aprova as diretrizes e procedimentos sobre supervisão. Examina as medidas específicas para reduzir os riscos e proteger os interesses da CII em projetos específicos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Corporação Interamericana de Investimentos

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol do Relatório Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de US\$ (exceto dados sobre ações)	31 de dezembro	
	2008	2007
ATIVO		
Disponibilidades	\$ 111.326	\$ 70.046
Títulos e valores mobiliários		
Títulos para negociação	312.321	157.283
Títulos mantidos até o vencimento	156.273	183.050
Títulos disponíveis para venda	20.090	—
Investimentos		
Empréstimos concedidos	904.170	796.910
Menos: Provisão para perdas	(55.124)	(39.481)
	849.046	757.429
Participações societárias (US\$ 14.408 e US\$ 19.532 ao valor justo, respectivamente)	29.680	43.017
Total dos investimentos	878.726	800.446
Contas a receber e outros ativos	28.308	33.391
Total do ativo	\$ 1.507.044	\$ 1.244.216
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a pagar e outras obrigações	\$ 24.869	\$ 8.003
Juros e taxas de compromisso a pagar	4.110	2.707
Captações de curto prazo	30.000	—
Captações e dívidas de longo prazo (US\$ 51.032 e US\$ 50.926 ao valor justo, respectivamente)	703.817	498.966
Total do passivo	762.796	509.676
Capital social		
Autorizado: 70.590 ações e 70.370 ações, respectivamente (valor nominal de US\$ 10.000)		
Ações subscritas: 70.480 e 70.370 ações, respectivamente (valor nominal US\$ 10.000)	704.800	703.700
Menos: Subscrições a integralizar	(47.199)	(67.174)
	657.601	636.526
Lucros acumulados	104.081	90.168
Outros resultados abrangentes acumulados	(17.434)	7.846
Total do patrimônio líquido	744.248	734.540
Total do passivo e patrimônio líquido	\$ 1.507.044	\$ 1.244.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de US\$	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2008	2007
RECEITAS		
Receita de empréstimos		
Juros	\$ 57.333	\$ 54.969
Comissões de abertura	1.198	1.514
Taxas de compromisso	110	158
Outras receitas	480	546
	<u>59.121</u>	<u>57.187</u>
Participações societárias		
Ganhos na venda de participações societárias	3.380	48.665
Variações no valor contábil das participações societárias	(1.297)	5.202
Dividendos e distribuições	148	2.035
Outras receitas	251	130
	<u>2.482</u>	<u>56.032</u>
Títulos e valores mobiliários	18.790	12.440
Serviços de consultoria, co-financiamentos e outras receitas	3.030	6.135
Total das receitas	<u>83.423</u>	<u>131.794</u>
Despesas com captações e dívidas de longo prazo (descontadas as variações no valor justo dos respectivos instrumentos financeiros)	30.599	23.494
Total das receitas, descontadas as despesas de juros	<u>52.824</u>	<u>108.300</u>
VARIAÇÃO NA PROVISÃO PARA PERDAS COM EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS	<u>14.179</u>	<u>3.189</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	24.725	22.307
Perdas/(Ganhos) em operações cambiais, líquido	7	(669)
Total das despesas operacionais	<u>24.732</u>	<u>21.638</u>
LUCRO LÍQUIDO	<u>\$ 13.913</u>	<u>\$ 83.473</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de US\$	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2008	2007
LUCRO LÍQUIDO	\$ 13.913	\$ 83.473
OUTRAS PERDAS ABANGENTES		
Perdas actuariais líquidas	(25.597)	(3.432)
Amortização de:		
Custo de serviços anteriores	64	64
Obrigações de transição	174	174
Outros	(11)	—
	(25.370)	(3.194)
Ganhos não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	90	—
RECEITA/(PERDA) ABRANGENTE	\$ (11.367)	\$ 80.279

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de US\$	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes acumulados	Capital (*)	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2006	\$ 7.806	\$ 11.040	\$ 568.060	\$ 586.906
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007				
Lucro líquido	83.473	—	—	83.473
Ajustes para aplicação inicial do SFAS 159	(1.111)	—	—	(1.111)
Outras prejuízos abrangentes	—	(3.194)	—	(3.194)
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	—	68.466	68.466
Saldo em 31 de dezembro de 2007	\$ 90.168	\$ 7.846	\$ 636.526	\$ 734.540
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008				
Lucro líquido	13.913	—	—	13.913
Outras prejuízos abrangentes	—	(25.280)	—	(25.280)
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	—	21.075	21.075
Saldo em 31 de dezembro de 2008	\$ 104.081	\$ (17.434)	\$ 657.601	\$ 744.248

(*) Deduzidas as subscrições integralizar

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de US\$	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2008	2007
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos de empréstimos concedidos	\$ (264.644)	\$ (296.327)
Desembolsos relativos a participações societárias	(1.618)	(2.535)
Desembolsos de garantias	(8)	(85)
Amortização de empréstimos	132.262	121.617
Venda de participações societárias	15.539	80.808
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		
Compras	—	(108.318)
Vencimentos e pagamentos	20.000	20.000
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		
Compras	(20.000)	—
Despesas de capital	(134)	(107)
Produto da recuperação de ativos	1.717	2.140
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	\$ (116.886)	\$ (182.807)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Saques de captações, líquidos	266.244	103.525
Produto da emissão de títulos	—	43.869
Subscrições de capital	21.075	66.785
Caixa líquido gerado por atividades de financiamento	\$ 287.319	\$ 214.179
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE OPERACIONAIS		
Lucro líquido	13.913	83.473
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado em atividades operacionais:		
Ganhos de capital realizados na venda de participações societárias	(2.981)	(48.665)
Variação em contas a receber e outros ativos	(2.933)	(5.555)
Variações no valor contábil de participações societárias	2.396	(5.202)
Provisão para perdas com empréstimos e garantias	14.179	3.189
Variação nos ativos líquidos do Plano de Pensões e do PBPA	(1.254)	523
Ganhos não realizados em títulos e valores mobiliários	(1.120)	(174)
Recuperação de participações societárias	(318)	(126)
Variação em contas a pagar e outras obrigações	2.039	1.629
Ganhos não realizados com derivativos não especulativos	(578)	(745)
Variação no valor de captações pelo valor justo	817	1.616
Outros, líquidos	606	627
	10.853	(52.883)
Títulos e valores mobiliários para negociação		
Compras	(1.802.481)	(807.890)
Vendas, vencimentos e pagamentos	1.648.563	746.516
	(153.918)	(61.374)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	\$ (129.152)	\$ (30.784)
Efeito líquido das variações cambiais sobre as disponibilidades	(1)	7
AUMENTO LÍQUIDO EM DISPONIBILIDADES	41.280	595
DISPONIBILIDADES EM 1º DE JANEIRO	70.046	69.451
DISPONIBILIDADES EM 31 DE DEZEMBRO	\$ 111.326	\$ 70.046
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:		
Juros pagos durante o exercício	\$ 28.904	\$ 20.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Objetivo

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986 e iniciou suas atividades em 1989, com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos, financiando empresas de pequeno e médio porte. Essa missão é cumprida pela Corporação, em conjunto com investidores privados, mediante concessão de empréstimos e aquisição de participações societárias onde não haja oferta, sob condições razoáveis, de capital privado em nível suficiente. A Corporação exerce também uma função catalisadora, ao mobilizar financiamento adicional para projetos por outros investidores e mutuantes, por meio de co-financiamento ou formação de consórcios de empréstimos, subscrição inicial e prestação de garantias. Além de financiar projetos e mobilizar recursos, a Corporação também presta serviços de consultoria financeira e técnica aos clientes. O capital acionário da Corporação é proveniente dos países membros, ela opera principalmente em dólares dos Estados Unidos, e suas atividades operacionais são restritas a seus vinte e seis países membros regionais. A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo do BID), que inclui, além do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN).

1. Apresentação das demonstrações financeiras

As políticas contábeis e de apresentação das demonstrações financeiras da Corporação obedecem às práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos (US GAAP).

Em fevereiro de 2007, o FASB (Financial Accounting Standards Board) emitiu um pronunciamento sobre normas de contabilidade financeira (Statement of Financial Accounting Standards), o SFAS 159, intitulado *Opção de valor justo para ativos e passivos financeiros, incluindo um aditamento ao Pronunciamento 115 do FASB*. A Corporação aprovou a aplicação do disposto nesse pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2007. Ele permite que a Corporação decida, em datas especificadas por ela, que determinados itens autorizados sejam mensurados pelo seu valor justo (a opção de valor justo). Caso seja selecionada a opção de valor justo, a Corporação informa em lucros (prejuízos) de cada data de apuração os ganhos e perdas não realizados. Na data de vigência, a Corporação selecionou a opção de valor justo para determinados itens autorizados, conforme existentes naquela data. O efeito do primeiro redimensionamento para valor justo é informado como um ajuste de efeito cumulativo ao saldo inicial dos lucros acumulados. A conciliação do ajuste de efeito cumulativo com os lucros acumulados para os itens selecionados em 1º de janeiro de 2007 é a seguinte:

Em milhares de US\$	Balanco patrimonial em 1º de janeiro de 2007, antes da adoção	Ganhos/(perdas) líquidos na adoção	Balanco patrimonial em 1º de janeiro de 2007, após a adoção
Captações	\$ (50.822)	\$ 690	\$ (50.132)
Derivativos	1.404	(1.801)	(397)
Sociedades de responsabilidade limitada	30.918	—	30.918
Efeito cumulativo da adoção da opção de valor justo (levado à conta de lucros acumulados)		(1.111)	

A administração decidiu selecionar a opção de valor justo para os investimentos em sociedades de responsabilidade limitada do tipo “Limited Liability Partnership” (LLPs) nas quais sua participação não seja considerada de pouca monta, porque reduz a complexidade do método de equivalência patrimonial. Em acréscimo, o valor justo para ativos e passivos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

também permite, de forma geral, a obtenção de informações mais pertinentes e claras do que as obtidas com mensurações baseadas em custos. Para as captações e respectivos derivativos, a administração decidiu selecionar a opção de valor justo, já que o SFAS 159 permite que a Corporação atenua a volatilidade nos lucros declarados, decorrente dos diferentes critérios de mensuração utilizados para os respectivos ativos e passivos, sem precisar recorrer a complexas medidas contábeis de “hedging”. Os termos da captação, nos casos de seleção de valor justo, incluíram um derivativo integrante. Os termos do derivativo integrante foram refletidos em um derivativo autônomo, com um valor justo equivalente. Antes da adoção do SFAS 159, foram compensados os saldos dos valores justos de ambos os instrumentos. Após a adoção do SFAS 159, o derivativo integrante é declarado como um componente do valor justo da captação.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Uso de estimativas—A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça uso de estimativas e premissas que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores declarados das receitas e despesas do exercício. Os resultados reais poderão ser diferentes das estimativas. A administração utilizou, em grau considerável, seu próprio critério de decisão ao definir os níveis adequados da provisão para perdas com empréstimos e garantias, o valor justo dos empréstimos concedidos e dos investimentos em participações societárias, das captações e dos derivativos, bem como ao definir o custo dos benefícios periódicos líquidos dos planos de pensões e de pós-aposentadoria e o valor presente das obrigações por benefícios. As operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas a elas inerentes. As alterações nas condições econômicas podem ter efeitos negativos sobre a posição financeira da Corporação.

Disponibilidades—Os instrumentos de investimento de alta liquidez em carteira com vencimento original de até três meses são considerados disponibilidades.

Investimento em títulos e valores mobiliários—Como parte de sua estratégia geral de administração de carteiras, a Corporação investe em títulos de governos e entidades públicas, depósitos a prazo, commercial papers, instrumentos bancários e títulos lastreados por ativos, de acordo com suas próprias políticas quanto a prazo e risco de crédito. Os títulos de governos e de entidades públicas incluem títulos de dívida, notas, letras e outras obrigações de renda fixa, com elevada classificação de crédito, emitidos ou garantidos incondicionalmente por governos de países ou por outras entidades oficiais, inclusive órgãos públicos. Os títulos e valores mobiliários da carteira da Corporação são classificados de acordo com a intenção da administração na data da aquisição e contabilizados na data da negociação. A carteira da Corporação classificada como “para negociação” inclui títulos e valores mobiliários adquiridos e detidos para revenda em futuro próximo. Eles são declarados pelo valor justo, com os ganhos e perdas não realizados lançados como Receita de títulos e valores mobiliários. Os títulos e valores mobiliários a prazo fixo classificados como “mantidos até o vencimento” são os que a Corporação pode e pretende deter em carteira até os respectivos vencimentos, contabilizados pelo custo amortizado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor justo, com inclusão dos ganhos ou perdas líquidos não realizados em Outros resultados abrangentes acumulados. Os juros e dividendos sobre os títulos e valores mobiliários, a amortização de ágios e o acréscimo de descontos são incluídos em Receita de títulos e valores mobiliários. Os investimentos da Corporação em títulos de dívida dos mercados latino-americanos e caribenhos, resultantes de atividades de desenvolvimento, são classificados como “mantidos até o vencimento” e contabilizados no balanço patrimonial pelo custo amortizado.

Empréstimos concedidos e participações societárias—Os compromissos relacionados a empréstimos concedidos e participações societárias são constituídos na data de assinatura do respectivo contrato e contabilizados como ativos quando desembolsados. Os empréstimos são contabilizados pelo valor do principal em aberto, ajustado pela provisão para perdas. Em alguns casos, a Corporação obtém garantias reais e pessoais como hipotecas e avais de terceiros, ou outras. As participações societárias, que incluem investimentos diretos e investimentos em sociedades de responsabilidade limitada do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

tipo LLPs, são inicialmente contabilizadas ao valor de custo, que geralmente representa o valor justo do pagamento feito. São reconhecidos pelo custo, com a devida redução ao valor recuperável de ativos, os investimentos diretos em participações societárias e determinados investimentos em LLPs para os quais a Corporação mantém contas de participação específica, sem exercer influência significativa. O reconhecimento pelo valor justo é aplicado a investimentos de participação societária em LLPs onde a participação da Corporação não seja considerada de pouca monta.

Os valores contábeis dos empréstimos e das participações societárias são examinados periodicamente e, se necessário, ajustados para eventual redução ao valor recuperável dos ativos. A Corporação considera que um empréstimo exige tal redução quando, baseada em dados e em ocorrências atuais, ela acredita existir uma probabilidade de que não sejam recebidos todos os montantes devidos nos termos do contrato de empréstimo. Os investimentos em participações societárias são examinados no mínimo uma vez ao ano para apurar a necessidade de redução ao valor recuperável do ativo, com base nas informações financeiras mais recentes e com base em outros documentos disponíveis. Essas análises são subjetivas e baseadas em dados financeiros pertinentes, entre outros fatores. Também são levadas em consideração as tendências do setor de atividade de cada emissor, o desempenho histórico das ações e a intenção da Corporação de manter o investimento durante um prazo maior. Caso seja constatada uma necessidade não temporária de redução ao valor recuperável de ativos, o valor do investimento em participações societárias é reduzido, e o valor resultante passa a ser a nova base de custo do investimento. As eventuais perdas com redução ao valor recuperável de ativos somente geram reversões de valor quando a participação societária é vendida.

Provisão para perdas com empréstimos—A Corporação reconhece no balanço patrimonial a redução ao valor recuperável dos ativos incluídos na carteira de empréstimos por meio de uma provisão para perdas com empréstimos, que aumenta ou diminui conforme os acréscimos ou as liberações contabilizados na rubrica de lucro líquido. As baixas e eventuais recuperações posteriores de valor dos empréstimos concedidos são lançadas na conta de provisão. A provisão para perdas com empréstimos é mantida em um nível considerado adequado pela administração para absorver as perdas estimadas como prováveis na carteira de empréstimos. A administração decide com base na classificação de risco e no desempenho de cada empréstimo, considerando ainda a conjuntura econômica e outros fatores considerados significativos.

A provisão para perdas com empréstimos reflete as estimativas de perdas prováveis já identificadas e as estimativas de perdas prováveis que sejam inerentes à carteira mas não especificamente identificáveis. A apuração de perdas prováveis identificadas representa a decisão mais criteriosa possível pela administração sobre a classificação de crédito do mutuário e é feita por análise periódica de cada empréstimo concedido. Essa estimativa leva em conta todos os dados disponíveis para comprovação, incluindo, conforme cabível, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados na data de vigência inicial do contrato de empréstimo, o valor justo da garantia deduzido de custos de alienação, bem como outros dados de mercado observáveis. Dado o objetivo da Corporação, não existe, em geral, um valor de mercado secundário. A provisão para perdas com empréstimos atribuída ao restante da carteira de empréstimos é definida por meio de um processo que estima a perda provável inerente à carteira, com base em diversas análises. Essas análises baseiam-se em experiências passadas e em informações de mercado disponíveis, inclusive em risco país, riscos de correlação ou contágio de perdas entre mercados, descumprimento das garantias e de outras formas de co-obrigação por parte de patrocinadores, bem como no fato de as demonstrações financeiras serem elaboradas de acordo com princípios contábeis diferentes dos geralmente aceitos nos Estados Unidos.

Reconhecimento de receitas originárias de empréstimos concedidos—Os juros e as comissões, exceto comissões de abertura de empréstimos, são reconhecidos como receita no exercício em que forem auferidos. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja possibilidade de recebimento seja considerada duvidosa ou, em geral, quando o pagamento de juros ou principal tiver atraso superior a 90 dias. Os juros devidos e não recebidos, no caso de empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência, são estornados da receita e somente voltam a ser reconhecidos como receita quando recebidos e novamente contabilizados pelo regime de competência, após a administração concluir que o mutuário demonstra capacidade de efetuar pagamentos periódicos de juros e do principal. Os juros não reconhecidos anteriormente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

mas capitalizados como parte de uma renegociação de dívida são contabilizados como receita diferida, sendo creditados ao resultado somente quando o principal correspondente é recebido.

As comissões de abertura de empréstimos e os custos diretos incrementais referentes à originação dos empréstimos concedidos não são diferidos e amortizados ao longo do prazo do empréstimo, porque as comissões de abertura servem unicamente para reembolsar a Corporação pelo custo de originação do empréstimo. As eventuais diferenças a maior ou a menor entre as taxas de originação de empréstimo não restituíveis e os custos de originação de empréstimo são consideradas irrelevantes para as demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receitas de participações societárias—Os dividendos e participações em lucros recebidos de investimentos em participações societárias, contabilizados pelo método de custo com a devida redução ao valor recuperável de ativos, são contabilizados como receita quando as distribuições são declaradas. Os ganhos de capital na venda ou no resgate de participações societárias, contabilizados pelo método de custo com a devida redução ao valor recuperável de ativos, são contabilizados como receita quando realizados. No caso das LLPs contabilizadas pelo valor justo, os dividendos são levados em consideração ao se avaliar o respectivo ativo líquido de investimento, e registrados como variações no valor contábil das participações societárias.

Garantias—A Corporação oferece garantias de crédito para cobertura de obrigações de terceiros, no sistema de compartilhamento de riscos, para empréstimos tomados ou títulos e valores mobiliários emitidos em apoio a projetos em um país membro que visem a aprimorar sua situação de crédito e permitir a realização de uma ampla gama de operações empresariais. Essas garantias financeiras são compromissos da Corporação para garantir o pagamento a terceiros pelo mutuário ou devedor. A política da Corporação de exigir garantias reais com relação a esses instrumentos e os tipos de garantias reais detidas são normalmente iguais aos exigidos para empréstimos. As garantias são consideradas constituídas quando a Corporação assina o contrato de garantia, são consideradas vigentes quando é contraída a correspondente obrigação financeira de terceiros, e tornam-se pagáveis quando o cumprimento da obrigação pela Corporação é exigido nos termos na garantia. Há dois tipos de obrigações associadas às garantias: (1) a obrigação contínua (stand-ready) de honrar o compromisso e (2) a obrigação contingente de efetuar pagamentos futuros. A obrigação contínua (stand-ready) de honrar o compromisso é reconhecida na data de emissão, a menos que um passivo contingente já exista ou seja previsto no curto prazo, sendo contabilizada pelo valor justo. O passivo contingente relativo à garantia financeira é reconhecido quando há a probabilidade de a garantia ser exigida e caso seja possível, sob termos razoáveis, estimar o valor da garantia. Os eventuais passivos por obrigações contínuas e contingentes associadas às garantias são incluídos em Outras obrigações. A contrapartida é a remuneração recebida ou a receber, sendo esta última incluída em Outros ativos no balanço patrimonial. Quando a garantia é exigida, o valor desembolsado é registrado como empréstimo concedido, sendo constituídas reservas específicas com base na estimativa de perda provável. Essas reservas são incluídas na provisão para perdas em Outras obrigações. A receita é levada ao resultado quando a Corporação é liberada do risco, por ocasião do término ou da liberação da garantia.

Atividades de gestão de riscos: Derivativos não especulativos—A Corporação realiza operações com determinados derivativos para fins de gestão do risco financeiro. A Corporação controla sua exposição às variações nas taxas de juros mediante o uso de produtos financeiros derivativos, que incluem swaps de taxas de juros e posições em opções de compra (por exemplo, caps de taxas de juros). Os derivativos modificam as características das taxas de juros da operação correspondente, de modo a produzir os juros desejados. A Corporação não utiliza derivativos para fins de especulação.

Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo e classificados no ativo ou no passivo, dependendo da natureza e do montante de seu valor justo líquido. As alterações no valor justo dos derivativos relativos a captações são informadas como contrapartida por despesas de juros sobre as captações protegidas por hedging.

Despesas diferidas—Os custos referentes à emissão de títulos de dívida e de outros instrumentos financeiros são diferidos e amortizados ao longo do prazo da dívida correspondente, pelo método linear, com resultados similares aos custos que seriam obtidos com o método dos juros efetivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Ativo fixo—A Corporação contabiliza o ativo fixo pelo custo, deduzidas as depreciações e amortizações acumuladas. A depreciação e a amortização são reconhecidas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que varia de três a sete anos.

Operações em moedas estrangeiras—Os ativos e passivos não expressos em dólar dos Estados Unidos (US\$) são traduzidos para seu equivalente em dólares dos Estados Unidos usando as taxas de câmbio de quitação possível do ativo ou do passivo, sob termos razoáveis, na data em questão. As receitas e despesas são traduzidas mensalmente utilizando os valores aproximados da média ponderada das taxas de câmbio, com os respectivos ganhos e perdas incluídos no resultado.

Valor justo dos instrumentos financeiros—O pronunciamento SFAS 107, *Divulgação de valor justo de instrumentos financeiros*, e o SFAS 157, *Mensuração do valor justo*, exigem que as pessoas jurídicas divulguem informações sobre o valor justo estimado de seus instrumentos financeiros e sobre a mensuração do valor justo, independentemente de os referidos valores serem ou não reconhecidos no balanço patrimonial.

A Corporação segue as disposições do pronunciamento SFAS 157 desde 1º de janeiro de 2007. O SFAS 157 define “valor justo” como o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo (ou seja, o “preço de saída”), em uma operação regular entre participantes do mercado, na data de mensuração.

Para definir o valor justo, vários métodos de avaliação são utilizados pela Corporação, incluindo os baseados em mercado, lucratividade e custos. O SFAS 157 estabelece uma hierarquia para os dados utilizados na mensuração do valor justo, de forma a maximizar o uso de dados observáveis e minimizar o uso de dados não observáveis, exigindo que sejam utilizados, sempre que disponíveis, os dados observáveis. Os dados observáveis são os que os participantes do mercado utilizariam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base em dados de mercado obtidos de fontes externas, independentes da Corporação. Os dados não observáveis refletem as premissas da Corporação sobre os dados que os participantes do mercado utilizariam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base nas melhores informações disponíveis, nas circunstâncias em questão. Essa hierarquia é subdividida em três níveis, com base na confiabilidade dos dados utilizados:

- **Nível 1**—Avaliações baseadas em preços cotados em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos, aos quais a Corporação tenha acesso. Os reajustes de avaliação e os descontos por blocos não são aplicados aos instrumentos do Nível 1. Como as avaliações são baseadas em preços cotados, disponíveis de forma pronta e regular no mercado ativo, a avaliação desses produtos não acarreta nenhum grau significativo de decisão pontual.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 1 incluem investimento em títulos e valores mobiliários que são negociados de forma ativa e alguns outros títulos soberanos.

- **Nível 2**—Avaliações baseadas em preços cotados em mercados não ativos ou em mercados para os quais todos os dados significativos sejam direta ou indiretamente observáveis.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 2 incluem investimento em títulos e valores mobiliários sem negociação ativa, contratos derivativos, determinados empréstimos estruturados e financiamentos concedidos a empresas.

- **Nível 3**—Avaliações baseadas em dados não observáveis e relevantes para a mensuração geral do valor justo.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 3 incluem determinados empréstimos a empresas e investimentos em participações (private equity).

Como não seria viável estimar o valor justo de muitos dos empréstimos feitos a empresas pela Corporação, e em atendimento ao que preconizam o SFAS 107 e o SFAS 157, são fornecidas outras informações pertinentes à mensuração do valor justo, como valor contábil, taxa de juros e vencimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A disponibilidade dos dados observáveis pode variar conforme o produto, e é afetada por uma ampla gama de fatores, como por exemplo o tipo do produto ou outras características específicas da transação. Na medida em que a avaliação do valor se baseia em modelos ou dados com graus variáveis de possibilidade, ou até impossibilidade, de observação no mercado, a definição do valor justo exige um nível maior de decisão pontual. Dessa forma, aumenta o nível de decisão pontual da própria Corporação ao definir o valor justo dos instrumentos incluídos no Nível 3. Em alguns casos, os dados utilizados na mensuração do valor justo podem ser classificados em diferentes níveis de hierarquia do valor justo. Nesses casos, e para objetivos de divulgação, define-se o nível de classificação integral da mensuração do valor justo dentro da hierarquia com base no dado de nível mais reduzido que seja relevante para a mensuração integral do valor justo.

O cálculo do valor justo para muitos instrumentos financeiros é feito com modelos de formação de preços. Os modelos de formação de preços levam em consideração as condições do contrato (inclusive vencimento), bem como múltiplos outros dados que incluem, onde aplicável, as curvas de rentabilidade das taxas de juros, as curvas de crédito, a classificação de crédito da contraparte, a volatilidade das opções e as taxas de câmbio. De acordo com o SFAS 157, a mensuração do valor justo dos passivos também leva em conta o impacto dos spreads de crédito da própria Corporação, inclusive no caso de contratos de derivativos. Onde aplicável, as mensurações são reajustadas para refletir vários fatores, inclusive as diferenças entre taxas de captação e de aplicação, a qualidade do crédito e a liquidez de mercado. Esses reajustes são aplicados com uniformidade e baseiam-se em dados observáveis, sempre que disponíveis.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração baseou-se nos seguintes métodos e premissas:

Disponibilidades: O valor contabilizado no balanço patrimonial aproxima-se do valor justo.

Investimento em títulos e valores mobiliários: O valor justo do investimento em títulos e valores mobiliários é baseado nos preços cotados, para ativos idênticos, em mercados ativos, na data do balanço patrimonial, onde existam dados observáveis. No caso de investimentos sem disponibilidade de preços e sem outras informações pertinentes, geradas por operações de mercado que envolvam ativos idênticos ou comparáveis, a avaliação foi feita com base no método da lucratividade, utilizando curvas de rendimento, diferentes spreads dos swaps de inadimplemento de crédito (credit default swaps) ou títulos, e taxas de recuperação baseadas principalmente nos valores das garantias reais subsidiárias. O investimento em títulos e valores mobiliários é geralmente classificado no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Empréstimos concedidos: A Corporação implantou um método em 2007 para mensurar o valor justo dos empréstimos a determinadas instituições financeiras, concedidos através de acordos ou contratos que visam a fomentar o desenvolvimento econômico, para os quais estejam disponíveis dados informativos tanto observáveis como não observáveis.

A metodologia implantada requer o uso de estimativas e de cálculos de valor presente dos fluxos de caixa futuros. Como base para a estimativa do valor justo dos empréstimos concedidos utilizam-se as últimas transações realizadas, as cotações de preços de mercado (onde observáveis), e os níveis dos swaps de inadimplemento de crédito observáveis no mercado, juntamente com modelos exclusivos de mensuração, se tais transações e cotações não forem observáveis. A Corporação nunca vendeu os empréstimos de sua carteira, e não existe mercado secundário comparável. A apuração dos fluxos de caixa futuros para estimar o valor justo é subjetiva e imprecisa, e mesmo alterações pequenas nos pressupostos ou nos métodos podem afetar de forma relevante os valores estimados. A inexistência de normas objetivas de formação de preços aumenta ainda mais a subjetividade e a volatilidade desses valores justos inferidos ou estimados. Portanto, muito embora seja exigida a divulgação dos valores justos estimados, recomenda-se cautela aos usuários destas demonstrações financeiras quanto ao uso do valor justo dos empréstimos concedidos para avaliar a condição financeira da Corporação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Em 31 de dezembro de 2008 o valor contábil dos empréstimos concedidos, mais os juros acumulados, que foram mensurados por este método foi de US\$ 260.224 (US\$ 273.532 em 31 de dezembro de 2007), e seu valor justo estimado foi de US\$ 251.470 (US\$ 277.589 em 31 de dezembro de 2007). A administração considerou que seria impraticável apurar o valor justo do restante da carteira de empréstimos, com financiamentos especificamente concebidos para pequenas e médias empresas atuando nos países membros da Corporação. O valor contábil em 31 de dezembro de 2008 do restante dessa carteira, sem incluir os juros acumulados, foi de US\$ 652.690 (US\$ 523.378 em 31 de dezembro de 2007).

Valores a maior ou a menor que resultem da diferença entre os valores contábeis da carteira de empréstimos e seu valor justo acima citado não refletem necessariamente os valores realizáveis (já que a Corporação, em geral, detém os investimentos até as datas contratuais de vencimento, objetivando realizar seus respectivos valores de registro e, assim, maximizar os aspectos de desenvolvimento do investimento), nem refletem os valores finais (já que o impacto de desenvolvimento refletido nos spreads dos empréstimos pode ser diferente dos utilizados pelos agentes de mercado atuando em operações imparciais).

Investimentos em participações societárias: A Corporação adquire participações no capital de sociedades privadas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe e também investe em LLPs. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado, e as técnicas alternativas de avaliação requerem um grau considerável de decisão pontual. O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao custo menos desvalorização foi de US\$ 15.272 em 31 de dezembro de 2008 (US\$ 23.485 em 31 de dezembro de 2007). O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao valor justo foi de US\$ 14.408 em 31 de dezembro de 2008 (US\$ 19.532 em 31 de dezembro de 2007). O valor justo dos investimentos em sociedades de responsabilidade limitada do tipo LLP foi apurado com base no valor do respectivo patrimônio líquido. Para esse tipo de investimento, o valor do patrimônio líquido corresponde à melhor estimativa do valor justo. São feitos ajustes no valor do patrimônio líquido quando se constata uma diferença significativa entre o valor justo e o valor do patrimônio líquido. A nota explicativa nº 9 inclui informações adicionais sobre as LLPs contabilizadas pelo valor justo.

Contratos de derivativos: Os contratos de derivativos incluem contratos de “swap” e de opções, relacionados a taxas de juros. O valor justo é apurado com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, usando as taxas apropriadas de desconto. Os modelos de formação de preços utilizados não acarretam nenhum nível significativo de subjetividade, pois os métodos empregados não exigem nenhuma decisão pontual relevante, já que os dados são observados a partir de mercados com cotações ativas, como é o caso dos contratos de opções e de “swap” de taxas de juros em geral. Todos os derivativos avaliados pela Corporação empregam modelos de formação de preços classificados nessa categoria e são incluídos no Nível 2 da hierarquia de valor justo. O valor justo estimado para os derivativos é apresentado na nota explicativa nº 9.

Captações e dívida de longo prazo: O valor justo é apurado com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, usando as taxas apropriadas de desconto. A nota explicativa nº 9 informa o valor justo estimado das captações e da dívida de longo prazo.

Tributos—A Corporação, seus bens, outros ativos e receitas, bem como as operações e transações que realiza em conformidade com o *Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos*, conforme alterado, são totalmente isentos de tributos e de tarifas alfandegárias.

Novas normas para contabilidade e informações financeiras—Em dezembro de 2008, o FASB emitiu o Staff Position 132(R)-1, alterando seu Pronunciamento 132(R), Divulgações por empregadores sobre pensões e outros benefícios pós-aposentadoria. O FSP 132(R)-1 oferece diretrizes sobre a forma como os empregadores devem divulgar os ativos dos planos de benefícios definidos ou outros planos pós-aposentadoria, que seriam similares a divulgações sobre mensurações de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

valor justo nos termos do pronunciamento SFAS 157. Também inclui um aditamento técnico, exigindo que toda sociedade de capital fechado divulgue o custo líquido de benefícios periódicos para cada exercício anual em que seja apresentada a demonstração de resultado. As divulgações sobre ativos de planos que são exigidas por este FSP devem entrar em vigor para os exercícios encerrados após 15 de dezembro de 2009, mas não é previsto nenhum impacto significativo sobre a posição financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em maio de 2008, o FASB emitiu o pronunciamento SFAS 163, *Contabilização de contratos de seguros de garantia financeira - uma interpretação do pronunciamento nº 60* do FASB. O SFAS 163 exige que toda seguradora que emita contratos de garantia financeira reconheça inicialmente os prêmios recebidos como receita de prêmios não reclamados, e reconheça tais receitas de prêmios ao longo do período em que exista a cobertura e na proporção em que ela for concedida. Também exige o reconhecimento de um passivo por reclamação antes de um caso de inadimplemento, caso exista comprovação de ocorrência da degradação de crédito da obrigação garantida. As disposições do pronunciamento SFAS 163 entram em vigor para as demonstrações financeiras apuradas para os exercícios iniciados após 15 de dezembro de 2008. Inexiste expectativa de aplicabilidade do SFAS 163 à Corporação.

Em maio de 2008, o FASB emitiu o pronunciamento SFAS 162, *A hierarquia dos princípios contábeis geralmente aceitos*. O SFAS 162 identifica as fontes das práticas contábeis e a estrutura básica para seleção dos princípios a serem utilizados na apuração das demonstrações financeiras de entidades não governamentais, apresentadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos dos Estados Unidos. O SFAS 162 entrará em vigor 60 dias após a aprovação pela Securities and Exchange Commission das alterações propostas pelo Conselho Supervisor de Auditoria de Empresas Públicas dos Estados Unidos ao artigo 411 das Normas de Auditoria dos Estados Unidos (AU): O significado da representação adequada conforme princípios contábeis de aceitação geral. Com a adoção do SFAS 162, não é previsto nenhum impacto relevante sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em março de 2008, o FASB emitiu o pronunciamento SFAS 161, *Divulgações sobre instrumentos derivativos e atividades de hedge*. O SFAS 161 exige divulgações mais detalhadas sobre derivativos e atividades de hedge, para maior clareza de seus efeitos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade em questão. Esse pronunciamento será aplicável às primeiras demonstrações financeiras apuradas para exercícios e períodos intermediários iniciados após 15 de novembro de 2008 e não é previsto que tenha um impacto relevante sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em dezembro de 2007, o FASB emitiu o pronunciamento SFAS 160, *Participações não controladoras em demonstrações financeiras consolidadas - um aditamento ao ARB 151*. O SFAS 160 esclarece que as participações não controladoras em uma entidade consolidada deverão constar como componente do patrimônio líquido nas demonstrações financeiras consolidadas. O pronunciamento exige que o lucro líquido consolidado seja informado conforme os montantes atribuíveis tanto à participação da controladora como às participações minoritárias, com divulgação na demonstração consolidada do resultado das respectivas parcelas do resultado que sejam atribuíveis à participação da controladora e às participações minoritárias. O SFAS 160 esclarece que toda alteração na participação da controladora (sem acarretar perda do controle) constituirá uma transação patrimonial, exigindo que a controladora reconheça os ganhos ou perdas, caso a subsidiária deixe de ser consolidada. As disposições do SFAS 160 são aplicáveis para os exercícios com início a partir, inclusive, de 15 de dezembro de 2008, e não é previsto nenhum impacto relevante sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em dezembro de 2007, o FASB emitiu o pronunciamento SFAS 141 (Revisado em 2007), *Combinações de empresas*. O SFAS 141(R) substituiu o SFAS 141, *Combinações de empresas*, mantendo, porém, sua exigência fundamental de que todas as combinações de empresas sejam contabilizadas pelo método de aquisição (anteriormente denominado método de compra), e de que o adquirente seja identificado em toda combinação de empresas. Entre outros pontos, o SFAS 141(R) exige que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

o adquirente reconheça os ativos adquiridos, os passivos assumidos e toda participação não controladora na entidade adquirida, na data de aquisição, calculados em seus valores justos, com exceções restritas. Os respectivos custos de aquisição, conforme o SFAS 141(R), devem ser reconhecidos em separado da aquisição. Em uma aquisição por etapas, os adquirentes devem, obrigatoriamente, reconhecer os ativos e os passivos identificáveis, bem como o montante integral das participações minoritárias na entidade adquirida, de acordo com o montante integral de seus valores justos, conforme o SFAS 141(R). As disposições do SFAS 141(R) são aplicáveis prospectivamente para as aquisições/combinações de empresas a partir, inclusive, do início do primeiro período contábil anual com início a partir, inclusive, de 15 de dezembro de 2008, e não é previsto nenhum impacto relevante sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em fevereiro de 2007, o FASB emitiu o pronunciamento SFAS 159, com uma opção de valor justo que permite a uma entidade selecionar o valor justo, em termos irrevogáveis, como o atributo inicial e subsequente de mensuração para determinados ativos e passivos financeiros, a uma base contrato a contrato, com as alterações no valor justo reconhecidas nos lucros conforme elas ocorrerem. As exigências desse pronunciamento são aplicáveis no início do primeiro exercício da entidade a partir de 15 de novembro de 2007. Na data da adoção inicial, é possível selecionar a opção de valor justo para todo ativo ou passivo financeiro abrangido pelo âmbito do pronunciamento. A Corporação implantou as exigências desse pronunciamento antecipadamente, a partir de 1º de janeiro de 2007. Os dados com divulgação exigida constam nas notas explicativas nº 1, 7 e 9.

No curso do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, o FASB também emitiu ou aprovou vários Staff Positions, Issue Notes da Força Tarefa para Questões Emergentes, e outras orientações relativas às normas e aos pronunciamentos do FASB e aos Pareceres do Accounting Principles Board (Conselho de Princípios Contábeis dos Estados Unidos). A Corporação examinou as novas diretrizes e as incorporou, conforme apropriado, sem nenhum impacto relevante para a posição financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

3. Investimento em títulos e valores mobiliários

Composição da receita líquida de títulos e valores mobiliários conforme a fonte:

Em milhares de US\$	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2008	2007
Receitas de juros	\$ 13.195	\$ 11.078
Ganhos líquidos realizados	4.475	1.188
Variação líquida em ganhos não realizados	1.120	174
	\$ 18.790	\$ 12.440

Composição dos títulos e valores mobiliários para negociação:

Em milhares de US\$	31 de dezembro	
	2008	2007
Títulos privados	\$ 277.198	\$ 105.584
Fundos de investimento	35.123	51.699
	\$ 312.321	\$ 157.283

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Custo amortizado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:

Em milhares de US\$	31 de dezembro	
	2008	2007
Títulos privados	\$ 83.458	\$ 100.274
Obrigações de governos e de agências públicas	72.815	82.776
	\$ 156.273	\$ 183.050

Foi incluído na rubrica de Títulos privados um certificado de depósito não negociável, emitido em pesos mexicanos, no valor aproximado de US\$ 23.857, que somente poderá ser liquidado a partir de outubro de 2010. Esse certificado é um ativo de desenvolvimento, assim aprovado e monitorado. O valor justo desse instrumento financeiro, abaixo indicado, foi apurado com base em outros dados observáveis significativos. A rubrica de Títulos privados também inclui um título de US\$ 41.199 correspondente a outro ativo de desenvolvimento, assim aprovado e monitorado, com características similares a outros títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Valor justo dos títulos mantidos até o vencimento:

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2008		
	Custo amortizado	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor justo
Títulos privados	\$ 83.458	\$ (1.787)	\$ 81.671
Obrigações de governos e de agências públicas	72.815	4.404	77.219
	\$ 156.273	\$ 2.617	\$ 158.890

Cronograma de vencimentos dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:

Em milhares de US\$	31 de dezembro	
	2008	2007
Inferior a 12 meses	\$ 20.033	\$ 19.994
Entre 12 e 24 meses	36.016	20.115
Acima de 24 meses	100.224	142.941
	\$ 156.273	\$ 183.050

Composição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

Em milhares de US\$	31 de dezembro	
	2008	2007
Títulos privados	\$ 20.090	\$ —
	\$ 20.090	\$ —

4. Empréstimos concedidos e participações societárias

A Corporação monitora suas carteiras de empréstimos em aberto e suas participações societárias no tocante à concentração geográfica dos riscos de crédito. Uma das maiores exposições da Corporação é denominada Regional e consiste basicamente em fundos multinacionais de investimento em participações societárias (private equity). Em 31 de dezembro de 2008, os países com a maior exposição global de crédito para a Corporação eram: Brasil, Peru e Chile (Colômbia, Brasil e Peru em 31 de dezembro de 2007). Em 31 de dezembro de 2008, os empréstimos em moeda local em aberto totalizavam US\$ 133.929 (os empréstimos em moeda local totalizaram US\$ 112.808 em 31 de dezembro de 2007).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Distribuição da carteira ativa por país e por setor:

Em milhares de US\$	31 de dezembro					
	2008			2007		
	Empréstimos	Participações	Total	Empréstimos	Participações	Total
Brasil	\$ 147.049	\$ —	\$ 147.049	\$ 144.841	\$ —	\$ 144.841
Peru	126.408	—	126.408	116.144	—	116.144
Chile	113.129	2.683	115.812	90.523	4.136	94.659
Colômbia	115.334	429	115.763	145.264	429	145.693
México	67.869	7.047	74.916	54.656	7.685	62.341
Regional	36.866	17.722	54.588	33.214	28.448	61.662
Equador	49.338	—	49.338	38.974	—	38.974
Argentina	45.263	1.061	46.324	31.058	1.247	32.305
Panamá	36.270	—	36.270	2.117	—	2.117
Nicarágua	32.392	—	32.392	34.506	—	34.506
Costa Rica	30.846	—	30.846	32.036	—	32.036
Paraguai	26.126	—	26.126	12.366	—	12.366
El Salvador	19.186	—	19.186	21.194	—	21.194
Bolívia	10.608	—	10.608	2.545	—	2.545
Uruguai	10.050	—	10.050	14.559	334	14.893
Guatemala	10.000	—	10.000	—	—	—
Honduras	8.519	—	8.519	11.340	—	11.340
Belize	5.624	—	5.624	1.537	—	1.537
Jamaica	4.216	—	4.216	1.421	—	1.421
Suriname	4.000	—	4.000	4.000	—	4.000
República Dominicana	3.077	—	3.077	4.615	—	4.615
Guiana	2.000	140	2.140	—	140	140
Trinidad e Tobago	—	598	598	—	598	598
	\$ 904.170	\$ 29.680	\$ 933.850	\$ 796.910	\$ 43.017	\$ 839.927
Serviços financeiros	\$ 662.810	\$ 5.227	\$ 668.037	\$ 599.616	\$ 12.413	\$ 612.029
Agricultura e agronegócios	57.426	—	57.426	53.188	—	53.188
Serviços públicos e infra-estrutura	29.186	—	29.186	24.395	—	24.395
Aquicultura e pesca	24.518	—	24.518	16.081	—	16.081
Fundos de investimento	—	24.453	24.453	—	30.604	30.604
Manufatura em geral	23.926	—	23.926	11.758	—	11.758
Têxteis, confecções e couro	23.294	—	23.294	21.519	—	21.519
Alimentos, engarrafamento e bebidas	19.007	—	19.007	18.724	—	18.724
Madeira, papel e celulose	12.830	—	12.830	7.606	—	7.606
Produtos químicos e plásticos	11.385	—	11.385	11.001	—	11.001
Educação	8.390	—	8.390	10.126	—	10.126
Pecuária e avicultura	7.113	—	7.113	7.549	—	7.549
Zonas de processamento industrial	4.064	—	4.064	5.143	—	5.143
Transporte e armazenamento	3.888	—	3.888	4.173	—	4.173
Turismo e hotelaria	3.725	—	3.725	3.390	—	3.390
Petróleo e mineração	1.818	—	1.818	2.545	—	2.545
Tecnologia, comunicações e nova economia	347	—	347	—	—	—
Serviços não financeiros	190	—	190	—	—	—
Saúde	72	—	72	96	—	96
Diversos	10.181	—	10.181	—	—	—
	\$ 904.170	\$ 29.680	\$ 933.850	\$ 796.910	\$ 43.017	\$ 839.927

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Empréstimos e investimentos em participações societárias compromissados mas ainda não desembolsados (deduzidos os cancelamentos):

Em milhares de US\$	31 de dezembro	
	2008	2007
Empréstimos concedidos	\$ 81.724	\$ 73.143
Participações societárias	12.445	9.062
	\$ 94.169	\$ 82.205

Os empréstimos concedidos pela Corporação são remunerados a taxas fixas e variáveis. A carteira de empréstimos com taxas fixas de juros totalizou US\$ 255.787 em 31 de dezembro de 2008 (US\$ 219.472 em 31 de dezembro de 2007).

Os empréstimos em atraso para os quais o reconhecimento de juros por regime de competência foi interrompido totalizaram US\$ 13.985 em 31 de dezembro de 2008 (US\$ 13.943 em 31 de dezembro de 2007). Os juros recebidos relativos a empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência totalizaram US\$ 1.103 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 (US\$ 3.620 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007). As receitas financeiras relativas a empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência totalizaram US\$ 841 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 (US\$ 2.084 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007).

Cronograma de vencimentos dos empréstimos concedidos pela Corporação:

Em milhares de US\$	31 de dezembro			
	2008		2007	
	Principal em aberto	Rendimento médio	Principal em aberto	Rendimento médio
Até um ano	\$ 193.060	5,54%	\$ 117.449	7,23%
De um a cinco anos	672.257	6,47%	584.583	7,54%
De cinco até onze anos	38.853	8,41%	94.878	6,65%
	\$ 904.170		\$ 796.910	

O investimento da Corporação em empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável de ativos totalizou US\$ 1.092 em 31 de dezembro de 2008 (US\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2007). O investimento médio em empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável de ativos, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, foi de US\$ 1.046 (US\$ 5.171 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007).

Variações na provisão para perdas com empréstimos e garantias:

Em milhares de US\$	31 de dezembro					
	2008			2007		
	Empréstimos	Garantias	Total	Empréstimos	Garantias	Total
Saldo em 1º de janeiro	\$ 39.481	\$ 72	\$ 39.553	\$ 39.933	\$ 36	\$ 39.969
Baixa contábil, líquida	—	(10)	(10)	(5.534)	(85)	(5.619)
Recuperações	1.401	1	1.402	2.014	—	2.014
Provisão/(crédito) para perdas	14.242	(63)	14.179	3.068	121	3.189
Saldo em 31 dezembro	\$ 55.124	\$ —	\$ 55.124	\$ 39.481	\$ 72	\$ 39.553

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

5. Contas a receber e outros ativos

Resumo de contas a receber e outros ativos:

Em milhares de US\$	31 de dezembro	
	2008	2007
Outros ativos circulantes:		
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	\$ 10.417	\$ 8.990
Juros a receber sobre títulos e valores mobiliários	2.552	2.481
Outros valores circulantes a receber	665	1.006
	<u>13.634</u>	<u>12.477</u>
Outros ativos não circulantes:		
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	10.624	8.398
Valores a receber de vendas de participações societárias, líquidos	914	1.662
Ativos líquidos do Plano de Pensões e do PBPA	—	8.524
Outros ativos não circulantes	3.136	2.330
	<u>14.674</u>	<u>20.914</u>
Total de valores a receber e outros ativos	\$ 28.308	\$ 33.391

Os ativos líquidos do Plano de Pensões e do PBPA refletem a situação de superávit líquido dos planos. Vide nota explicativa nº 14.

Os juros a receber do ativo não circulante sobre empréstimos concedidos incluem os juros auferidos sobre os empréstimos para os quais o pagamento dos juros ocorrerá no vencimento ou no cancelamento do empréstimo.

6. Contas a pagar e outras obrigações

Resumo das contas a pagar e outras obrigações:

Em milhares de US\$	31 de dezembro	
	2008	2007
Obrigações líquidas do Plano de Pensões e do PBPA	\$ 15.592	\$ —
Benefícios a funcionários, a pagar	3.392	2.922
Receitas diferidas	3.290	2.156
Contas a pagar	1.467	1.456
Contas a pagar a outras entidades do Grupo do BID	285	300
Outras obrigações e outras receitas diferidas	843	1.169
Total de contas a pagar e outras obrigações	\$ 24.869	\$ 8.003

As obrigações líquidas do Plano de Pensões e do PBPA refletem a situação de déficit líquido dos planos. Vide nota explicativa nº 14.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

7. Captações e dívidas de longo prazo

Captações e dívidas de longo prazo em aberto, por moeda:

Em milhares de US\$	31 de dezembro			
	2008		2007	
Captações e dívidas de longo prazo (por moeda)	Valor em aberto	Custo médio ponderado	Valor em aberto	Custo médio ponderado
Dólar dos EUA	\$ 575.000	3,07%	\$ 355.000	5,34%
Peso colombiano	66.857	9,35%	74.451	7,26%
Peso mexicano	34.701	9,05%	43.973	7,88%
Real brasileiro	32.103	11,88%	16.944	11,30%
Nuevo Sol peruano	16.241	6,45%	7.672	6,25%
Euro	4.191	4,61%	—	—
Peso argentino	3.692	9,57%	—	—
	\$ 732.785		\$ 498.040	
Ajustes ao valor justo	1.032		926	
Captações de curto prazo	(30.000)		—	
	\$ 703.817		\$ 498.966	

Há uma linha de crédito disponível para a Corporação no BID no valor de US\$ 300.000. Em agosto de 2008 a Corporação captou US\$ 100.000 desta linha de crédito. Inexistiam montantes em aberto no termos de tal linha de crédito em 31 de dezembro de 2007. As captações no âmbito da linha de crédito do BID vencem no prazo de quinze anos após o respectivo desembolso e podem ser renovadas. A Corporação tem o direito de utilizar tal linha de crédito até novembro de 2010. Em acréscimo, a Corporação detém em 31 de dezembro de 2008 uma linha de crédito stand-by de US\$ 100.000 em uma instituição com nível de classificação AAA, com direito a utilizá-la até junho de 2011. Outras linhas de crédito disponíveis totalizam US\$ 262.192.

Os saldos em aberto das captações da Corporação em 31 de dezembro de 2008 correspondem a linhas de crédito a prazo e crédito rotativo.

A Corporação também inclui na categoria de dívidas de longo prazo as seguintes emissões de títulos e notas:

Em 14 de dezembro de 2005, a Corporação emitiu títulos em moeda local, remunerados à taxa de Certificado de Depósito (DTF) + 0,42% (Série A) e à variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) + 1,62% (Série C), no valor de 150 bilhões de pesos colombianos, antes dos custos de subscrição inicial e de outros custos de emissão, com vencimento em 2010. O produto da emissão destinou-se integralmente ao financiamento a pequenas e médias empresas da Colômbia. Os juros sobre os títulos são devidos trimestralmente e no vencimento. Os títulos são negociáveis na Bolsa de Valores da Colômbia. Eles representam obrigações quirografárias da Corporação, classificadas em condições de igualdade quanto a direitos de preferência no pagamento com todos os títulos de dívida atuais e futuros, inclusive reclamações de outros credores gerais. As notas não são resgatáveis antes do vencimento, e os contratos não contêm cláusulas restritivas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Em 27 de novembro de 2007, a Corporação emitiu notas à taxa mexicana de juros interbancária de equilíbrio (TIIE) menos 0,06%, em moeda local, no montante de 480 milhões de pesos mexicanos, antes dos custos de subscrição inicial e de outros custos de emissão, com vencimento em 2010. O produto da emissão destinou-se ao financiamento de reinvestimento nos mercados locais. Os juros sobre as notas são devidos mensalmente e no vencimento. As notas são negociáveis na Bolsa Mexicana de Valores. Elas representam obrigações quirográficas da Corporação, classificadas em condições de igualdade quanto a direitos de preferência no pagamento com todos os títulos de dívida atuais e futuros, inclusive reclamações de outros credores gerais. As notas não são resgatáveis antes do vencimento.

Cronograma de vencimentos das captações e dos títulos em aberto, por tipo de dívida:

Em milhares de US\$	2009	2010	2011	2012	Até 2023
Captações	\$ 30.000	\$ —	\$ 107.324	\$ 261.981	\$ 232.954
Títulos e notas	—	101.558	—	—	—
	\$ 30.000	\$ 101.558	\$ 107.324	\$ 261.981	\$ 232.954

8. Capital social

O capital social autorizado da Corporação aumentou para US\$ 705,9 milhões, mediante resoluções de aumento de capital de US\$ 500 milhões e de US\$ 2,2 milhões aprovadas em 1999 e em 2008, respectivamente. Com essas duas resoluções, foi alocado um total de US\$ 502,2 milhões para subscrição pelos países membros durante os prazos de subscrição. A Corporação emite apenas ações não fracionárias, no valor nominal de dez mil dólares dos Estados Unidos.

Algumas parcelas de subscrição de capital devidas pelo aumento de capital de US\$ 500 milhões de 1999 não foram pagas conforme o cronograma de vencimento original. A Corporação estabeleceu novos prazos, aprovados por unanimidade pela Assembléia de Governadores em 2008, e continua a atuar com seus países membros a esse respeito. As subscrições com integralização em aberto para o aumento de capital de 1999 totalizam US\$ 46,1 milhões. É prevista a integralização de todas as ações conforme os aumentos de capital aprovados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O quadro a seguir mostra o capital subscrito, as subscrições de capital a integralizar e as ações fracionárias ou antecipadas pendentes de emissão:

	31 de dezembro						
	TOTAL			Subscrições a receber de membros	Pagamentos por conta de subscrições pendentes		
	Capital social subscrito		Ações		Em milhares de US\$		
	Montante			Em milhares de US\$			
Alemanha	1.334	\$	13.340	\$	—	\$	—
Argentina	7.767		77.670		—		—
Áustria	345		3.450		—		—
Bahamas	144		1.440		—		—
Barbados	101		1.010		—		—
Bélgica	169		1.690		—		—
Belize	101		1.010		—		—
Bolívia	624		6.240		—		—
Brasil	7.767		77.670		—		—
Chile	2.003		20.030		—		—
Colômbia	2.003		20.030		—		—
Costa Rica	314		3.140		1.100		—
Dinamarca	1.071		10.710		—		—
El Salvador	314		3.140		—		—
Equador	420		4.200		—		—
Espanha	2.393		23.930		—		—
Estados Unidos	17.600		176.000		46.099		—
Finlândia	393		3.930		—		—
França	2.162		21.620		—		—
Guatemala	420		4.200		—		—
Guiana	120		1.200		—		—
Haiti	314		3.140		—		—
Honduras	314		3.140		—		—
Israel	173		1.730		—		—
Itália	2.162		21.620		—		—
Jamaica	420		4.200		—		—
Japão	2.393		23.930		—		—
México	5.000		50.000		—		—
Nicarágua	314		3.140		—		—
Noruega	393		3.930		—		—
Países Baixos	1.071		10.710		—		—
Panamá	314		3.140		—		—
Paraguai	314		3.140		—		—
Peru	2.003		20.030		—		—
Portugal	182		1.820		—		—
República Bolivariana da Venezuela	4.311		43.110		—		—
República da Coreia	110		1.100		—		—
República Dominicana	420		4.200		—		—
Suécia	393		3.930		—		—
Suíça	1.071		10.710		—		—
Suriname	101		1.010		—		—
Trinidad e Tobago	314		3.140		—		—
Uruguai	828		8.280		—		—
Total 2008	70.480	\$	704.800	\$	47.199	\$	—
Total 2007	70.370	\$	703.700	\$	67.174	\$	—

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

9. Mensurações e alterações de valor justo

Os ativos e passivos da Corporação registrados pelo valor justo foram classificados com base em uma hierarquia de valor justo que obedece ao pronunciamento SFAS 157. A nota explicativa nº 2 apresenta as políticas da Corporação sobre essa hierarquia.

A tabela com hierarquia de valor justo abaixo contida apresenta os dados sobre os ativos e (passivos) da Corporação mensurados com regularidade pelo valor justo, em 31 de dezembro de 2008:

Em milhares de US\$	Saldo em 31 de dezembro de 2008	Em 31 de dezembro de 2008		
		Preços de ativos idênticos, cotados em mercados ativos (Nível 1)	Outros dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
ATIVO				
Títulos soberanos, exceto dos EUA	\$ 44.986	\$ 44.986	\$ —	\$ —
Títulos privados e outras dívidas	287.425	287.425	—	—
Sociedades de responsabilidade limitada (*)	14.408	—	—	14.408
Contratos derivativos	926	—	926	—
PASSIVO				
Captações	(51.032)	—	(51.032)	—

(*) Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

A tabela com hierarquia de valor justo abaixo contida apresenta os dados sobre os ativos e (passivos) da Corporação mensurados com regularidade pelo valor justo, em 31 de dezembro de 2007:

Em milhares de US\$	Saldo em 31 de dezembro de 2007	Em 31 de dezembro de 2007		
		Preços de ativos idênticos, cotados em mercados ativos (Nível 1)	Outros dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
ATIVO				
Títulos soberanos, exceto dos EUA	\$ —	\$ —	\$ —	\$ —
Títulos privados e outras dívidas	157.283	157.283	—	—
Sociedades de responsabilidade limitada (*)	19.532	—	—	19.532
Contratos derivativos	348	—	348	—
PASSIVO				
Captações	(50.926)	—	(50.926)	—

(*) Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A tabela a seguir apresenta os ganhos e (perdas) com as alterações no valor justo para itens mensurados ao valor justo conforme a opção do valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro de 2008		
	Outros ganhos e (perdas)	Despesas de juros sobre obrigações de longo prazo	Total das variações do valor justo incluídas no lucro do exercício
ATIVO			
Títulos soberanos, exceto dos EUA	\$ 42	\$ —	\$ 42
Títulos privados e outras dívidas	6.958	—	6.958
Sociedades de responsabilidade limitada (*)	(1.297)	—	(1.297)
Contratos derivativos	779	—	779
PASSIVO			
Captações	(337)	(1.930)	(2.267)

(*) Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

A tabela a seguir apresenta os ganhos e (perdas) com as alterações no valor justo para itens mensurados ao valor justo conforme a opção do valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro de 2007		
	Outros ganhos e (perdas)	Despesas de juros sobre obrigações de longo prazo	Total das variações do valor justo incluídas no lucro do exercício
ATIVO			
Títulos soberanos, exceto dos EUA	\$ —	\$ —	\$ —
Títulos privados e outras dívidas	5.409	—	5.409
Sociedades de responsabilidade limitada (*)	4.772	—	4.772
Contratos derivativos	644	—	644
PASSIVO			
Captações	(758)	(2.728)	(3.486)

(*) Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Alterações nos ativos de Nível 3 mensurados com regularidade conforme o valor justo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008:

Em milhares de US\$	Mensurações de valor justo para LLPs usando dados não observáveis significativos (Nível 3)	
Em 1º de janeiro de 2007	\$	30.918
Variação líquida no ativo, por ganhos		4.772
Distribuições recebidas		(17.707)
Outros investimentos		1.549
Em 31 de dezembro de 2007	\$	19.532
Em 1º de janeiro de 2008	\$	19.532
Variação líquida no ativo, por perdas		(1.297)
Distribuições recebidas		(4.944)
Outros investimentos		1.117
Em 31 de dezembro de 2008	\$	14.408

O total de ganhos e perdas líquidos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 que foi incluído em Alterações no valor contábil de investimentos em participações societárias, atribuível a variação em perdas líquidas não realizadas com respeito aos ativos ainda detidos naquela data, foi de US\$ 2.769 (US\$ 217 em 31 de dezembro de 2007).

Alguns dos instrumentos financeiros da Corporação não são mensurados pelo valor justo com regularidade, mas ainda assim são registrados em montantes próximos ao seu valor justo, em razão de sua natureza líquida ou de curto prazo. Tais ativos e passivos financeiros incluem: Disponibilidades, Contas a receber—clientes, Contas a receber—outros, e Contas a pagar—outros.

As captações e dívida de longo prazo da Corporação são registradas em seus valores históricos, salvo escolha do valor justo, conforme o SFAS 159. O valor justo das captações e dívida de longo prazo da Corporação foi estimado com base nos preços cotados no mercado ou com base nas análises de fluxo de caixa descontado, conforme as taxas atuais de captação para a Corporação, para tipos similares de captações e dívida de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2008, o valor contábil das captações e dívida de longo prazo, mais os juros acumulados, da Corporação era de aproximadamente US\$ 7.096 acima de seu valor justo (US\$ 721 acima de seu valor justo em 31 de dezembro de 2007). Em 31 de dezembro de 2008 o valor justo estimado para as captações com taxa de juros fixa foi de US\$ 90.663 (US\$ 74.471 em 31 de dezembro de 2007), e o valor justo estimado para os títulos emitidos na Colômbia foi de US\$ 67.097 (US\$ 74.675 em 31 de dezembro de 2007). Os valores contábeis para as demais captações e dívida de longo prazo se aproximam de seus respectivos valores justos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

10. Garantias

Em 31 de dezembro de 2008, não foi recebido nenhum aviso de inadimplemento desde a constituição das garantias vigentes (US\$ 87 em 31 de dezembro de 2007). O montante máximo de pagamentos futuros em potencial, que representa o valor referencial das possíveis perdas no âmbito das garantias se houvesse um inadimplemento total das partes garantidas, sem levar em conta possíveis recuperações em função de cláusulas de direito de regresso ou de garantias reais detidas ou empenhadas, atingiu US\$ 7.016 em 31 de dezembro de 2008 (US\$ 10.632 em 31 de dezembro de 2007). Aproximadamente US\$ 5.766 desse montante correspondem a garantias prestadas em outras moedas que não sejam dólares dos Estados Unidos (US\$ 6.086 em 31 de dezembro de 2007). Esses montantes não têm nenhuma relação com as perdas previstas com essas garantias e superam, em muito, as perdas previstas. Vide nota explicativa nº 4 com as alterações na Provisão para perdas com garantias.

11. Contingências

Na condução normal de seus negócios, a Corporação é ré, co-ré, ou parte em várias questões judiciais resultantes ou típicas das atividades às quais se dedica. No parecer da administração da Corporação, o desfecho previsto desses processos judiciais não apresenta probabilidade de afetar de forma adversa e relevante a posição financeira da Corporação.

12. Participações

A Corporação mobiliza recursos de bancos comerciais e de outras instituições financeiras (Participantes), através de participações em empréstimos sem direito de regresso. A Corporação administra e faz a gestão dessas participações em lugar e vez dos Participantes. Os montantes desembolsados e em aberto das participações em empréstimos não são incluídos no balanço patrimonial da Corporação.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Corporação solicitou e desembolsou US\$ 187.718 de recursos de Participantes (US\$ 243.944 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007). Os recursos comprometidos por Participantes e não desembolsados foram de US\$ 0 em 31 de dezembro de 2008 (US\$ 33.224 em 31 de dezembro de 2007).

13. Operações com partes relacionadas

O BID presta à Corporação alguns serviços administrativos e gerais em áreas em que pode prestá-los eficientemente a ambas as instituições. A Corporação e o BID têm um contrato de arrendamento de escritórios, que vencerá em 2013.

A Corporação pagou os seguintes valores ao BID pela utilização do espaço de escritórios e por determinados serviços de apoio administrativo:

Em milhares de US\$	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2008	2007
Escritório (sede e outros)	\$ 1.711	\$ 1.661
Serviços de apoio	764	598
Outros serviços do BID	161	150
	\$ 2.636	\$ 2.409

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Os pagamentos previstos nos termos do contrato atual de arrendamento com o BID são:

Em milhares de US\$	2009	2010	2011–2014
Escritório (sede)	\$ 1.676	\$ 1.726	\$ 5.495
	\$ 1.676	\$ 1.726	\$ 5.495

As contas a pagar ao BID totalizaram US\$ 285 em 31 de dezembro de 2008 (US\$ 300 em 31 de dezembro de 2007).

Em 31 de dezembro de 2008, a Corporação captou US\$ 100.000 da linha de crédito do BID (inexistiam valores em aberto ao Grupo do BID em 31 de dezembro de 2007 nos termos de tal linha de crédito). Vide nota explicativa nº 7.

A Corporação presta serviços de consultoria a entidades do Grupo do BID. Durante 2008, o valor global desses serviços atingiu US\$ 100 (US\$ 163 para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007).

14. Planos de benefícios de pensões e de pós-aposentadoria

O BID patrocina um plano com benefícios definidos (Plano de Pensões) que cobre praticamente todos os funcionários locais e internacionais da Corporação e do BID. De acordo com as disposições do Plano de Pensões, os benefícios baseiam-se em anos de serviço e em remuneração média. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração, e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Pensões. Toda contribuição ao Plano de Pensões é irrevogável e mantida separadamente em fundos de pensão destinados unicamente ao pagamento dos benefícios nos termos do Plano.

A Corporação também oferece assistência médica e outros benefícios a aposentados. Todos os funcionários atuais que contribuem para o Plano de Pensões enquanto estiverem no serviço ativo e que atendem a determinados requisitos têm direito aos benefícios do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Os aposentados contribuem para o programa de assistência médica com base em uma tabela de prêmios. A Corporação contribui com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos futuros benefícios de assistência médica e outros. Embora todas as contribuições e todos os outros ativos e receitas do PBPA sejam de propriedade da Corporação, são detidos e administrados separadamente dos demais bens e ativos da Corporação, com a finalidade exclusiva de pagamento dos benefícios nos termos do PBPA.

Considerando que tanto o BID como a Corporação participam do Plano de Pensões e do PBPA, cada empregador apresenta somente a parcela que lhe corresponde em cada um dos planos. Os montantes abaixo indicados refletem a parcela proporcional da Corporação nos custos, nos ativos e nas obrigações do Plano de Pensões e do PBPA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Obrigações e situação de capitalização

A Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável ao Plano de Pensões e ao PBPA. A tabela a seguir apresenta um resumo das variações nas obrigações dos benefícios e nos ativos dos planos, bem como a situação de capitalização (déficit ou superávit) do Plano de Pensões e do PBPA, com os montantes reconhecidos no balanço patrimonial:

Em milhares de US\$	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	2008	2007	2008	2007
Conciliação das obrigações por benefícios				
Obrigações em 1° de janeiro	\$ 41.707	\$ 38.379	\$ 23.496	\$ 15.356
Custo de serviços	1.901	1.874	1.054	1.060
Custo de juros	2.641	2.355	1.509	1.355
Contribuições dos participantes	725	637	—	—
(Ganho)/perda atuarial	615	(791)	701	5.922
Benefícios pagos	(514)	(747)	(141)	(197)
Subsídio para aposentados conforme Parte D	—	—	3	—
Obrigações em 31 de dezembro	<u>47.075</u>	<u>41.707</u>	<u>26.622</u>	<u>23.496</u>
Conciliação do valor justo dos ativos dos planos				
Valor justo dos ativos dos planos em 1° de janeiro	50.961	46.048	22.774	19.928
Retorno real sobre os ativos	(13.385)	4.067	(6.418)	1.281
Benefícios pagos	(514)	(747)	(138)	(197)
Contribuições dos participantes	725	637	—	—
Contribuições do empregador	725	956	3.375	1.762
Valor justo dos ativos dos planos em 31 de dezembro	<u>38.512</u>	<u>50.961</u>	<u>19.593</u>	<u>22.774</u>
Situação de capitalização				
Situação de capitalização em 31 de dezembro	<u>(8.563)</u>	<u>9.254</u>	<u>(7.029)</u>	<u>(722)</u>
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	<u>\$ (8.563)</u>	<u>\$ 9.254</u>	<u>\$ (7.029)</u>	<u>\$ (722)</u>
Montantes reconhecidos como ativo/(passivo):				
Ativos/(passivos) por benefícios de pensões e de pós-aposentadoria	(8.563)	9.254	(7.029)	(722)
Outros	—	(19)	—	11
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	<u>\$ (8.563)</u>	<u>\$ 9.235</u>	<u>\$ (7.029)</u>	<u>\$ (711)</u>
Montantes reconhecidos em Outros resultados abrangentes acumulados:				
(Ganho)/perda atuarial líquido	8.568	(8.648)	7.702	(679)
Custos de serviços anteriores	77	91	124	174
Ativo inicial líquido	—	—	1.053	1.227
Outros	—	—	—	(11)
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	<u>\$ 8.645</u>	<u>\$ (8.557)</u>	<u>\$ 8.879</u>	<u>\$ 711</u>

A obrigação acumulada por benefícios atribuível à Corporação para o Plano de Pensões foi de US\$ 37.870 e de US\$ 31.458, em 31 de dezembro de 2008 e em 31 de dezembro de 2007, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Componentes do custo dos benefícios periódicos líquidos

O custo dos benefícios periódicos líquidos inclui os seguintes componentes:

Em milhares de US\$	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro		Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2008	2007	2008	2007
Custo de serviços	\$ 1.901	\$ 1.874	\$ 1.054	\$ 1.060
Custo de juros	2.641	2.355	1.509	1.355
Rendimento esperado sobre os ativos dos planos	(3.216)	(2.783)	(1.350)	(1.128)
Amortização de:				
Obrigações e ativos de transição	—	—	174	174
Ganho atuarial líquido não reconhecido	—	—	85	251
Custo de serviços anteriores	14	14	50	50
Custo líquido de benefícios periódicos	\$ 1.340	\$ 1.460	\$ 1.552	\$ 1.762

O valor líquido estimado de ganho ou perda atuarial, o custo de serviços anteriores e as obrigações iniciais líquidas para o Plano de Pensões e o PBPA a serem amortizados de Outros resultados abrangentes acumulados para o Custo líquido de benefícios periódicos durante 2009 atingem o valor líquido de US\$ 14 para o Plano de Pensões e US\$ 352 para o PBPA.

Premissas atuariais

As premissas atuariais usadas baseiam-se nas taxas de juros do mercado financeiro, nas experiências passadas e nas melhores estimativas da administração quanto a mudanças futuras nos benefícios e na conjuntura econômica. Qualquer alteração nessas premissas afetará os custos e as obrigações por benefícios futuros. Ocorrem ganhos e perdas atuariais, quando os resultados efetivos diferem dos resultados esperados. Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que ultrapassam 10% do que for maior na comparação entre a obrigação de benefícios e o valor de mercado dos ativos dos planos no início do exercício são amortizados ao longo do período médio remanescente de serviços aos participantes ativos com expectativa de recebimento de benefícios do Plano de Pensões e do PBPA, correspondentes a cerca de 11,4 e 11,9 anos, respectivamente.

O custo de serviços anteriores não reconhecidos é amortizado ao longo de 10,5 anos para o Plano de Pensões e ao longo de 7,9 anos para o PBPA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A média ponderada das premissas usadas para calcular as obrigações pelos benefícios foi a seguinte:

	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	2008	2007	2008	2007
<i>Média ponderada das premissas de cálculo das obrigações por benefícios em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	5,75%	6,25%	5,75%	6,25%
Taxa de aumento na remuneração	5,50%	6,00%		

	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	2008	2007	2008	2007
<i>Média ponderada das premissas de cálculo do custo líquido dos benefícios periódicos para os exercícios encerrados em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	6,25%	6,00%	6,25%	6,00%
Retorno a longo prazo esperado sobre os ativos do plano	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%
Taxa de aumento na remuneração	6,00%	6,00%		

A taxa anual de retorno esperada sobre os ativos dos planos reflete a taxa histórica de retorno das categorias de ativos utilizados pelos planos e a aplicação conservadora dessas taxas de retorno na formulação das alocações de ativos conforme a política de investimentos. As taxas de desconto utilizadas para definir a obrigação pelos benefícios foram escolhidas levando-se em conta as taxas de final de ano dos títulos privados com classificação AAA e AA.

Para os participantes com previsão de aposentadoria nos Estados Unidos, a obrigação acumulada dos benefícios pós-aposentadoria foi definida usando-se as seguintes taxas de tendência dos custos de assistência médica:

	Benefícios pós-aposentadoria	
	2008	2007
Previsão de declínio da taxa de tendência dos custos (taxa de tendência final)	4,50%	5,00%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2018	2018
<i>Taxa de tendência de custos de assistência médica presumida para o próximo exercício</i>		
Médicos	9,50%	10,00%
Medicamentos	9,50%	10,00%
Odontológicos	6,50%	6,50%
Fora dos Estados Unidos (*)	10,00%	10,00%

(*) Refere-se a todos os serviços prestados aos participantes com suposição de aposentadoria fora dos Estados Unidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

As taxas presumidas de tendência dos custos de assistência médica têm um impacto significativo sobre os montantes informados para o PBPA. Uma variação de um ponto percentual nas taxas presumidas de tendência dos custos de assistência médica teriam os seguintes efeitos:

Em milhares de US\$	Aumento de um ponto percentual		Redução de um ponto percentual	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro		Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2008	2007	2008	2007
Efeito sobre o total dos componentes de custos de serviços e de juros	\$ 511	\$ 493	\$ (372)	\$ (360)
Efeito sobre a obrigação por benefícios pós-aposentadoria	5.453	4.236	(4.072)	(3.162)

Ativos dos planos

A média ponderada das alocações de ativos no Plano de Pensões e no PBPA, por categoria de ativos, é a seguinte:

Categoria de ativos	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2008	2007	2008	2007
Ações dos Estados Unidos	30%	34%	35%	39%
Ações não dos Estados Unidos	22%	29%	23%	30%
Fundos e títulos de renda fixa	21%	20%	20%	20%
Títulos indexados à inflação dos Estados Unidos	9%	7%	14%	10%
Fundos imobiliários e de ações	5%	6%	0%	0%
Futuros de índices de commodities	1%	2%	0%	0%
Outros	12%	2%	8%	1%
Total	100%	100%	100%	100%

Os gestores de investimento para os ativos do Plano de Pensões e do PBPA são basicamente funcionários do BID, que recebem orientações sobre investimentos com base nas próprias políticas de investimento do Plano de Pensões e do PBPA. As políticas de investimento foram concebidas de forma que os planos, em consonância com as taxas históricas de rendimento, tenham uma elevada parcela de seus recursos aplicados em ações, com expectativa de rendimento suficiente para atender às necessidades de capitalização no longo prazo.

A exposição média dos investimentos é de 60% a 70% aplicados em uma carteira de ações bem diversificada. Os ativos também são investidos em títulos de renda fixa (20%), para proteger a carteira de uma forte desinflação, e em outros tipos de aplicações (10% a 20%) com expectativa de reação positiva a uma aceleração inflacionária, para proteção da carteira contra perda de poder aquisitivo, em títulos e valores de mercados emergentes (0% a 5%) e em dívida de mercados emergentes (0% a 5%). As metas de alocação da política de investimentos em 31 de dezembro de 2008 são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

	Plano de Pensões	PBPA
Ações dos Estados Unidos	35%	40%
Ações não dos Estados Unidos	25%	30%
Títulos e valores de mercados emergentes (*)	5%	0%
Renda fixa	20%	20%
Investimentos sensíveis à inflação (**)	15%	10%

(*) Inclui títulos e dívida de mercados emergentes.

(**) Inclui títulos indexados à inflação dos Estados Unidos (5% – 15%), fundos imobiliários e de ações (0% – 6%), futuros de índices de commodities (0% – 4%) para o Plano de Pensões, e títulos indexados à inflação dos Estados Unidos (10%) para o PBPA.

Os riscos são administrados por monitoramento contínuo de cada categoria de ativos e de cada gestor de investimentos. Os investimentos são redistribuídos com base nas metas de alocação da política de investimentos, conforme permitido pelos fluxos de caixa. Se os fluxos de caixa forem insuficientes para manter os percentuais visados, são feitas transferências entre as contas dos gestores, pelo menos uma vez ao ano. Como regra geral, os gestores de investimento não podem aplicar mais de 5% de suas respectivas carteiras em títulos de um único emissor, exceto quando este for o Governo dos Estados Unidos. A utilização de derivativos por um gestor de investimentos exige a aprovação específica para cada instrumento.

Fluxos de caixa

As contribuições pela Corporação para o Plano de Pensões e para o PBPA previstas para 2009 são de aproximadamente US\$ 900 e US\$ 2.033, respectivamente. Todas as contribuições são feitas em dinheiro.

Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros

A tabela abaixo resume os pagamentos de benefícios, que refletem os serviços futuros, conforme cabível, com previsão de pagamento em cada ano do próximo período de cinco anos e globalmente nos cinco anos subseqüentes. Esses montantes baseiam-se nas mesmas premissas usadas para mensurar a obrigação por benefícios em 31 de dezembro de 2008.

Em milhares de US\$	Plano de Pensões	PBPA
<i>Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros</i>		
1 de janeiro de 2009 – 31 de dezembro de 2009	900	340
1 de janeiro de 2010 – 31 de dezembro de 2010	1.200	370
1 de janeiro de 2011 – 31 de dezembro de 2011	1.200	480
1 de janeiro de 2012 – 31 de dezembro de 2012	1.300	490
1 de janeiro de 2013 – 31 de dezembro de 2013	1.700	640
1 de janeiro de 2014 – 31 de dezembro de 2018	11.200	4.300

15. Administração de recursos externos

A Corporação administra para doadores, inclusive membros e outras entidades, recursos destinados a finalidades específicas, entre as quais co-financiamento de determinados projetos, estudos técnicos para mutuários, estudos relacionados a projetos e programas de pesquisa e treinamento. Esses recursos são detidos de forma fiduciária pela Corporação, e não são combinados com os recursos da Corporação nem incluídos em seus ativos. A Corporação recebe uma taxa de administração que, em geral, é uma porcentagem dos recursos recebidos. Essa taxa é indicada como taxa de serviços de consultoria na demonstração do resultado.

APÊNDICES

GOVERNADORES E GOVERNADORES SUPLENTE*		
País	Governador	Governador Suplente
Alemanha	Karin Kortmann	Rolf Wenzel
Argentina	Carlos Fernández	Martín P. Redrado
Áustria	Wilhelm Molterer	Edith Frauwallner
Bahamas	Zhivargo S. Laing	Collin Higgs
Barbados	David J. H. Thompson	Grantley Smith
Bélgica	Didier Reynders	Franciscus Godts
Belize	Dean Barrow	Carla Barnett
Bolívia	Carlos Villegas Quiroga	Luis Alberto Arce Catacora
Brasil	Paulo Bernardo Silva	Alexandre Meira da Rosa
Chile	Andrés Velasco Brañes	María Olivia Recart Herrera
Colômbia	Oscar Iván Zuluaga Escobar	Carolina Rentería Rodríguez
Costa Rica	Guillermo Zúñiga Chaves	Francisco de Paula Gutiérrez
Dinamarca	Susan Ulbæk	Lars Bredal
El Salvador	Eduardo Ayala Grimaldi	William J. Handal
Equador	María Elsa Viteri Acaiturri	Roberto Murillo Cavagnaro
Espanha	Pedro Solbes Mira	David Vega Figueras
Estados Unidos	Henry M. Paulson, Jr.	Reuben Jeffery III
Finlândia	Marjatta Rasi	Pekka Hukka
França	Christine Lagarde	Xavier Musca
Guatemala	Juan Alberto Fuentes	María Antonieta de Bonilla
Guiana	Bharrat Jagdeo	Ashni Singh
Haiti	Daniel Dorsainvil	Jean-Max Bellerive
Honduras	Rebeca Patricia Santos Rivera	Edwin Araque Bonilla
Israel	Stanley Fisher	Oded Brook
Itália	Giulio Tremonti	Mario Draghi
Jamaica	Audley Shaw, MP	Wesley Hughes, CD
Japão	Shoichi Nakagawa	Masaaki Shirakawa
México	Agustín Carstens Carstens	Alejandro Werner Wainfeld
Nicarágua	Alberto José Guevara Obregón	Antenor Rosales Bolaños
Noruega	Hakon Arald Gulbrandsen	Henrik Harboe
Países Baixos	Bert Koenders	Ruud Treffers
Panamá	Héctor Ernesto Alexander Hansell	—
Paraguai	Dionisio Borda	Manuel Vidal Caballero Giménez
Peru	Luis Miguel Valdivieso Montano	José Arista Arbildo
Portugal	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina
República Bolivariana da Venezuela	Alí Rodríguez Araque	Haiman El Troudi
República da Coréia	Mansoo Kang	Seongtae Lee
República Dominicana	Vicente Bengoa	Juan Temístocles Montás
Suécia	Jan Knutsson	Anders Bengtén
Suíça	—	Roger Denzer
Suriname	Humphrey Stanley Hildenberg	—
Trinidad e Tobago	Emily Gaynor Dick-Forde	Esme Rawlins-Charles
Uruguai	Álvaro García Rodríguez	Enrique Rubio

* Em dezembro de 2008

DIRETORES EXECUTIVOS E DIRETORES EXECUTIVOS SUPLENTE*

Alemanha, Áustria, Bélgica, Itália e Países Baixos	Francesca Manno Hans Hamman
Argentina e Haiti	Eugenio Díaz-Bonilla Martín Bès
Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago	Winston A. Cox Richard L. Bernal
Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua	Nelly Lacayo-Anderson Raúl Barrios
Bolívia, Paraguai e Uruguai	Marcelo Bisogno Hugo Rafael Cáceres
Brasil e Suriname	José Carlos Miranda Sérgio Portugal
Chile e Peru	Verónica Elizabeth Zavala Lombardi Alejandro Foxley Tapia
Colômbia e Equador	Luis Guillermo Echeverri Xavier Eduardo Santillán
Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Suécia e Suíça	Marc-Olivier Strauss-Khan Trygve Bendiksbj
Espanha, Israel, Japão, Portugal e República da Coreia	Luis Martí Álvarez Yasusuke Tsukagoshi
Estados Unidos da América	Miguel San Juan Vago
México e República Dominicana	Cecilia Ramos Ávila Roberto B. Saladín
Panamá e República Bolivariana da Venezuela	Adina Bastidas Fernando Eleta Casanovas

* Em dezembro de 2008

ÓRGÃOS DE LIGAÇÃO*

País	Instituição
Alemanha	Federal Ministry for Economic Cooperation and Development
Argentina	Ministerio de Economía
Áustria	Federal Ministry of Finance
Bahamas	Ministry of Finance
Barbados	Ministry of Economic Development
Bélgica	Ministère des Finances
Belize	Ministry of Budget, Planning and Management, Economic Development, Investment and Trade
Bolívia	Ministerio de Planificación del Desarrollo
Brasil	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Chile	Ministerio de Hacienda
Colômbia	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Costa Rica	Ministerio de Hacienda
Dinamarca	Danish International Development Agency (DANIDA)
El Salvador	Secretaría Técnica de la Presidencia
Equador	Ministerio de Economía y Finanzas
Espanha	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales
Estados Unidos	Treasury Department
Finlândia	Ministry for Foreign Affairs
França	Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie
Guatemala	Ministerio de Finanzas Públicas
Guiana	Ministry of Finance
Haiti	Ministère de l'Économie et des Finances
Honduras	Banco Central de Honduras
Israel	Bank of Israel
Itália	Ministry of the Economy and Finance
Jamaica	Ministry of Finance and Planning
Japão	Ministry of Finance
México	Secretaría de Hacienda y Crédito Público
Nicarágua	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Noruega	Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs
Países Baixos	Ministry of Finance
Panamá	Ministerio de Economía y Finanzas
Paraguai	Ministerio de Hacienda
Peru	Ministerio de Economía y Finanzas
Portugal	Direcção Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais – Ministério das Finanças
República Bolivariana da Venezuela	Banco de Desarrollo Económico y Social
República da Coréia	Ministry of Finance and Economy
República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
Suécia	Ministry for Foreign Affairs Department for International Development Co-operation
Suíça	Office fédéral des affaires économiques extérieures
Suriname	Ministry of Finance
Trinidad e Tobago	Ministry of Finance, Planning and Development
Uruguai	Ministerio de Economía y Finanzas

* Em dezembro de 2008

Informações de contato da CII

Região Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela)

Carrera 7 No. 71-21, Torre B, Piso 19
Edifício Bancafé
Bogotá, Colômbia
Telefone: (571) 325-7058/59; (571) 325-7000
Fax: (571) 325-7057

Região da América Central (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá)

Edifício Centro Colón, Piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
Apartado postal 1142-1007
San José, Costa Rica
Telefone: (506) 523-3348
Fax: (506) 257-0083

Região do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai)

Rincón 640
11.000 Montevideo, Uruguai
Telefone: (598 2) 915-3696
Fax: (598 2) 916-2607

Argentina

Esmeralda 130 Piso 17
Buenos Aires, Argentina
Telefone: (54 11) 4320-1864
Fax: (54 11) 4320-1830

Chile

Avda. Pedro de Valdivia 0193, Pisos 10 y 11
Providencia
Santiago, Chile
Telefone: (562) 431-3719
Fax: (562) 374-2436

El Salvador

Edifício World Trade Center
4º Nivel
Calle El Mirador y 89 Avenida Norte
San Salvador, El Salvador
Telefone: (503) 2233 8900 ext. 2201
Fax: (503) 2233 89 21

Guatemala

3ª. Avenida 13-78 Zona 10
Torre Citigroup 10 nivel
Guatemala, CA 01010
Telefone: (502) 2379 9393
Fax: (502) 2379 9301

Honduras

Colonia Lomas del Guijarro Sur
Calle Principal
Tegucigalpa, Honduras
Telefone: (504) 290-3544
Fax: (504) 239-5752/7953

Nicarágua

Edifício BID km. 4½, Carretera a Masaya
Managua, Nicarágua
Telefone: (505) 267-0831
Fax: (505) 270-8463

Paraguai

Quesada 4616 esq. Legión Civil Extranjera – Piso 2
Asunción, Paraguai
Telefone: (595 21) 616-2320
Fax: (595 21) 615-681

Peru

Paseo de la República No. 3245
Piso 13
Lima 27, Peru
Telefone: (511) 215 7800
Fax: (511) 442 3466



Fontes Mistas

Grupo de produto proveniente de florestas bem manejadas e madeira ou fibra reciclada
www.fsc.org Cert no. SW-COC-1530
© 1996 Forest Stewardship Council



Publicação da Corporação Interamericana de Investimentos

Equipe de produção: Maridale Jackson, Susana Medina-Day, Izaskun Orkwis, Rebeca Sánchez de Tagle, Guillermina Schinder, Alejandra Vallejo

Coordenação de produção: Flavia Sandoval

Projeto gráfico/Editoração: EEI Communications

Impressão: Graphtec

Capa: LasX

Fotos: Adelina Pérez (fotos dos funcionários), Bufette Creativo (fotos dos projetos)

A Corporação Interamericana de Investimentos (CII) é uma organização financeira multilateral. Iniciou suas operações em 1989, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de seus países membros na América Latina e no Caribe, mediante o financiamento da empresa privada. A CII leva a cabo sua missão por meio de muitas formas de financiamento, incluindo empréstimos diretos, garantias e investimentos de capital, e linhas de crédito para instituições financeiras locais, bem como investimentos em fundos mútuos locais e regionais. Orienta-se principalmente para empresas de pequeno e médio porte que encontram dificuldade para obter financiamento de longo e médio prazo de outras fontes.

Funciona como catalisadora, atraindo outros recursos: financiamento adicional, tecnologia e conhecimento especializado. Esses recursos são mobilizados mediante empréstimos co-financiados ou sindicalizados, apoio ao lançamento de títulos e identificação de parceiros para empreendimentos conjuntos.

Para obter financiamento da CII, os projetos devem oferecer oportunidades de investimento rentável. Devem também impulsionar o desenvolvimento econômico de alguma forma: criando postos de trabalho, ampliando a base de investidores de capital, gerando receita líquida de divisas, facilitando a transferência de recursos e tecnologia, usando recursos locais de forma sustentável, incentivando a poupança local ou promovendo a integração econômica da América Latina e do Caribe. Os projetos que possam afetar o meio ambiente devem incluir medidas preventivas ou restaurativas específicas.

Todos os poderes da CII são investidos na sua Assembléia de Governadores. A Assembléia de Governadores da CII é composta por um Governador e um Governador Suplente de cada país membro. O poder de voto de cada país é proporcional às ações por ele integralizadas. A Assembléia de Governadores nomeia uma Diretoria Executiva e lhe delega autoridade e poderes consideráveis.

A CII é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A CII goza de autonomia jurídica e conta com recursos e administração separados do BID. O pessoal da CII trabalha no escritório central da Corporação em Washington, D.C., e em mais 11 países da região.



CII

Corporação Interamericana de Investimentos

Corporação Interamericana de Investimentos
1350 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos da América
Telefone: (202) 623-3900
Fax: (202) 623-3815
www.iic.int